

Aula 08

*TSE - Concurso Unificado (Analista
Judiciário - Área Administrativa)
Administração Financeira e Orçamentária
- 2023 (Pré-Edital)*

Autor:

Índice

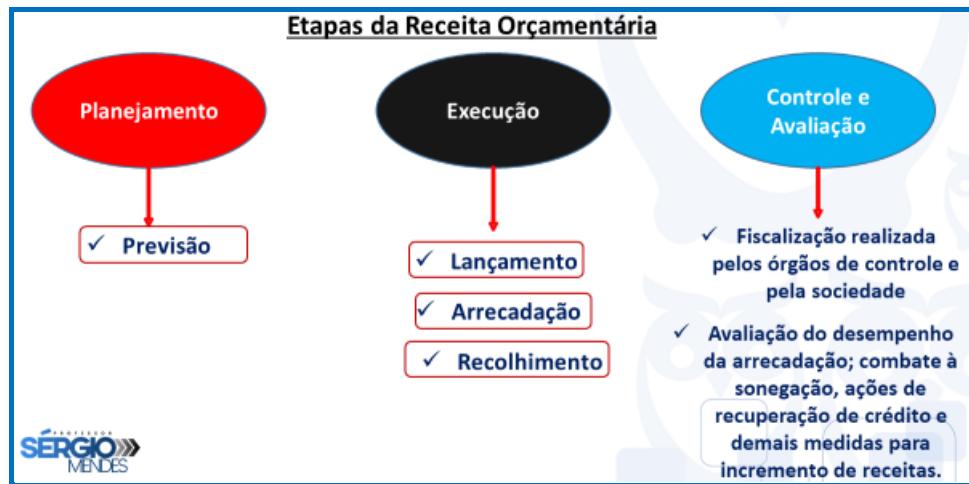
1) Estágios da Receita Pública	3
2) Estágios da Despesa Pública	16
3) Questões Comentadas - Estágios da Receita Pública - Multibancas	40
4) Questões Comentadas - Estágios da Despesa Pública e Enfoque Orçamentário e Patrimonial - Multibancas	58
5) Lista de Questões - Estágios da Receita Pública - Multibancas	131
6) Lista de Questões - Estágios da Despesa Pública e Enfoque Orçamentário e Patrimonial - Multibancas	144
7) Encerramento de Aula	189

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA

Estágios da Receita Pública

Para melhor compreensão do processo orçamentário, a gestão da receita orçamentária pode ser dividida em três etapas.

ETAPAS DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA:



- ⇒ **Planejamento:** comprehende a **previsão** de arrecadação da receita orçamentária constante da LOA, resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes da LRF.
- ⇒ **Execução:** a Lei 4.320/1964 estabelece como estágios da execução da receita orçamentária **o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.**
- ⇒ **Controle e avaliação:** esta fase comprehende a fiscalização realizada pela própria Administração, pelos órgãos de controle e pela sociedade. O controle do desempenho da arrecadação deve ser realizado em consonância com a previsão da receita, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

Veremos que os **estágios (ou fases)** da receita estão comprehendidos em suas **etapas**. No entanto, o Manual Técnico de Orçamento - MTO e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP inúmeras vezes tratam os temas como sinônimos.

Ao longo do exercício financeiro, concomitantemente, as receitas são arrecadadas e as despesas são executadas. A realização de receitas e despesas ocorre por meio dos denominados estágios da receita e da despesa pública.

O estágio da receita orçamentária é cada passo identificado que evidencia o comportamento da receita e facilita o conhecimento e a gestão dos ingressos de recursos. Os estágios da receita orçamentária, **segundo a doutrina dominante**, são os seguintes:

- ⇒ **PREVISÃO.**
- ⇒ **LANÇAMENTO.**
- ⇒ **ARRECADAÇÃO.**
- ⇒ **RECOLHIMENTO.**

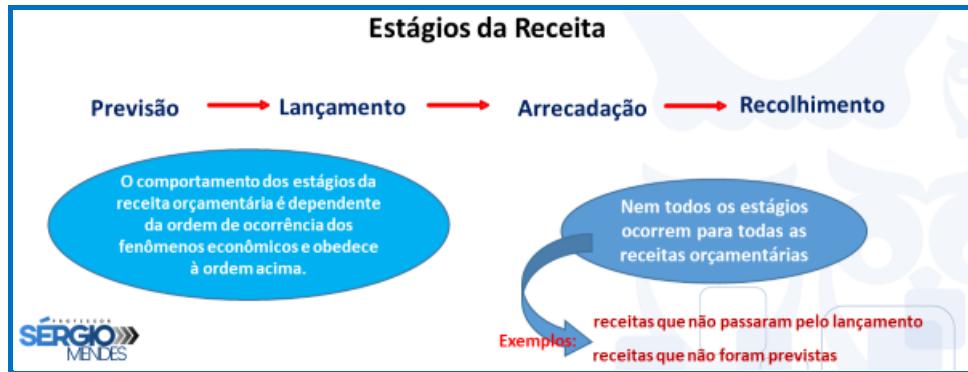
O comportamento dos estágios da receita orçamentária é dependente da ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos e obedece à ordem acima. Esses estágios são estabelecidos levando-se em consideração um modelo de orçamento existente no País e a tecnologia utilizada. Dessa forma, a ordem sistemática inicia-se com a previsão e termina com o recolhimento.



Nem todos os estágios ocorrem para todas as receitas orçamentárias

Pode ocorrer arrecadação de receitas que não passaram pelo lançamento, como é o caso de uma doação em espécie recebida pelos entes públicos.

Outro exemplo seria a arrecadação de receitas que não foram previstas.



Previsão

A **previsão (ou planejamento)** se configura por meio da estimativa de arrecadação da receita, constante da Lei Orçamentária Anual – LOA, resultante de metodologia de projeção de receitas orçamentárias.

Previsão ou Planejamento



Configura-se por meio da estimativa de arrecadação da receita, constante da LOA, resultante de metodologia de projeção de receitas orçamentárias.

Segundo o art. 12 da LRF:

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Assim, são parâmetros para a **previsão** de receitas os efeitos das alterações na legislação, como a alteração de alíquotas, as desonerações fiscais e a concessão de créditos tributários. Devem ser considerados, ainda, a variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

O modelo de previsão a ser adotado em cada caso dependerá do comportamento da série histórica de arrecadação daquela receita e de informações fornecidas pelos órgãos orçamentários ou unidades arrecadadoras envolvidos no processo. Para ilustrar, uma das formas de projetar valores de arrecadação é a utilização de modelos incrementais na estimativa das receitas orçamentárias.

Essa metodologia corrige os valores arrecadados pelos índices de preço, quantidade e legislação, da seguinte forma:

Projeção = Base de Cálculo x índice de preço x índice de quantidade x efeito legislação, em que:

Projeção: é o valor a ser estimado para uma determinada receita de forma a atender à execução orçamentária, cuja programação é feita mensalmente.

Base de cálculo: é obtida por meio da série histórica de arrecadação da receita e dependerá do seu comportamento mensal.

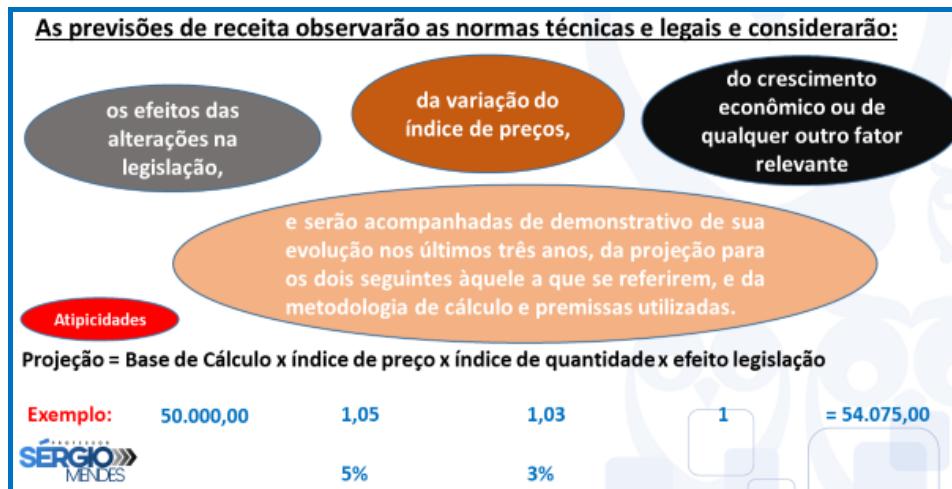
Índice de preço: é o índice que fornece a variação média dos preços de uma determinada cesta de produtos. Exemplos: diversos índices de preços nacionais ou mesmo regionais como o IGP-DI, o INPC, o IPCA, a variação cambial e a variação da taxa de juros.

Índice de quantidade: é o índice que fornece a variação média na quantidade de bens de um determinado segmento da economia. Está relacionado à variação física de um determinado fator de produção. Exemplo: variação do Produto Interno Bruto Real do Brasil – PIB real.

Efeito legislação: leva em consideração a mudança na alíquota ou na base de cálculo de alguma receita. Exemplos: tarifas públicas e receitas tributárias, decorrentes de ajustes na legislação ou nos contratos públicos.

Em certos casos ocorrem atipicidades na arrecadação de determinada receita, que devem ser eliminadas na projeção, uma vez que são arrecadações não regulares, por exemplo, a receita decorrente da privatização de um banco. Este alinhamento da série deve ocorrer também em casos de mudança de arrecadação de uma natureza de receita para outra.

Caberá aos órgãos de **contabilidade ou de arrecadação** organizar demonstrações mensais da receita arrecadada, segundo as rubricas, para servirem de base a estimativa da receita, na proposta orçamentária. Quando houver órgão central de orçamento, essas demonstrações ser-lhe-ão remetidas mensalmente¹.



(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Não são todas as receitas orçamentárias que passam por todas as etapas da receita orçamentária, a exemplo das receitas orçamentárias arrecadadas não previstas.

Nem todas as receitas orçamentárias passam por todas as fases da receita orçamentária, a exemplo das receitas orçamentárias arrecadadas, mas não incialmente previstas.

Resposta: Certa

(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) A Previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Essa Previsão deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Essa previsão deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resposta: Certa

(CESPE – Analista Judiciário - TRE/PE - 2017) As etapas da receita orçamentária seguem a ordem cronológica dos fenômenos econômicos.

¹ Art. 29 da Lei 4320/1964.

O comportamento dos estágios da receita orçamentária é dependente da ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos e obedece à ordem: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Resposta: Certa

(CESPE – Analista Judiciário – TRE/BA – 2017) Uma doação em espécie é uma receita sem lançamento.

Nem todos os estágios ocorrem para todas as receitas orçamentárias. Pode ocorrer arrecadação de receitas que não passaram pelo lançamento, como é o caso de uma doação em espécie recebida pelos entes públicos.

Resposta: Certa

(CESPE - Analista Judiciário – STM – 2018) É vedado ao Poder Executivo, para efeito de projeção das receitas orçamentárias, aplicar índices de reajustes de preços sobre as séries históricas de arrecadação.

São parâmetros para a previsão de receitas os efeitos das alterações na legislação, como a alteração de alíquotas, as desonerações fiscais e a concessão de créditos tributários. **Devem ser considerados, ainda, a variação do índice de preços**, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Resposta: Errada

(CESPE – Técnico de Nível Superior – ENAP - 2015) Situação hipotética: Prevendo-se uma estagnação do PIB para o ano cujo orçamento esteja sendo elaborado, foram propostas alterações na legislação de determinado tributo, que podem gerar um acréscimo de 50% na arrecadação deste. Assertiva: Sendo a estimativa de variação média da inflação de 10%, e ignorando-se outras variáveis, a previsão de aumento nominal da arrecadação do referido tributo para o exercício será de 60%.

Projeção = Base de Cálculo x índice de preço x índice de quantidade x efeito legislação

Sendo:

Base de Cálculo = ignorada

Índice de preços = 10% = 1,1

Índice de quantidade = ignorada

Efeito legislação = 50% = 1,5

Projeção = índice de preço x efeito legislação

Projeção = $1,1 \times 1,5$

Projeção = 1,65

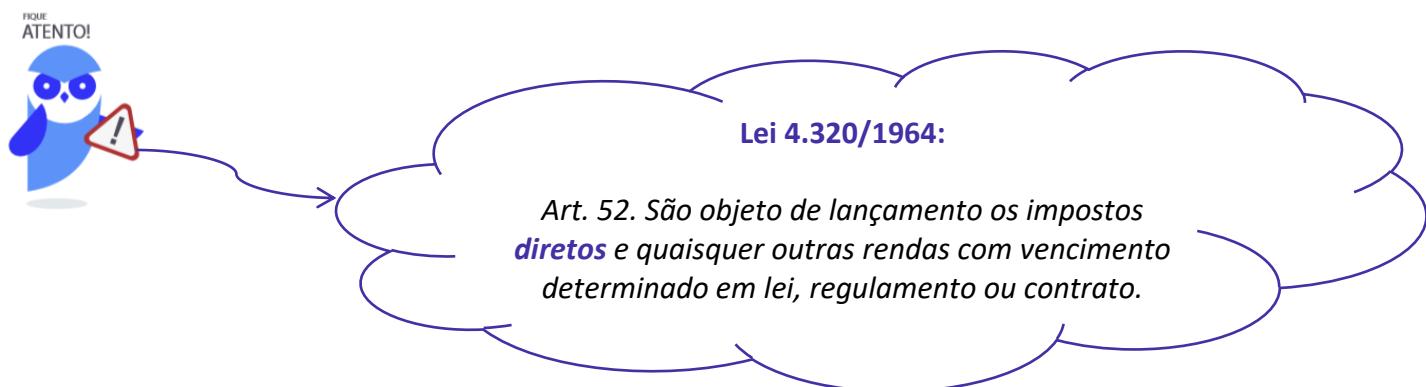
Projeção = **65%**

Resposta: Errada

Lançamento

A Lei 4.320/1964 define o **lançamento** da receita como o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.²

De forma mais completa, o **lançamento**, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível³.



O que se desprende considerando apenas esse artigo é que algumas receitas **não** percorrem o estágio do lançamento. Seriam tipicamente objetos de lançamentos os impostos **diretos** e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato. Entretanto, cabe ressaltar que atualmente há tipos de lançamentos aplicados também aos impostos indiretos.



Para continuar com os tipos de lançamentos, devemos saber que compõem a obrigação tributária nascida com a ocorrência do fato gerador o sujeito ativo e o sujeito passivo. O sujeito ativo será a pessoa jurídica, normalmente de direito público, titular do direito subjetivo de exigir a prestação pecuniária (tributo ou penalidade) ou a prestação não pecuniária positiva ou negativa. Já a pessoa natural ou jurídica, privada ou

² Art. 53 da Lei 4320/1964.

³ Art. 142 do CTN.

pública, de quem se exige o cumprimento da prestação pecuniária (tributo ou penalidade) ou da prestação não pecuniária, positiva ou negativa, denomina-se sujeito passivo.

Existem três modalidades de lançamento tributário: lançamento por declaração, lançamento por homologação e lançamento de ofício.

LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO OU MISTO: a modalidade de lançamento por declaração ou misto é aquele feito pela autoridade administrativa em face de uma declaração fornecida pelo contribuinte ou responsável, que anteriormente ao recolhimento, prestou uma declaração com informações a respeito da matéria tributável.

Dispõe o CTN:

Art. 147. O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

Exemplos dados pela doutrina são o ITCMD – Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação e IE - Imposto de Exportação (o imposto de exportação tem seu lançamento por declaração nos termos do art. 147 do Código Tributário Nacional, competindo ao exportador apenas a informação quanto aos fatos. À autoridade administrativa cabe a aplicação do direito, ou seja, a correta classificação fiscal da mercadoria de modo a viabilizar o posterior pagamento do quantum devido).

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO OU AUTOLANÇAMENTO: o lançamento por homologação é aquele que ocorre quando a legislação atribui ao contribuinte ou responsável o dever de realizar o pagamento do tributo de forma antecipada, sem necessidade de prévio exame pela autoridade administrativa. Ao tomar conhecimento da atividade assim exercida pelo contribuinte, a autoridade administrativa expressamente o homologa.

Dispõe o CTN:

Art. 150. O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa.

Podemos citar como exemplo de tributos lançados por homologação: IR, ICMS e IPI. Resumidamente, o sujeito passivo, ou um terceiro, antecipa o pagamento do tributo sem o prévio exame da autoridade administrativa. Posteriormente, a autoridade homologa o lançamento.

LANÇAMENTO DE OFÍCIO OU DIRETO: como regra, o lançamento de ofício é adequado aos tributos que têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento. Desta forma, é efetuado pela Administração sem a participação do contribuinte.

Dispõe o CTN:

Art. 149 O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa nos seguintes casos:

I - quando a lei assim o determine;

II - quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária;

III - quando a pessoa legalmente obrigada, embora tenha prestado declaração nos termos do inciso anterior, deixe de atender, no prazo e na forma da legislação tributária, a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa, recuse-se a prestá-lo ou não o preste satisfatoriamente, a juízo daquela autoridade;

IV - quando se comprove falsidade, erro ou omissão quanto a qualquer elemento definido na legislação tributária como sendo de declaração obrigatória;

V - quando se comprove omissão ou inexatidão, por parte da pessoa legalmente obrigada, no exercício da atividade a que se refere o artigo seguinte;

VI - quando se comprove ação ou omissão do sujeito passivo, ou de terceiro legalmente obrigado, que dê lugar à aplicação de penalidade pecuniária;

VII - quando se comprove que o sujeito passivo, ou terceiro em benefício daquele, agiu com dolo, fraude ou simulação;

VIII - quando deva ser apreciado fato não conhecido ou não provado por ocasião do lançamento anterior;

IX - quando se comprove que, no lançamento anterior, ocorreu fraude ou falta funcional da autoridade que o efetuou, ou omissão, pela mesma autoridade, de ato ou formalidade especial.

Parágrafo único. A revisão do lançamento só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.

É aquele realizado pela autoridade competente sem qualquer tipo de auxílio por parte do contribuinte. Uma característica que deve ser observada é que o rol de hipóteses de lançamento de ofício apresentado pelo artigo acima mencionado é taxativo, o que significa dizer que somente nos casos previstos pela lei poderá a Administração Pública efetuar o lançamento. Exemplos claros desse tipo de lançamento ocorrem nos tributos como IPTU, IPVA e nos autos de infração.

Tipos de lançamento

SÉRGIO MENDES

Lançamento por declaração ou misto → espontaneidade do sujeito passivo em declarar corretamente.

Para tornar exigível o tributo, com base nas informações contidas na declaração, o agente fazendário efetiva o ato de lançamento e dá ciência ao sujeito passivo. Exemplo: IE.

por homologação ou autolançamento → o pagamento e as informações prestadas pelo contribuinte são realizados sem qualquer exame prévio da autoridade administrativa.

Há multiplicidade de fatos geradores, em que o recolhimento é exigido do devedor independentemente de prévia manifestação do sujeito ativo. Exemplos: ICMS, IPI e IR.

de ofício ou direto → é efetuado pela Administração sem a participação do contribuinte. Exemplos: IPTU e IPVA.

SÉRGIO MENDES



(CESPE - Analista Judiciário – STJ – 2018) A proposta de aplicação de penalidades nos casos de atraso de pagamento de determinada receita pública constitui procedimento estranho aos estágios de execução dessa receita.

O **lançamento**, segundo o art. 142 do CTN, é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo **e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível**.

Resposta: Errada

(CESPE – Auditor de Contas Públicas - TCE/PB – 2018) O lançamento em que a legislação atribui ao sujeito passivo da obrigação tributária o dever de antecipar o pagamento do tributo sem que haja prévio exame da autoridade administrativa denomina-se lançamento por homologação.

No lançamento por **homologação ou autolançamento**, o pagamento e as informações prestadas pelo contribuinte são realizados sem qualquer exame prévio da autoridade administrativa. São tributos de caráter instantâneo e com multiplicidade de fatos geradores, em que o recolhimento é exigido do devedor independentemente de prévia manifestação do sujeito ativo. Assim, não é necessário que o sujeito ativo efetue o lançamento para tornar exigível a prestação tributária.

Resposta: Certa

(FGV – Contador – SEFIN/RO – 2018) A receita pública se direciona para os cofres públicos passando por quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Em relação ao lançamento, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo de lançamento por homologação.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo de lançamento por homologação ou autolançamento, pois o pagamento e as informações prestadas pelo contribuinte são realizados sem qualquer exame prévio da autoridade administrativa.

Resposta: Certa

(FGV – Especialista Legislativo – ALERJ – 2017) O estágio de execução da receita orçamentária que, a partir da ocorrência do fato gerador, identifica o sujeito passivo, é a arrecadação

O **lançamento**, segundo o CTN, é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível

Resposta: Errada

Arrecadação

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente. Eles atuam como depositários, ora descontando e retendo tributos sobre rendimento pagos, ora cobrando de seus clientes e consumidores tributos sobre bens e serviços fornecidos.

Assim, os contribuintes quitam seus débitos tributários mediante pagamento aos agentes arrecadadores, em geral instituições financeiras autorizadas, já que não têm acesso direto ao Tesouro Público.

Os agentes da arrecadação devem fornecer recibos das importâncias que arrecadarem, em uma única via, os quais devem conter o nome da pessoa que paga a soma arrecadada, a proveniência e a classificação, bem como a data e a assinatura do agente arrecadador⁴.

Arrecadação



É a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

Recolhimento

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa (ou de Tesouraria), representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

⁴ Art. 55 da Lei 4320/1964.

O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais⁵.

Recolhimento



É a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira.

O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais.

O recolhimento ao Tesouro é realizado pelos próprios agentes ou bancos arrecadadores. Essa ordem é bastante nítida, pois os agentes arrecadadores podem ser bancos ou caixas avançados do próprio ente. A **arrecadação** consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor. Já o **recolhimento** consiste no depósito em conta do Tesouro, aberta especificamente para esse fim, pelos caixas ou bancos arrecadadores.



Exemplos dos estágios da receita:

ESTÁGIOS	EXEMPLO: IPTU
Previsão	Previsão da receita do IPTU na lei orçamentária anual do município
Lançamento	Verifica a ocorrência do fato gerador e o montante devido para cada contribuinte, pois é um imposto direto
Arrecadação	O contribuinte realiza o pagamento junto aos agentes arrecadadores
Recolhimento	Transferência dos valores arrecadados aos cofres municipais

⁵ Art. 56 da Lei 4320/1964.



(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) A Arrecadação é o momento da transferência dos recursos à conta específica do Tesouro.

O **recolhimento** é o momento da transferência dos recursos à conta específica do Tesouro.

Resposta: Errada

(CESPE – Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP – 2018) A etapa de arrecadação da receita consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

O estágio do **recolhimento** da receita consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, observando-se o princípio da unidade de tesouraria ou de caixa.

Resposta: Errada

(CESPE – Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP – 2018) Arrecadação de receita pública é o ato de transferir aos cofres públicos os valores monetários entregues pelos contribuintes.

A arrecadação **consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor.**

O **recolhimento** de receita pública é o ato de transferir aos cofres públicos os valores monetários entregues pelos contribuintes.

Resposta: Errada

(FGV – Analista Legislativo – Câmara Municipal de Salvador – 2018) O Banco Beta transferiu para a conta da Prefeitura de Rio Alegria, em 20 de fevereiro de 20X1, o valor de R\$250.000,00, referente aos carnês de IPTU pagos. A etapa da receita orçamentária a que essa situação se refere é a arrecadação.

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o princípio da unidade de caixa (ou de tesouraria), representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente. Trata-se do caso em tela.

Resposta: Errada

(FCC – Analista em Gestão – DPE/AM - 2018) Em 09/01/2017, a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a “Taxas pela Prestação de Serviços” e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Em 20/02/2017, o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade e, em 24/02/2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Assim, de

acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita orçamentária classifica-se quanto à espécie em Taxas, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.

Como se trata de “Taxas pela Prestação de Serviços”, estamos diante de uma espécie de taxa. Vamos analisar todos os estágios da receita citados:

09/01/2017: a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a “Taxas pela Prestação de Serviços” e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do lançamento da receita.

20/02/2017: o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade. Trata-se do estágio da arrecadação da receita.

24/02/2017: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Trata-se do estágio do recolhimento da receita.

Logo, a receita orçamentária classifica-se quanto à espécie em Taxas, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.

Resposta: Certa

(FCC - Consultor Legislativo - CL/DF – 2018) Em 31/07/2018, um contribuinte pagou, em uma das instituições financeiras autorizadas pelo ente público municipal a quem era devedor, o valor do principal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, conforme especificado no documento de arrecadação. Sendo assim, em 31/07/2018 houve o recolhimento de uma receita orçamentária corrente.

A arrecadação é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente. Como se trata de um imposto, é uma receita orçamentária corrente tributária.

Resposta: Errada

(CESPE – Analista Judiciário - TRE/PE - 2017) Um dos estágios da receita pública é o recolhimento, que consiste na entrega dos recursos devidos pelos contribuintes ou devedores ao Tesouro Nacional.

A questão mistura dois estágios da receita.

A arrecadação consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor.

Já o recolhimento consiste no depósito em conta do Tesouro, aberta especificamente para esse fim, pelos caixas ou bancos arrecadadores.

Resposta: Errada

(FCC – Analista – ARTESP - 2017) O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.

A arrecadação é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

Resposta: Errada

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA

Estágios da Despesa Pública

Para melhor compreensão do processo orçamentário, a gestão da despesa orçamentária pode ser dividida em três etapas.

ETAPAS DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA:



- ⇒ **PLANEJAMENTO:** a etapa do planejamento abrange, de modo geral, a **fixação** da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação.
- ⇒ **EXECUÇÃO:** é a etapa em que os atos e fatos são praticados na Administração Pública para implementação da ação governamental, e na qual ocorre o processo de operacionalização objetiva e concreta de uma política pública. A Lei 4.320/1964 estabelece como estágios da execução da despesa orçamentária **o empenho, a liquidação e o pagamento**.
- ⇒ **CONTROLE E AVALIAÇÃO:** como na receita, comprehende a fiscalização realizada pelos órgãos de controle e pela sociedade. Visa à avaliação da ação governamental, da gestão dos administradores públicos e da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Veremos que os **estágios (ou fases)** da despesa estão compreendidos em suas **etapas**. No entanto, o Manual Técnico de Orçamento - MTO e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP inúmeras vezes tratam os temas como sinônimos.

Assim como ocorre com as receitas, para que se realize uma despesa do Poder Público ela deve passar por estágios, os quais devem ser seguidos com rigor.

Uma vez publicada a LOA, observadas as normas de execução orçamentária e de programação financeira da União, estabelecidas para o exercício, e lançadas as informações orçamentárias, fornecidas pela Secretaria de Orçamento Federal, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, por intermédio da geração automática do documento Nota de Dotação – ND, cria-se o crédito orçamentário e, a partir daí, tem-se o início da execução orçamentária propriamente dita.

A doutrina majoritária considera que os estágios da despesa são **fixação (ou programação), empenho, liquidação e pagamento**. A legislação não permite a inversão de qualquer estágio. São eles que estudaremos nos próximos tópicos.

Acrescento que há praticamente consenso que empenho, liquidação e pagamento são **estágios da execução da despesa**. Atualmente se encontra em aplicação a sistemática do **pré-empenho** antecedendo esses estágios, constituindo uma reserva de dotação orçamentária, já que, após o recebimento do crédito orçamentário e antes do seu comprometimento para a realização da despesa, existe uma fase geralmente demorada de licitação obrigatória junto a fornecedores de bens e serviços que impõe a necessidade de se assegurar o crédito até o término do processo licitatório.



A licitação é o procedimento administrativo que tem por objetivo verificar, entre vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas para a aquisição de bem ou serviço.

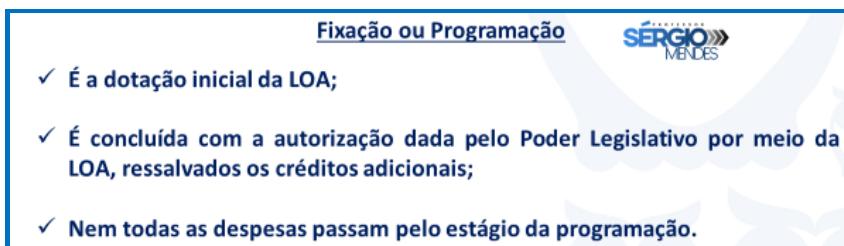
A licitação é regra para a Administração Pública. No entanto, a lei apresenta exceções a esta regra. São as situações em que ela é inexigível, dispensável ou dispensada, conforme a Lei 8.666/1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da CF/1988, estabelecendo normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações.

Fixação ou Programação

A **fixação ou programação da despesa** orçamentária insere-se no processo de planejamento, apesar de não estar previsto na Lei 4320/1964. É a dotação inicial da LOA que, segundo o princípio do equilíbrio, visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

Assim, a fixação é concluída com a autorização dada pelo Poder Legislativo por meio da lei orçamentária anual, ressalvadas as eventuais aberturas de créditos adicionais no decorrer da vigência do orçamento.

A legislação não permite a inversão de qualquer estágio. O que pode ocorrer é **exceção** quanto ao estágio da programação, como acontece com as despesas realizadas por meio da abertura de créditos extraordinários. Esse tipo de despesa não passa pelo estágio da programação, em virtude de sua imprevisibilidade e urgência.





(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) A execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em cinco estágios: fixação, empenho, liquidação, pagamento e contestação.

A execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em **três** estágios: empenho, liquidação e pagamento.

Resposta: Errada

(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) A licitação é a fase que precede o empenho das despesas e tem a finalidade de verificar junto aos fornecedores quem oferece as melhores condições ao órgão público (preço, prazo de entrega, formas de pagamento).

A licitação é o procedimento administrativo que tem por objetivo verificar, entre vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas para a aquisição de bem ou serviço.

Resposta: Certa

(FCC – Analista – ARTESP – 2017) A etapa do planejamento da despesa orçamentária abrange, entre outros itens, a descentralização/movimentação de créditos orçamentários.

A etapa do planejamento abrange, de modo geral, a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação.

Resposta: Certa

(CESPE – Auditor Federal de Controle Externo – TCU – 2015) A etapa do planejamento de determinada despesa pública encerra-se com sua fixação na lei orçamentária anual

A etapa do planejamento abrange, de modo geral, a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, **e o processo de licitação e contratação**.

Assim, a etapa do planejamento de determinada despesa pública **não** se encerra com a fixação na lei orçamentária anual.

Resposta: Errada

Empenho

Executar o orçamento é realizar as despesas públicas nele previstas e apenas estas, pois, para que qualquer utilização de recursos públicos seja efetuada, a primeira condição é que esse gasto tenha sido legal, oficialmente previsto e autorizado pelo Poder Legislativo, e que sejam seguidos à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento.

Portanto, o orçamento é um instrumento de verificação prévia do emprego do dinheiro público. Passa pela aprovação dos representantes da população, já que, segundo a CF/1988, os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum¹.

O **empenho** é o primeiro estágio da **execução** da despesa. Segundo a Lei 4.320/1964, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição². Tal artigo deve ser entendido como uma garantia ao credor que, se ele cumprir os termos do que foi tratado com a Administração, receberá o pagamento que estará reservado para ele.



EMPENHO

É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.³ As despesas só podem ser empenhadas até o limite dos créditos orçamentários iniciais e dos créditos orçamentários adicionais, e, de acordo com o cronograma de desembolso da unidade gestora, devidamente aprovado. Por exemplo, se o crédito é portador de uma dotação no valor de R\$ 100.000,00, o empenho não poderá ser superior a esse valor. Assim, o empenho precede a realização da despesa e está restrito ao limite do crédito orçamentário.

O empenho não poderá exceder o saldo disponível de dotação orçamentária, nem o cronograma de pagamento o limite de saques fixado, evidenciados pela contabilidade, cujos registros serão acessíveis às respectivas unidades gestoras em tempo oportuno⁴.



Os **parágrafos** do art. 59 da Lei 4320/1964 já foram superados pela legislação mais atual, como a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ainda, refere-se no § 1º a uma Constituição Federal anterior. Entretanto, como ainda podem aparecer em provas, vale a citação.

Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

¹ Art. 166, *caput*, da CF/1988.

² Art. 58 da Lei 4320/1964.

³ Art. 59, *caput*, da Lei 4320/1964.

⁴ Art. 26, *caput*, do Decreto 93.872/1986.

§ 1º Ressalvado o disposto no Art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

§ 2º Fica, também, vedado aos Municípios, no mesmo período, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito.

§ 3º As disposições dos parágrafos anteriores não se aplicam nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 4º Reputam-se nulos e de nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo com o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito nos termos do Art. 1º, inciso V, do Decreto-lei n.º 201, de 27 de fevereiro de 1967⁵.

O Decreto 93.872/1986 dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente, bem como trata dos estágios da despesa. De acordo com o referido Decreto, o empenho importa deduzir seu valor de dotação adequada à despesa a realizar, por força do compromisso assumido⁶. Se na mesma dotação de R\$ 100.000,00 forem empenhados R\$ 40.000,00, ocorrerá a baixa desse valor do crédito disponível de acordo com a sua destinação. Assim, restará o valor de R\$ 60.000,00 para novos empenhos nessa dotação.

As despesas só podem ser realizadas mediante prévio empenho, consoante a Lei 4.320/1964, a qual **veda** a realização de despesa sem prévio empenho:

Art. 60. É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

§ 1º Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho.

O Decreto 93.872/1986 reforça que é vedada a realização de despesa sem prévio empenho e acrescenta que, em caso de urgência caracterizada na legislação em vigor, admitir-se-á que o ato do empenho seja **contemporâneo** à realização da despesa⁷.

O que pode ser dispensada é a **nota de empenho** e nunca o empenho. A **nota de empenho (NE)** é a materialização do empenho. É um documento extraído para cada empenho, utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias realizadas pela Administração Pública Federal, ou seja, o comprometimento de despesa, seu reforço ou anulação, indicando o nome do credor, a especificação e o valor da despesa, bem como a dedução desse valor do saldo da dotação própria. Embora exista obrigatoriedade do nome do credor no documento nota de empenho, em alguns casos torna-se impraticável a emissão de empenhos individuais, tendo em vista o número excessivo de credores.

⁵ Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

⁶ Art. 25 do Decreto 93.872/1986.

⁷ Art. 24 do Decreto 93.872/1986.

Na União, a NE é elaborada no SIAFI e impressa após o empenho da despesa. É a emissão da nota de empenho que poderá ser dispensada em casos especiais previstos na legislação específica. Por exemplo, as NEs são dispensadas em despesas com sentenças judiciais, pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida etc.

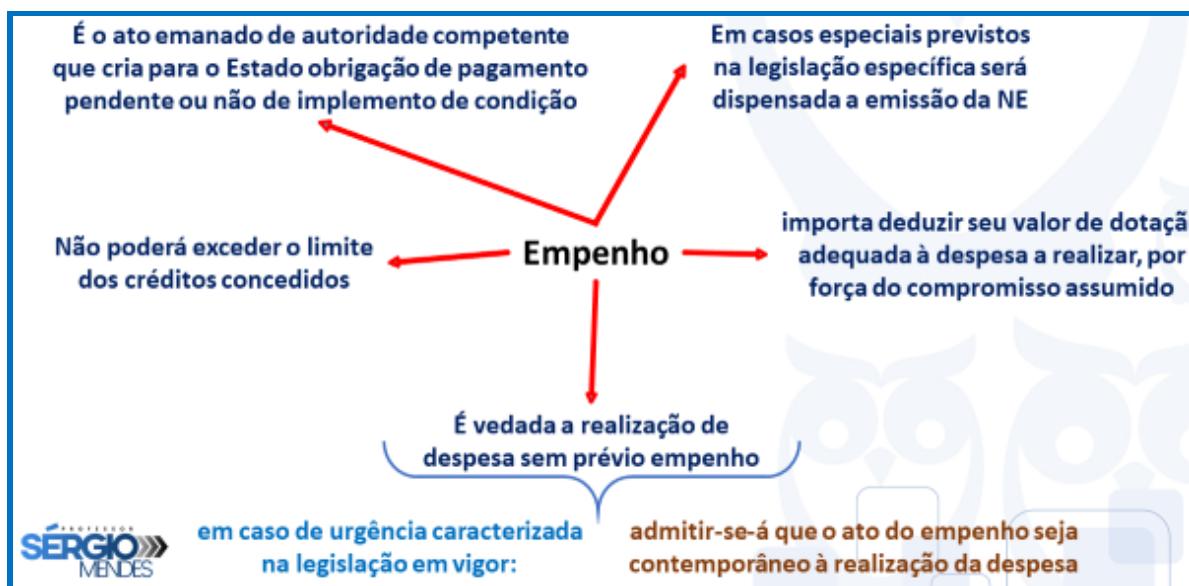


EMPENHO ≠ NOTA DE EMPENHO

É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho.

Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da **nota de empenho (NE)**.

A **NE** é a materialização do empenho.



(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) O empenho consiste na promessa efetiva de pagamento, sendo formalizado através de um compromisso assinado pelos representantes do órgão público, assegurado ao credor que ele receberá efetivamente o valor das despesas.

O empenho de despesa é o ato emanado de **autoridade competente** que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(CESPE – Auditor de Contas Públicas - TCE/PB – 2018) O empenho é o ato da autoridade competente que estabelece o cronograma de pagamento segundo a estimativa da despesa prevista na lei orçamentária.

O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) Em 09/08/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 6.500,00 referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. O fornecedor, atendendo as cláusulas contratuais, entregou o material em 16/08/2018, data em que a despesa foi liquidada. A despesa foi paga em 10/09/2018 pelo valor total do empenho. Em 09/08/2018 foi extraído um documento denominado nota de empenho, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

Em 09/08/2018 ocorreu o empenho. Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

(CESPE – Analista – IPHAN - 2018) O empenho é obrigatório para a realização da despesa pública, embora a emissão da nota de empenho seja dispensável em situações específicas.

É vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Certa

(FCC – Técnico Judiciário – TST – 2017) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos se isso constar do anexo de metas fiscais.

O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Errada

Os empenhos são classificados consoante sua natureza e finalidade. **São modalidades de empenho:**

- ⇒ **EMPENHO ORDINÁRIO:** para as despesas com montante **previamente conhecido** e cujo pagamento deva ocorrer de **uma só vez**.
- ⇒ **EMPENHO POR ESTIMATIVA:** a característica desta modalidade é a existência de despesa cujo montante **não se possa determinar**⁸. Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, energia elétrica e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

⁸ Art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964.

⇒ **EMPENHOS GLOBAIS:** para atender às despesas com montante também **definido**. A especificidade é que tal modalidade é permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a **parcelamento**⁹. São exemplos os aluguéis, salários, prestação de serviços etc.

<u>Modalidades de Empenho</u>	
<u>Ordinário</u> → montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.	
<u>Por estimativa</u> → montante não se pode determinar.	
<u>Global</u> → montante definido, mas permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento.	

Caso o empenho se revele **insuficiente** para atender a um determinado compromisso ao longo do exercício financeiro, existe a possibilidade de a unidade emitente **reforçar** o empenho. Assim, o novo valor do empenho passa a ser o valor inicial mais o valor do reforço. Caso o valor do empenho **exceda** o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado **parcialmente**.

O empenho deverá ser **totalmente** anulado quando tiver sido emitido incorretamente ou quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido. Exemplo: o serviço contratado não foi prestado ou o material encomendado não foi entregue. A anulação também é realizada por meio de nota de empenho.

<u>Empenho</u>	
empenho insuficiente → reforço	
empenho excedente → anulação parcial	
empenho incorreto ou objeto não cumprido → anulação total	

De acordo com o Decreto 93.872/1986:

Art. 35. O empenho de despesa não liquidada será considerado anulado em 31 de dezembro, para todos os fins, salvo quando:

I - vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;

II - vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em cursos a liquidação da despesa, ou seja de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;

III - se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;

IV - corresponder a compromissos assumido no exterior.



E também consoante o art. 28 do referido Decreto:

Art. 28 A redução ou cancelamento no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total, revertendo a importância correspondente à respectiva dotação, pela qual ficará automaticamente desonerado o limite de saques da unidade gestora.

Assim, a redução ou cancelamento, **no exercício financeiro**, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total. A importância correspondente **será revertida à respectiva dotação orçamentária**.

Vimos como exemplo que se na dotação de R\$ 100.000,00 forem empenhados R\$ 40.000,00, este valor será deduzido do total. Assim, restará o valor de R\$ 60.000,00 para novos empenhos nessa dotação. No entanto, se por algum motivo o empenho de R\$ 40.000,00 for anulado no mesmo exercício financeiro em que foi gerado, esse valor será revertido à respectiva dotação orçamentária, ou seja, a dotação voltará ao valor original de R\$ 100.000,00.

De acordo apenas com a Lei 4320/1964, quando a anulação de despesa ocorrer **após** o encerramento do exercício, considerar-se-á receita orçamentária do ano em que se efetivar¹⁰. Entretanto, o MCASP dispõe que **não** devem ser reconhecidos como receitas orçamentárias os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar, o qual consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores, portanto, trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada.

¹⁰ Art. 38 da Lei 4320/1964.

A redução ou cancelamento, no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total.

A importância correspondente será revertida à respectiva dotação orçamentária.

quando a anulação de despesa ocorrer após o encerramento do exercício

De acordo apenas com a Lei 4320/1964

De acordo com o MCASP

considerar-se-á receita orçamentária do ano em que se efetivar

não devem ser reconhecidos como receitas orçamentárias os recursos financeiros oriundos de cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar, o qual consiste na baixa da obrigação constituída em exercícios anteriores,

portanto, trata-se de restabelecimento de saldo de disponibilidade comprometida, originária de receitas arrecadadas em exercícios anteriores e não de uma nova receita a ser registrada.

O cancelamento de RP não se confunde com o recebimento de recursos provenientes do resarcimento ou da restituição de DEA que devem ser reconhecidos como receita orçamentária do exercício.

SÉRGIO MENDES

É recomendável constar no instrumento contratual o número da nota de empenho, visto que representa a garantia ao credor de que existe crédito orçamentário disponível e suficiente para atender a despesa objeto do contrato. Nos casos em que o instrumento de contrato é facultativo, a Lei 8.666/1993 admite a possibilidade de substituí-lo pela nota de empenho de despesa, hipótese em que o empenho representa o próprio contrato:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

As despesas relativas a contratos ou convênios de vigência plurianual serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte a ser executada no referido exercício¹¹.

As despesas relativas a contratos ou convênios de vigência plurianual serão empenhadas em cada exercício financeiro pela parte a ser executada no referido exercício.

Nos casos em que o instrumento de contrato é facultativo, a Lei 8.666/1993 admite a possibilidade de substituí-lo pela nota de empenho de despesa, hipótese em que o empenho representa o próprio contrato.

SÉRGIO MENDES

¹¹ Art. 27 do Decreto 93.872/1986.



Alguns doutrinadores dividem o empenho em fases, acompanhando algumas leis estaduais, como a Lei do Estado do Rio de Janeiro nº 287/1979. As fases seriam **licitação ou sua dispensa, autorização e formalização**:

- ⇒ A licitação é o procedimento administrativo que tem por objetivo verificar, entre vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas para a aquisição de bem ou serviço.
- ⇒ A autorização é a permissão dada por autoridade competente para a realização da despesa.
- ⇒ A formalização é a dedução do valor da despesa, feita no saldo disponível da dotação ou do crédito apropriado comprovada pela Nota de Empenho.



(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Os empenhos podem ser classificados em ordinário, estimativo e global.

Os empenhos são classificados em ordinário, estimativo e global.

Resposta: Certa

(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) O Empenho Estimativo é o empenho utilizado para as despesas cujo montante se pode determinar previamente, tomando-se como base os gastos de outros períodos ou os gastos de outras unidades governamentais.

Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante **não** se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, sendo vedada sua anulação parcial.

Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado **parcialmente**.

Resposta: Errada

(CESPE – Auditor de Contas Públicas - TCE/PB – 2018) Os empenhos aplicáveis às despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica e os aplicáveis aos compromissos decorrentes de aluguéis classificam-se, respectivamente, em estimativos e globais.

O empenho por estimativa tem como característica a existência de despesa cujo montante não se possa determinar. São exemplos as despesas relacionadas ao consumo de energia elétrica.

O empenho global é utilizado para atender às despesas com montante definido, porém para aquelas contratuais e outras sujeitas a parcelamento. São exemplos as despesas decorrentes de aluguéis.

Resposta: Certa

(CESPE – Técnico – MPE/PI – 2018) Despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência superior a um exercício terão de ser empenhadas por inteiro no exercício em que começar a sua execução.

As despesas relativas a contratos, convênios, acordos ou ajustes de vigência plurianual, serão empenhadas em cada exercício financeiro **pela parte nele a ser executada** (art. 27 do Decreto 93.872/1986).

Resposta: Errada

(FGV – Analista Legislativo – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Considere as seguintes despesas: (a) pessoal e encargos; (b) aluguel de veículos. Os empenhos dessas despesas podem ser classificados, respectivamente, como: (a) estimativo e (b) ordinário.

O empenho **estimativo** é utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros; para as despesas de pessoal e encargos sociais, serão realizados empenhos estimativos até o limite da provisão de crédito autorizada.

Já o empenho **global** é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

Resposta: Errada

(FGV – Contador – SEFIN/RO – 2018) O empenho é o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, que será cumprido com a entrega do material, a medição da obra ou a prestação do serviço. Nesse sentido, a modalidade de empenho global é aquele destinado a atender às despesas sujeitas a parcelamento e com montante determinado.

O empenho global é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

Resposta: Certa

(FCC – Analista Legislativo – ALE/SE – 2018) Em janeiro de 2018, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública realizou o empenho de despesa referente ao consumo de energia elétrica da entidade, cujo montante exato da despesa não foi possível ser determinado previamente. De acordo

com as determinações da Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em janeiro de 2018, foi utilizado o empenho global.

Será feito **por estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964). Um exemplo é o empenho para pagamento de energia elétrica.

Resposta: Errada

(FCC - Consultor Legislativo - CL/DF – 2018) No dia 02 de julho de 2018, o ordenador de despesa de uma unidade orçamentária estadual empenhou despesa no valor de R\$ 300.000,00 referente à concessão de auxílio financeiro a pesquisadores, na forma de bolsas de pesquisas, para o desenvolvimento de pesquisas científicas. No dia 16 de julho de 2018, foi constatado um erro e o empenho referente à concessão de auxílio financeiro a pesquisadores foi anulado. Sendo assim, em 16 de julho de 2018, conforme a Lei nº 4.320/1964, o valor de R\$ 300.000,00 foi considerado um aumento da Receita Corrente.

A redução ou cancelamento, no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total. A importância correspondente **será revertida à respectiva dotação orçamentária**.

Resposta: Errada

(CESPE – Analista Judiciário – TRT/8 – 2016) Se o instrumento de contrato for facultativo, ele poderá ser substituído pela ordem bancária.

O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, **tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço** (art. 62 da Lei 8.666/1993).

Resposta: Errada

Liquidação

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor (ou entidade beneficiária) tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (ou da habilitação ao benefício)¹². Assim, a despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor denominado **liquidação** antes de ser paga. Esse procedimento tem como objetivo verificar a origem e o objeto do que deve se pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.¹³ A liquidação também é realizada no SIAFI, por meio da Nota de Lançamento (NL).

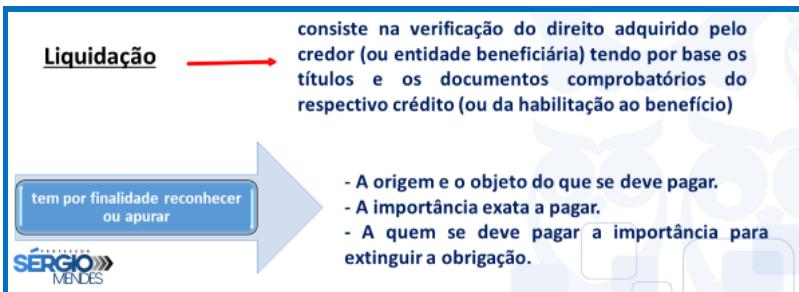
¹² Art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964 c/c art. 36, *caput*, do Decreto 93.872/1986.

¹³ Art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964.



A liquidação tem por finalidade reconhecer ou apurar:

- A origem e o objeto do que se deve pagar.
- A importância exata a pagar.
- A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.



Já sabemos que o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Porém, estando a despesa legalmente empenhada, nem assim o Estado se vê obrigado a efetuar o pagamento, uma vez que o implemento de condição poderá estar concluído ou não. A Lei 4.320/1964 determina que o pagamento de qualquer despesa pública, seja ela de que importância for, passe pelo crivo da liquidação. É nesse segundo estágio da execução da despesa que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou, ainda, a realização da obra, evitando, dessa forma, o pagamento sem o implemento de condição.



Base para a liquidação:¹⁴

As despesas com fornecimento ou com serviços prestados terão por base:

- O **contrato**, ajuste ou acordo respectivo.
- A **nota de empenho**.
- Os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva dos serviços.

Segundo a Lei 4.320/1964:

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Somente após a apuração do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da completa habilitação da entidade beneficiada, a unidade gestora providenciará

¹⁴ Art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964.

o imediato pagamento da despesa. Assim, nenhuma despesa poderá ser **paga** sem estar devidamente **liquidada**.



(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) A liquidação se refere ao terceiro estágio da despesa pública e consiste na recepção de um documento pelo credor, onde ele atesta que o órgão público liquidou todas as obrigações que devia a ele.

A liquidação da despesa consiste **na verificação do direito adquirido pelo credor** tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(FCC - Assistente Técnico Fazendário - Pref. de Manaus/AM - 2019) Em 12/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 3.460,00 referente à aquisição de material de copa e cozinha, sendo que tal material foi adquirido para ser utilizado pelo pessoal alocado no referido ente para o desenvolvimento de suas atividades. Em 19/12/2018, todo o material adquirido foi entregue pelo fornecedor e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. A despesa foi paga, pelo valor total de R\$ 3.460,00, em 18/01/2019. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a formalização do empenho da despesa ocorrido em 12/12/2018 foi emitido um documento denominado Ordem Bancária de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.

Em 12/12/2018 ocorreu o empenho. **Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho** que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4320/1964). A **liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base**: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; **a nota de empenho**; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(CESPE – Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP – 2018) A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, e tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Tem por finalidade reconhecer ou apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Resposta: Certa

(CESPE – Auditor de Contas Públicas - TCE/PB – 2018) A liquidação da despesa pública é o pagamento mediante a apresentação de nota que certifica a prestação do serviço ou a entrega do produto.

A liquidação da despesa consiste **na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito** (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(FGV – Analista Legislativo – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Ao final de um dado mês, um fornecedor de serviços entregou em uma Câmara Municipal uma nota fiscal de prestação de serviços de manutenção e o fiscal do contrato atestou que o serviço fora devidamente prestado, conforme previsto no edital de licitação e no contrato. A nota fiscal foi anexada ao processo de execução da despesa. O estágio da despesa a ser cumprido a partir da situação descrita é o empenho.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964). Trata-se do caso em apreço.

Resposta: Errada

(FCC - Consultor Legislativo - CL/DF – 2018) No dia 13 de junho de 2018, um dos fornecedores de material de consumo entregou um lote de pacotes de papel sulfite para uma entidade pública governamental, conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 14 de maio de 2018. Na data da entrega, um dos gestores da entidade confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da entrega do material, com a finalidade de verificar o direito adquirido pelo fornecedor. Sendo assim, em 13 de junho de 2018, ocorreu o estágio da despesa orçamentária denominado liquidação.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964). A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

(FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) A liquidação da despesa referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis teve por base o edital de licitação, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.

A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: **o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço** (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(FCC – Técnico Judiciário – TRT/21 – 2017) A verificação que tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação, é a liquidação da despesa.

A liquidação tem por finalidade reconhecer ou apurar (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964):

- A origem e o objeto do que se deve pagar.
- A importância exata a pagar.
- A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Resposta: Certa

Pagamento

O **pagamento** consiste na entrega de numerário ao credor mediante cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta. No SIAFI, é realizado mediante ordem bancária, equivalente à dívida líquida. É o último estágio da despesa. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação. Desta forma, nenhuma despesa poderá ser paga sem estar devidamente liquidada.

A Lei 4.320/1964 define ainda a **ordem de pagamento**, a qual é o despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga¹⁵. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade¹⁶. Ou seja, é a assinatura do gestor público determinando o pagamento. Já a ordem bancária (OB) é o documento do SIAFI utilizado para o pagamento de compromissos, bem como para a liberação de recursos para fins de suprimento de fundos.

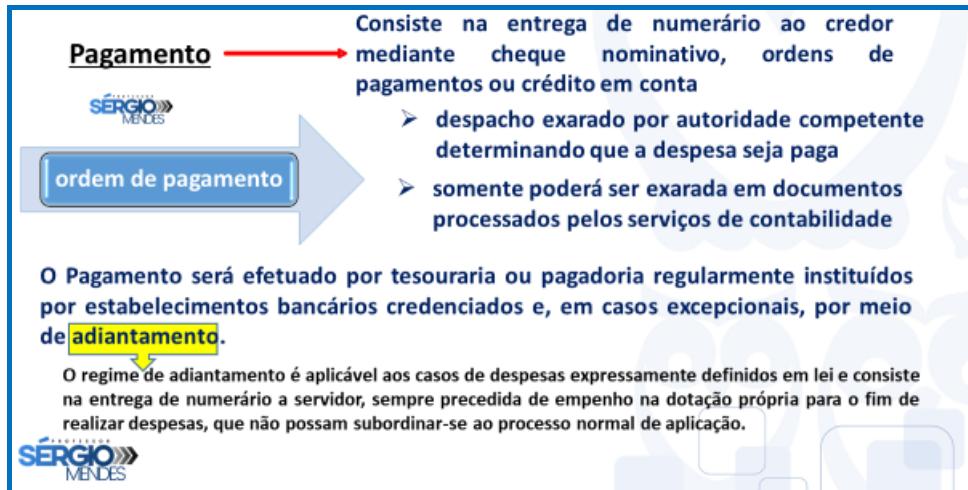
O pagamento da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de **adiantamento**¹⁷. O regime de adiantamento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria para o fim de realizar despesas, que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação¹⁸.

¹⁵ Art. 64, *caput*, da Lei 4320/1964.

¹⁶ Art. 64, parágrafo único, da Lei 4320/1964.

¹⁷ Art. 65 da Lei 4320/1964.

¹⁸ Art. 68 da Lei 4320/1964.



Quanto ao pagamento antecipado de fornecimento de bens, execução de obra ou prestação de serviço, o Decreto 93.872/1986 determina:

Art. 38. Não será permitido o pagamento antecipado de fornecimento de materiais, execução de obra, ou prestação de serviço, inclusive de utilidade pública, admitindo-se, todavia, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual na vigência do respectivo contrato, convênio, acordo ou ajuste, segundo a forma de pagamento nele estabelecida, prevista no edital de licitação ou nos instrumentos formais de adjudicação direta.



(FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) O pagamento da despesa refere-se ao segundo estágio das despesas, consiste na entrega de numerário ao credor e deve ser efetuado antes da liquidação da despesa.

O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado **após** sua regular liquidação (art. 62 da Lei 4320/1964). O pagamento é o último estágio da despesa pública.

Resposta: Errada

(CESPE – Técnico Municipal de Controle Interno - CGM/JP – 2018) O pagamento é o último estágio da despesa pública e só será realizado **após** a regular liquidação da despesa.

O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado **após** sua regular liquidação (art. 62 da Lei 4320/1964). O pagamento é o último estágio da despesa pública.

Resposta: Certa

(CESPE – Analista Judiciário – STM – 2018) Ao identificar uma despesa empenhada, o gestor deverá encaminhar para pagamento ao fornecedor ou inscrever a obrigação em restos a pagar, caso o exercício financeiro se encerre.

O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado **após sua regular liquidação** (art. 62 da Lei 4320/1964).

Resposta: Errada

(CESPE – Técnico – MPE/PI – 2018) O adiantamento da despesa constitui um dos estágios da despesa pública.

O adiantamento **não** é estágio da despesa pública. O **pagamento** da despesa será efetuado por tesouraria ou pagadoria regularmente instituídos por estabelecimentos bancários credenciados e, em casos excepcionais, por meio de adiantamento (art. 65 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Errada

(FCC – Auditor de Controle Externo - TCM/GO – 2015) A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga (art. 64, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Certa

Enfoque Orçamentário e Enfoque Patrimonial

No regime de **caixa**, as receitas são contabilizadas somente quando recebidas (entram no caixa) e as despesas no momento em que são pagas (saem do caixa), independentemente do momento em que são comprometidas. Por exemplo, se eu compro um produto em novembro (fato gerador da despesa) e pago em dezembro, no regime de caixa a despesa seria contabilizada em dezembro, pois foi o mês em que ocorreu a saída de recursos do meu caixa.

No regime de **competência**, as receitas e despesas são contabilizadas quando são comprometidas (fato gerador da despesa), independentemente do momento que as receitas entram ou as despesas saem do caixa. Por exemplo, se eu compro um produto em novembro (fato gerador da despesa) e pago em dezembro, no regime de competência a despesa seria contabilizada em novembro, pois foi o mês em que ocorreu o comprometimento da despesa.



Pergunta: E na Administração Pública, qual o regime utilizado?

Resposta: Depende se o enfoque é orçamentário ou patrimonial.

Do ponto de vista **ORÇAMENTÁRIO**, o reconhecimento da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação e da despesa orçamentária no exercício financeiro da emissão de empenho. Tal situação decorre da aplicação da Lei 4.320/1964, que, em seu art. 35, incisos I e II, dispõe que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas:



Lei 4320/1964

*Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:
I – as receitas nele arrecadadas;
II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

O regime adotado para reconhecimento das receitas decorre do enfoque orçamentário dessa lei, com o objetivo de evitar o risco de que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetivada.

Enfoque Orçamentário

Lei 4.320/1964

*Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:
I – as receitas nele arrecadadas;
II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

Visa minimizar o risco de que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetivada.

O art. 35 refere-se ao **enfoque orçamentário e não ao enfoque patrimonial**, pois a contabilidade é tratada em título específico da citada lei (Título IX – Da Contabilidade), no qual se determina que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Em relação à **Receita, no enfoque patrimonial**, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do **fato gerador**, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Por exemplo, no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do **lançamento** como referência para o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa, pois nesse momento é que se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente e, ocorrido o fato gerador, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro por competência. Já no enfoque orçamentário, a receita será reconhecida no momento da arrecadação, caracterizando um regime orçamentário **de caixa**.

No que se refere à **Despesa, no enfoque patrimonial**, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial diminutiva, independentemente da execução orçamentária, em função do **fato gerador**, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Em regra, o fato gerador será simultâneo tanto na liquidação da despesa, como na aquisição de bens de consumo. Entretanto,

em algumas situações, o fato gerador poderá ocorrer anteriormente à liquidação, por exemplo, na aquisição de um seguro com vigência de 12 meses. Nesse caso, no enfoque patrimonial, será apropriado um direito ao seguro. Já no enfoque orçamentário, a despesa será reconhecida apenas na liquidação durante o exercício corrente e, ao final desse exercício, por meio do empenho (art. 35 da Lei 4.320/1964), caracterizando um regime orçamentário **de competência**.

Enfoque Patrimonial

SERGIO MENDES

A contabilidade é tratada em título específico da Lei 4320/1964 (Título IX – Da Contabilidade), no qual se determina que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa (no caso da Receita) e da variação patrimonial diminutiva (no caso da despesa) independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios da competência e da oportunidade

ENFOQUE	RECEITA	DESPESA
ORÇAMENTÁRIO	CAIXA	COMPETÊNCIA
PATRIMONIAL	COMPETÊNCIA	COMPETÊNCIA



(CESPE – Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP – 2018) Do ponto de vista orçamentário, as receitas são reconhecidas a partir da sua arrecadação.

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Resposta: Certa

(CESPE – Auditor Municipal de Controle Interno - CGM/JP – 2018) Uma despesa que tenha sido empenhada em 2016, mas cujo pagamento tenha sido efetuado somente em 2017, deverá ser considerada como pertencente ao exercício financeiro de 2017.

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Logo, uma despesa que tenha sido empenhada em 2016, mas cujo pagamento tenha sido efetuado somente em 2017, deverá ser considerada como pertencente ao exercício financeiro de **2016**.

Resposta: Errada

(CESPE – Analista Judiciário - TRE/PE - 2017) No relacionamento entre os regimes orçamentário e contábil no âmbito da administração pública, as variações patrimoniais serão evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

A contabilidade é tratada em título específico da Lei 4320/1964 (Título IX – Da Contabilidade), no qual se determina que as variações patrimoniais devam ser evidenciadas, sejam elas independentes ou resultantes da execução orçamentária.

Resposta: Certa

(FGV – Oficial de Chancelaria – MRE – 2016) De acordo com o regime orçamentário vigente no Brasil, previsto na Lei nº 4.320/1964, receitas e despesas devem ser reconhecidas a partir de estágios de execução. Dessa forma, receitas e despesas são consideradas realizadas, para fins orçamentários, respectivamente, quando arrecadadas e empenhadas.

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Resposta: Certa

(FGV – Analista – IBGE – 2016) As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de **24.487.589,00**.

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Logo, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi a empenhada, no valor de **24.487.589,00**.

Resposta: Certa

(FCC – Analista em Gestão – DPE/AM – 2018) Considere as transações ocorridas no mês de setembro de 2017 em uma determinada entidade pública estadual:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. A despesa foi liquidada e paga em 04/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, referente à manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 5.000,00. A despesa foi liquidada em 06/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente à amortização do principal da dívida pública interna no valor de R\$ 650.000,00. A despesa foi paga em 02/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a juros da dívida pública mobiliária no valor de R\$ 7.000,00. A despesa foi liquidada em 04/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. A despesa foi liquidada em 03/11/2017 e paga em 10/11/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à ampliação do edifício-sede da entidade, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, no valor de R\$ 50.000,00. A despesa foi liquidada em 02/10/2017 e paga em 13/11/2017.
- Devolução de depósito caução recebido no valor de R\$ 40.000,00.
- Reconhecimento do ajuste de perdas com material de consumo no valor de R\$ 9.000,00. O material de consumo foi adquirido em janeiro de 2017.

Com base nessas informações, o total da despesa corrente que impactou o resultado de execução orçamentária, conforme a Lei nº 4.320/1964, referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais, 42.000,00.

De acordo com a Lei 4.320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Empenhos em dezembro:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00.
- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, referente à manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 5.000,00.
- Empenho de despesa referente à amortização do principal da dívida pública interna no valor de R\$ 650.000,00.
- Empenho de despesa referente a juros da dívida pública mobiliária no valor de R\$ 7.000,00.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00.
- Empenho de despesa referente à ampliação do edifício-sede da entidade, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, no valor de R\$ 50.000,00.

A amortização do principal da dívida pública interna, a aquisição de um veículo novo e a ampliação do edifício-sede da entidade são despesas de capital. Logo, não entra na soma dos empenhos de despesas Correntes.

Assim, conforme o enunciado, os empenhos que devem ser considerados são apenas das despesas correntes:

Aquisição de material de consumo - R\$ 30.000,00.

Serviços de terceiros – pessoa física - R\$ 5.000,00.

Juros da dívida pública mobiliária - R\$ 7.000,00.

Total = R\$ 42.000,00

Resposta: Certa

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA - QUESTÕES COMENTADAS

ESTÁGIOS DA RECEITA

- 1) (VUNESP - Analista de Gestão - Contabilidade - IPSM/Pref. de São José dos Campos/SP - 2018) A Receita Pública deverá percorrer estágios, que são respectivamente:
- (1) Orçamentação; (2) recebimento; e (3) distribuição;
 - (1) Orçamentação; (2) Destinação; e (3) Recolhimento;
 - (1) Previsão; (2) Orçamentação; e (3) Recolhimento; ou
 - (1) Previsão; (2) Lançamento; e (3) Arrecadação e Recolhimento.
 - (1) Fixação; (2) Empenho; (3) Liquidação.

Os estágios da receita são: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.**

Resposta: Letra D

- 2) (VUNESP – Diretor de Finanças – Câmara Municipal de Jales/SP - 2018) São estágios da receita pública:
- arrecadação, recolhimento e inscrição.
 - pagamento, recolhimento e lançamento.
 - inscrição, recolhimento e averbação.
 - previsão, arrecadação e recolhimento.
 - lançamento, registro e pagamento.

Os estágios da receita são: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.**

A única resposta possível é a alternativa “D”.

Resposta: Letra D

- 3) (VUNESP – Analista de Orçamento e Planejamento – Pref. de Sertãozinho/SP - 2018) Trata-se do ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora para inscrever o débito. Tal etapa se refere
- ao planejamento.
 - à execução.
 - ao lançamento.
 - ao recolhimento.
 - à cobrança.

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

- 4) (VUNESP - Diretor Contábil Legislativo - Câmara Municipal de Dois Córregos/SP - 2018) Considere as seguintes informações para responder à questão.

Em 1º de janeiro de 2016, a repartição competente de uma entidade pública municipal verificou a procedência do crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a pessoa devedora e

inscreveu o débito desta. O devedor, em 22 de janeiro de 2016, efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 26 de janeiro de 2016, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Municipal.

De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU classifica-se, quanto à origem, em Receitas a) Tributárias, sendo que em 1º de janeiro de 2016 ocorreu a previsão da receita orçamentária. b) Tributárias, sendo que em 1º de janeiro de 2016 ocorreu o lançamento da receita orçamentária. c) Correntes, sendo que em 22 de janeiro de 2016 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária. d) com Impostos, sendo que em 22 de janeiro de 2016 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária. e) com Impostos, sendo que em 26 de janeiro de 2016 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.

O IPTU é classificado na origem Receitas Tributárias (Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria). Analisando as informações:

01/01/2016: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do **lançamento**.

22/01/2016: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente. Trata-se do estágio da **arrecadação**.

26/01/2016: o valor recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Municipal. Trata-se do estágio do **recolhimento**.

Logo, o crédito referente ao IPTU classifica-se, quanto à origem, em Receitas Tributárias, sendo que em 1º de janeiro de 2016 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.

Resposta: Letra B

5) (VUNESP - APOFP - Concurso Unificado de Promoção - 2017) Considere as informações a seguir para responder à questão a seguir.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as etapas da receita orçamentária que ocorreram em 17 de janeiro de 2017 e em 22 de fevereiro de 2017 foram, respectivamente,

- a) inscrição e arrecadação.
- b) previsão e arrecadação.
- c) previsão e recolhimento.
- d) lançamento e arrecadação.
- e) lançamento e recolhimento.

Analizando as informações:

17/01/2017: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do **lançamento**.

15/02/2017: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente. Trata-se do estágio da **arrecadação**.

22/02/2017: o valor recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Trata-se do estágio do **recolhimento**.

Logo, as etapas (estágios) da receita orçamentária que ocorreram em 17 de janeiro de 2017 e em 22 de fevereiro de 2017 foram, respectivamente, **lançamento e recolhimento**.

Resposta: Letra E

6) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira - TCE/SP – 2017) As etapas da receita orçamentária podem ser classificadas da seguinte forma:

- a) previsão, lançamento, execução e recolhimento.
- b) previsão, lançamento e liquidação.
- c) licitação, empenho, contratação e liquidação.
- d) programação, recolhimento e aplicação.
- e) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Os estágios (etapas) da receita são: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Resposta: Letra E

7) (VUNESP – Contador – Pref. de Suzano/SP - 2017) Durante as fases da receita orçamentária, o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal, quem é a pessoa que lhe é devedora e que inscreve a débito dela o crédito, ocorre

- A) na determinação constitucional.
- B) no estágio de previsão.
- C) no estágio de lançamento.
- D) no estágio de arrecadação.
- E) no estágio de recolhimento.

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

8) (VUNESP – Analista Legislativo - Contador – Câmara de Pirassununga/SP - 2016) A receita pública, assim como a despesa, passam por fases e estágios constantes na Lei nº 4.320/64. Os estágios da execução da receita pública são:

- a) tributação, lançamento e arrecadação.
- b) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- c) previsão, lançamento e arrecadação.
- d) arrecadação, lançamento e investimento.
- e) tributação, lançamento e recolhimento.

São estágios da execução da receita pública: lançamento, arrecadação e recolhimento.

Resposta: Letra B

9) (VUNESP – Analista Judiciário – Fiscal de Arrecadação – TJ/PA – 2014) São estágios da Receita Orçamentária, os seguintes:

- a) previsão, compensação e recolhimento.
- b) lançamento, cobrança e arrecadação.
- c) cobrança, compensação e pagamento.
- d) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- e) cobrança, ajuizamento e recolhimento.

São estágios da Receita Orçamentária: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

A única resposta possível é a alternativa “D”.

Resposta: Letra D

10) (VUNESP – Analista Judiciário – Fiscal de Arrecadação – TJ/PA – 2014) O Lançamento da Receita corresponde a:

- a) alterações orçamentárias.
- b) inscrição de débitos.
- c) execução de créditos.
- d) aumento de arrecadação.
- e) execução de débitos.

O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e **inscreve o débito desta** (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

11) (VUNESP - Contador – Pref. de São Carlos/SP – 2012) Estágios da Receita Pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições encarregados de executá-las. Nos tempos atuais, em face das técnicas utilizadas, a receita deverá percorrer três estágios, que são:

- I. provisão;
- II. crescimento econômico;
- III. previsão;
- IV. lançamento;
- V. arrecadação e recolhimento.

Está correto o contido em

- a) I, II, III, IV e V.
- b) III, IV e V, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

A questão trata de três estágios, mas sabemos que são quatro estágios: arrecadação e recolhimento não se confundem.

Os estágios da receita pública são **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Logo, estão corretos os itens III, IV e V.

Resposta: Letra B

12) (VUNESP - Contador – SAEE – Pref. de São Carlos/SP – 2009) A receita pública flui para os cofres públicos dentro de uma sistemática evolutiva, tendo em vista a sequência operacional de que resulta seu recebimento. Dessa forma, os estágios da receita pública são os seguintes:

- a) previsão, organização, lançamento e arrecadação.
- b) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- c) estimativa, organização, lançamento e arrecadação.
- d) proposta, organização, lançamento e arrecadação.

e) proposta, organização, lançamento e recolhimento.

Os estágios da receita pública são os seguintes: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.**

Resposta: Letra B

13) (VUNESP - Técnico em Gestão Organizacional - Finanças Públicas, SIAFEM e SIAFÍSICO – ITESP – 2008) Sobre a receita pública, segundo a disciplina que lhe é conferida pela Lei Geral do Orçamento, é correto afirmar que:

- a) seu recolhimento é feito mediante estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.
- b) no recolhimento de todas as receitas são permitidas fragmentações quando destinadas à criação de caixas especiais.
- c) os impostos diretos com vencimento determinado em lei não são objeto de lançamento.
- d) os agentes da arrecadação são dispensados de fornecer recibos das importâncias arrecadadas.
- e) são classificadas como receitas orçamentárias, observadas as ressalvas legais, todas as receitas arrecadadas, exceto as provenientes de operações de crédito, ainda que previstas no Orçamento.

a) Correta. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais (art. 56 da Lei 4320/1964).

b) Errada. O recolhimento de todas as receitas far-se-á em estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria, **vedada** qualquer fragmentação para criação de caixas especiais (art. 56 da Lei 4320/1964).

c) Errada. **São** objeto de lançamento os impostos diretos e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato (art. 52 da Lei 4320/1964).

d) Errada. Os agentes da arrecadação **devem** fornecer recibos das importâncias que arrecadarem, em uma única via, os quais devem conter o nome da pessoa que paga a soma arrecadada, a proveniência e a classificação, bem como a data e a assinatura do agente arrecadador (art. 55 da Lei 4.320/1964).

e) Errada. São classificadas como receitas orçamentárias, observadas as ressalvas legais, todas as receitas arrecadadas, **inclusive** as provenientes de operações de crédito, ainda que **não** previstas no Orçamento (art. 57 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

14) (FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) As etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos. A esse respeito, considere:

- I. As etapas das receitas orçamentárias se resumem em: Previsão, Lançamento, e Recolhimento.
- II. A Previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Essa Previsão deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- III. A Arrecadação é o momento da transferência dos recursos à conta específica do Tesouro.
- IV. Não são todas as receitas orçamentárias que passam por todas as etapas da receita orçamentária, a exemplo das receitas orçamentárias arrecadadas não previstas.

Está correto o que consta APENAS de:

- a) IV.
- b) I, II e III.

- c) II, III, e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

I) Errado. As etapas das receitas orçamentárias se resumem em: previsão, lançamento, **arrecadação** e recolhimento.

II) Correto. A previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Essa previsão deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.

III) Errado. O **recolhimento** é o momento da transferência dos recursos à conta específica do Tesouro.

IV) Correto. Nem todas as receitas orçamentárias passam por todas as etapas da receita orçamentária, a exemplo das receitas orçamentárias arrecadadas, mas não previstas.

Logo, está correto o que consta apenas de **II e IV**.

Resposta: Letra E

15) (FCC - Consultor Legislativo – Finanças Públicas - CL/DF – 2018) Em 31/07/2018, um contribuinte pagou, em uma das instituições financeiras autorizadas pelo ente público municipal a quem era devedor, o valor do principal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, conforme especificado no documento de arrecadação. Sendo assim, em 31/07/2018 houve

- a) o recolhimento de uma receita orçamentária corrente.
- b) o lançamento de uma receita orçamentária de capital.
- c) a arrecadação de uma receita orçamentária corrente.
- d) o lançamento de uma receita orçamentária corrente.
- e) a arrecadação de uma receita orçamentária de capital.

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente. Como se trata de um imposto, é uma **receita orçamentária corrente** tributária.

Resposta: Letra C

16) (FCC – Analista de Finanças e Controle - SEAD/AP - 2018) Em 10/10/2018, um devedor pagou, em uma das instituições financeiras autorizadas pelo ente público estadual a quem devia, o valor de R\$ 10.000,00 referente a uma cessão de direito de uso, conforme especificado no documento de arrecadação. Sendo assim, em 10/10/2018, houve

- a) o recolhimento de uma receita de serviços.
- b) a arrecadação de uma transferência de capital.
- c) a arrecadação de uma receita patrimonial.
- d) o lançamento de uma receita de capital.
- e) o lançamento de uma receita corrente.

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente. Como se trata de uma cessão de direito de uso, é uma **receita orçamentária corrente patrimonial**.

Resposta: Letra C

17) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) Considere as informações, abaixo, referentes à receita de Impostos de um ente público estadual:

12/01/2018: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta.

02/02/2018: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente.

06/02/2018: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

Com base nessas informações, em

- a) 12/01/2018 ocorreu a inscrição e em 02/02/2018 o recolhimento da receita orçamentária.
- b) 12/01/2018 ocorreu o lançamento e em 06/02/2018 o recolhimento da receita orçamentária.
- c) 12/01/2018 ocorreu a previsão e em 06/02/2018 a arrecadação da receita orçamentária.
- d) 02/02/2018 ocorreu o recolhimento e em 06/02/2018 o pagamento da receita orçamentária.
- e) 02/02/2018 ocorreu a arrecadação e em 06/02/2018 o pagamento da receita orçamentária.

Analisando as informações:

12/01/2018: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do **lançamento**.

02/02/2018: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente. Trata-se do estágio da **arrecadação**.

06/02/2018: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Trata-se do estágio do **recolhimento**.

Logo, com base nessas informações, em **12/01/2018** ocorreu o **lançamento** e em **06/02/2018** o **recolhimento da receita orçamentária**.

Resposta: Letra B

18) (FCC – Analista em Gestão – Contabilidade – DPE/AM - 2018) Em 09/01/2017, a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a “Taxes pela Prestação de Serviços” e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Em 20/02/2017, o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade e, em 24/02/2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita orçamentária classifica-se quanto à

- a) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 09/01/2017 ocorreu a inscrição da receita orçamentária.
- b) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 24/02/2017 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.
- c) espécie em Taxes, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.
- d) espécie em Impostos, sendo que em 20/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.
- e) espécie em Impostos, Taxes e Contribuições de Melhorias, sendo que em 24/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.

Como se trata de “Taxes pela Prestação de Serviços”, estamos diante de uma espécie de **taxa**. Como isso já sabemos que a resposta é a Letra “C”.

Entretanto, também vamos analisar pelos estágios da receita:

09/01/2017: a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a “Taxes pela Prestação de Serviços” e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do **lançamento** da receita.

20/02/2017: o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade. Trata-se do estágio da **arrecadação** da receita.

24/02/2017: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Trata-se do estágio do **recolhimento** da receita.

Logo, a receita orçamentária classifica-se quanto à espécie em Taxas, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.

Resposta: Letra C

19) (FCC – Contador - AL/MS - 2016) Acerca das etapas das receitas orçamentárias, a previsão implica planejar e estimar a arrecadação que constará da proposta orçamentária. Na execução, a realização da receita se dá em três estágios

- a) o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.
- b) a aprovação, a arrecadação e a contabilização.
- c) o lançamento, a arrecadação e a aplicação.
- d) a aprovação, a arrecadação e o recolhimento.
- e) o lançamento, o recebimento e a contabilização.

Na execução, a realização da receita se dá em três estágios: **lançamento, arrecadação e recolhimento**.

Resposta: Letra A

20) (FCC – Analista do Tesouro Estadual – SEFAZ/PI – 2015) Na elaboração e execução do orçamento, tanto a previsão como a arrecadação das receitas devem obedecer às fases previstas na Lei nº 4.320/64. Nesses termos, o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é denominado

- a) lançamento.
- b) inscrição para o recolhimento.
- c) programação.
- d) preparação para o recolhimento.
- e) previsão.

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra A

21) (FCC – Analista Ministerial – Auditor de Contas Públicas – MP/PB – 2015) É o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Trata-se

- a) do planejamento.
- b) do recolhimento.
- c) do lançamento.
- d) do registro.
- e) da cobrança

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

22) (FCC – Auditor – Conselheiro Substituto - TCE/AM - 2015) A Lei Federal nº 4.320 foi promulgada em 1964, vários anos antes, portanto, da promulgação do Código Tributário Nacional. Por sua vez, o ato de lançamento definido na referida Lei é essencialmente diferente, tanto em forma, como em substância, do procedimento de lançamento definido no CTN. Sob a óptica do Direito Financeiro, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 4.320/1964, o lançamento da receita é

- a) ato da repartição competente e tem por finalidade, verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- b) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito, e verificar a pessoa que é dele devedora.
- c) ato do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- d) procedimento da repartição competente e tem por finalidade, apenas, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- e) procedimento do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito e inscrever o débito desse devedor.

O lançamento da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra A

23) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) De acordo com a sua cronologia, as etapas das receitas públicas acontecem na seguinte ordem:

- a) previsão, lançamento, liquidação e arrecadação.
- b) lançamento, previsão, recolhimento e arrecadação.
- c) previsão, liquidação, arrecadação e recolhimento.
- d) lançamento, liquidação, recolhimento e arrecadação.
- e) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

De acordo com a sua cronologia, as etapas (ou estágios) das receitas públicas acontecem na seguinte ordem: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.**

Resposta: Letra E

24) (FCC – Auditor de Controle Externo – Contabilidade - TCE/GO - 2014) As receitas orçamentárias arrecadadas pelo Estado são utilizadas como fontes de recursos em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a realização das receitas tributárias se dá nos estágios

- a) previsão, arrecadação e contabilização.
- b) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- c) planejamento, previsão e arrecadação.
- d) planejamento, previsão e recolhimento.

e) Lançamento, arrecadação e contabilização.

Os estágios da realização (ou execução) das receitas orçamentárias são: **lançamento, arrecadação e recolhimento.**

Resposta: Letra B

25) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – Assembleia Legislativa/PE – 2014) Considere as seguintes afirmativas sobre as Receitas e Despesas Públicas:

- I. Os estágios da receita orçamentária são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
 - II. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
 - III. As despesas são classificadas em três categorias econômicas: correntes, de capital e transferências intragovernamentais.
 - IV. A receita oriunda de amortização de empréstimos concedidos é classificada como receita corrente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I e II.
 - b) II e III.
 - c) III e IV.
 - d) II e IV.
 - e) I e III.

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

- I) Correto. Os estágios da receita orçamentária são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- II) Correto. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa. Temos ainda a modalidade de aplicação e o desdobramento facultativo do elemento.
- III) Errado. As despesas são classificadas em **duas** categorias econômicas: **correntes e de capital**.
- IV) Errado. A receita oriunda de amortização de empréstimos concedidos é classificada como **receita de capital**.

Logo, está correto o que se afirma apenas em I e II.

Resposta: Letra A

26) (FCC – Analista Judiciário – Contabilidade - TRT/6 - 2012) Um contribuinte pagou no banco o IPTU devido. Esta situação corresponde ao estágio da receita denominado

- a) recolhimento.
- b) arrecadação.
- c) lançamento.
- d) previsão.
- e) empenho.

A **arrecadação** consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor. É o caso de um contribuinte pagar no banco o IPTU devido.

Resposta: Letra B

27) (FCC – Analista Judiciário - Contabilidade – TRT 24ª – 2011) Ao lançamento que é efetuado unilateralmente pela autoridade administrativa, portanto, sem intervenção do contribuinte, intitula-se:

- a) de ofício.
- b) misto.
- c) declaração.
- d) autolançamento.
- e) por homologação.

O lançamento de **ofício** é adequado aos tributos que têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento. Desta forma, é efetuado pela Administração sem a participação do contribuinte.

Resposta: Letra A

28) (FCC – Analista do MP/SE – Contabilidade – 2009) O procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível, corresponde ao estágio da receita pública denominado:

- a) Recolhimento.
- b) Arrecadação.
- c) Previsão.
- d) Lançamento.
- e) Fixação.

O **Lançamento**, segundo o art. 142 do Código Tributário Nacional (CTN), é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Resposta: Letra D

29) (FCC - Analista do MP/SE – Contabilidade – 2009) Considere as afirmativas a seguir.

I. Recolhimento é a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.

II. Arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

III. Planejamento compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual –LOA, resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

I) Errado. **Arrecadação** é a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.

II) Errado. O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa, representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

III) Correto. A **previsão** (ou planejamento) se configura por meio da estimativa de arrecadação da receita, constante da Lei Orçamentária Anual - LOA, resultante de metodologia de projeção de receitas orçamentárias, observada as disposições constantes na LRF.

Logo, apenas o item III está correto.

Resposta: Letra A

30) (FCC - Analista Judiciário – Ciências Contábeis – TJ/PA – 2009) Um funcionário da Secretaria de Fazenda de uma prefeitura determina a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a alíquota a ser aplicada no ano corrente, bem como identifica a pessoa devedora e inscreve o débito desta. Neste momento, a receita encontra-se em seu estágio de

- a) lançamento.
- b) arrecadação.
- c) previsão.
- d) adiantamento.
- e) liquidação.

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra A

31) (FGV - Técnico Superior - Economia - DPE/RJ - 2019) A receita pública é processada em estágios que contribuem para o controle do fluxo de recursos previstos no orçamento. O primeiro estágio de execução da receita é o **lançamento**, que tem como característica:

- (A) ser processado em regime de caixa;
- (B) ser exclusivo para os impostos diretos e indiretos;
- (C) ser condição para a arrecadação efetiva dos recursos;
- (D) referir-se à verificação da procedência do crédito fiscal;
- (E) referir-se à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores.

O lançamento da receita é ato da repartição competente, que **verifica a procedência do crédito fiscal** e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra D

32) (FGV – ANALISTA ESPECIALIZADO - ANALISTA DE ORÇAMENTO- IMBEL – 2021) Dentre os estágios da receita pública, aquele em que acontece a transferência dos valores arrecadados para a conta específica do Tesouro, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais, é denominado

- (A) previsão.
- (B) lançamento.
- (C) arrecadação.

- (D) recolhimento.
 (E) reconhecimento.

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa (ou de Tesouraria), representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

Resposta: Letra D

- 33)** (FGV – Analista Legislativo – Financeira – Câmara Municipal de Salvador – 2018) O Banco Beta transferiu para a conta da Prefeitura de Rio Alegria, em 20 de fevereiro de 20X1, o valor de R\$250.000,00, referente aos carnês de IPTU pagos. A etapa da receita orçamentária a que essa situação se refere é o(a):
 a) previsão;
 b) recolhimento;
 c) empenho;
 d) arrecadação;
 e) lançamento.

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa (ou de Tesouraria), representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente. Trata-se do caso em tela.

Resposta: Letra B

- 34)** (FGV – Contador – SEFIN/RO – 2018) A receita pública se direciona para os cofres públicos passando por quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Em relação ao lançamento, assinale a afirmativa correta.

- a) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um exemplo de lançamento direto.
 b) O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) é um exemplo de lançamento por homologação.
 c) O Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza (IR) é um exemplo de lançamento direto.
 d) O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é um exemplo de lançamento misto.
 e) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo de lançamento por homologação.

a) e c) Erradas. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza (IR) são exemplos de lançamentos por **homologação ou autolançamento**, pois o pagamento e as informações prestadas pelo contribuinte são realizados sem qualquer exame prévio da autoridade administrativa.

b) e d) Erradas. O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) são exemplos de lançamentos de **óficio ou direto**, pois têm como fato gerador uma situação cujos dados constam dos cadastros fiscais, de modo que basta à autoridade administrativa a consulta a aqueles registros para que se tenha às mãos dados fáticos necessários à realização do lançamento.

e) Correta. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo de lançamento por homologação ou autolançamento.

Resposta: Letra E

35) (FGV – Analista Legislativo – Licitação, Contratos e Convênios – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Após o estágio da previsão orçamentária, as receitas públicas são registradas por ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora. São objetos desse segundo estágio:

- a) apenas receitas correntes;
- b) apenas receitas tributárias;
- c) receitas orçamentárias e extraorçamentárias;
- d) receitas correntes, exceto transferências correntes;
- e) todas as receitas orçamentárias.

Segundo a Lei 4320/1964, são objeto de lançamento os **impostos diretos** e quaisquer outras rendas com vencimento determinado em lei, regulamento ou contrato.

De forma mais completa, o lançamento, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria **tributável**, calcular o montante do **tributo** devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

A única alternativa possível é a Letra B.

Resposta: Letra B

36) (FGV – Especialista Legislativo – Ciências Contábeis – ALERJ – 2017) O estágio de execução da receita orçamentária que, a partir da ocorrência do fato gerador, identifica o sujeito passivo é o (a):

- a) arrecadação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) previsão.

O **lançamento**, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível

Resposta: Letra C

37) (FGV - Analista Censitário - Contábeis - IBGE - 2017) A realização da receita orçamentária é processada em etapas que refletem o cumprimento de formalidades que contribuem para o controle do ingresso de recursos nos cofres públicos. A etapa da realização da receita em que se determina a matéria tributável, seguida do cálculo do montante do tributo devido e da identificação do sujeito passivo é o(a):

- a) previsão;
- b) empenho;
- c) liquidação;
- d) lançamento;

e) arrecadação.

O **lançamento**, segundo o Código Tributário Nacional (CTN), é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível

Resposta: Letra D

38) (FGV - Analista - Contador - DPE/MT - 2015) Segundo a Lei nº 4.320/64, o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, é denominado

- a) previsão.
- b) lançamento.
- c) arrecadação.
- d) recolhimento.
- e) contabilização.

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

39) (FGV - Analista Judiciário – Administrativa – TJ/BA – 2015) As receitas arrecadadas pelas entidades públicas derivadas de sua competência tributária e também originárias da exploração do patrimônio público se destinam a cobrir as despesas incorridas para prestar serviços públicos. No sistema contábil, a receita se processa em estágios. O estágio em que se realiza a verificação da procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é o(a):

- a) empenho;
- b) lançamento;
- c) liquidação;
- d) previsão;
- e) recolhimento.

O **lançamento** da receita é ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta (art. 53 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

40) (FGV – Administração e Planejamento – Funarte – 2014) Os três estágios da realização da receita orçamentária são:

- a) previsão, lançamento, classificação;
- b) lançamento, classificação e destinação;
- c) previsão, arrecadação e classificação;
- d) lançamento, arrecadação e recolhimento;
- e) arrecadação, classificação e destinação

Os estágios da execução (realização) da receita orçamentária são os seguintes: **Lançamento; Arrecadação e Recolhimento.**

Temos ainda o estágio da previsão, o qual integra a etapa de planejamento.

Resposta: Letra D

- 41) (FGV – Administrador – Assembleia Legislativa/MT – 2013) A receita corrente tributária no valor de \$300 aprovada em LOA apresentou no final do período um déficit de \$40 e uma inscrição em dívida ativa de \$30, o que revela que o valor previsto, mas não registrado no estágio denominado lançamento, foi de
a) 10.
b) 20.
c) 30.
d) 40.
e) 50.

Foi prevista a receita de 300, porém foram arrecadados 260 (déficit de 40).

Dos 40 que não foram arrecadados, 30 foram inscritos em dívida ativa, por falta de pagamento.

Sobraram **10** que foram previstos, porém não foram lançados.

Resposta: Letra A

- 42) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG – 2017) “Corresponde à entrega dos recursos devido ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.” Trata-se do estágio da receita pública chamada:
a) Lançamento.
b) Arrecadação.
c) Recolhimento.
d) Planejamento.

A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

Resposta: Letra B

- 43) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG - 2017) Com relação à execução orçamentária, a fase da receita que se caracteriza pela entrega do produto da arrecadação efetuada pelos agentes arrecadadores diretamente ao caixa do Tesouro Nacional, Estadual, Distrital ou Municipal, é denominada de:
a) Previsão.
b) Lançamento.
c) Arrecadação.
d) Recolhimento.

O **recolhimento** é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação e programação financeira, observando o Princípio da Unidade de Caixa (ou de Tesouraria), representado pelo controle centralizado dos recursos arrecadados em cada ente.

Resposta: Letra D

- 44) (CONSULPLAN – Técnico em Contabilidade – MAPA – 2014) Estágios da Receita Pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições públicas

encarregados de executá-las. Assinale a alternativa que apresenta o estágio completo da receita pública orçamentária.

- a) Receita corrente e de capital.
- b) Regime de competência e de caixa.
- c) Empenho, liquidação e pagamento.
- d) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Os estágios da receita pública são: **previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.**

Resposta: Letra D

45) (CONSULPLAN – Oficial Administrativo - Câmara de Campo Verde/MT - 2011) “O ingresso de recursos na receita possui etapas ou operações, para que sejam cumpridas as normas e os ditames legais pertinentes à matéria.” O estágio em que ocorrem as estimativas de receitas, discutidas e incorporadas no orçamento, com base em estudos, comparações e planejamento, é:

- a) Previsão.
- b) Lançamento.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento.
- e) Renúncia.

A **previsão** se configura por meio da estimativa de arrecadação da receita, constante da LOA, resultante de metodologia de projeção de receitas orçamentárias.

Resposta: Letra A

46) (CONSULPLAN – Fiscal de Tributos - Pref. de Belo Monte/MG – 2011) O ingresso de recursos na receita possui etapas ou operações, para que sejam cumpridas as normas e os ditames legais pertinentes à matéria. A seguinte fase da receita que é meramente administrativa, que identifica e individualiza o contribuinte, formalizando o crédito tributário, e configura-se em três tipos: direto ou por ofício, por declaração e por homologação é

- a) lançamento.
- b) previsão.
- c) arrecadação.
- d) recolhimento.
- e) execução.

O **lançamento** é o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível. Há três tipos de lançamentos: direto ou por ofício, por declaração ou misto e por homologação ou autolançamento.

Resposta: Letra A

47) (CONSULPLAN - Fiscal - Pref. de Guaxupé/MG - 2010) A receita pública arrecadada pelo erário passa por um processo dinâmico e sistemático denominado de estágios ou fases. Referem-se a esse estágio, EXCETO:

- a) Previsão.
- b) Pagamento.
- c) Lançamento.

- d) Arrecadação.
- e) Recolhimento.

Os estágios da receita pública são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

Pagamento é estágio da despesa.

Resposta: Letra B

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA E ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO E ENFOQUE PATRIMONIAL - QUESTÕES COMENTADAS

ESTÁGIOS DA DESPESA

- 1) (VUNESP - Técnico de Contabilidade - Câmara de Piracicaba/SP - 2019) A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964:
- A) empenho, liquidação e provisão.
 - B) empenho, subempenho, liquidação e pagamento.
 - C) empenho ordinário, estimativo e global.
 - D) dotação, empenho, subempenho e pagamento.
 - E) empenho, liquidação e pagamento.

Os estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964 são: **empenho, liquidação e pagamento.**
Resposta: Letra E

- 2) (VUNESP - Administrador - TJ/SP - 2019) A despesa pública deve atender a diversos estágios para se efetivar em conformidade com a lei no Brasil. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente de implemento de condição.
 - B) A liquidação da despesa só será efetuada quando ordenada após seu regular pagamento.
 - C) A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de assessoria jurídica do órgão.
 - D) É vedada a realização de despesa sem prévia emissão de nota de empenho.
 - E) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- A) Errada. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente **ou não** de implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).
- B) Errada. O **pagamento** da despesa só será efetuado quando ordenada após sua regular **liquidação** (art. 62 da Lei 4.320/1964).
- C) Errada. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de **contabilidade** (art. 64, parágrafo único, da Lei 4320/1964).
- D) Errada. É vedada a realização de despesa sem prévio **empenho** (art. 60, *caput*, da Lei 4.320/1964).
- E) Correta. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra E

3) (VUNESP - Técnico de Contabilidade - Câmara de Piracicaba/SP - 2019) O documento que inscreve as despesas realizadas pela administração pública com as informações do credor, o valor da despesa e a dotação orçamentária utilizada é denominado de

- A) nota de dotação.
- B) nota de liquidação.
- C) nota fiscal.
- D) nota de empenho.
- E) nota de crédito.

Para cada empenho será extraído um documento denominado "**nota de empenho**" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4.30/1964).

Resposta: Letra D

4) (VUNESP - Contador - Pref. de Campinas/SP - 2019) Assinale a alternativa correta.

- A) A despesa orçamentária é dividida em dois estágios, planejamento e execução, e em três previsões, empenho, arrecadação e pagamento.
- B) Os créditos adicionais são classificados em créditos especiais, extraordinários e superavitários.
- C) A despesa orçamentária envolve os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e para a manutenção dos produtos e/ou serviços prestados à sociedade.
- D) Os créditos adicionais são autorizações de distribuição de valor adicionado não computadas ou insuficientemente computadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- E) O crédito orçamentário realizado é aquele aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e está presente nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.

Questão que mistura diversos tópicos da matéria.

A) Errada. A despesa orçamentária é dividida em **três etapa**: planejamento, execução, e controle e **avaliação**; e em **quatro estágios**: **fixação**, empenho, **liquidação** e pagamento.

B) Errada. Os créditos adicionais são classificados em créditos especiais, extraordinários e **suplementares**.

C) Correta. As despesas orçamentárias são aquelas fixadas nas leis orçamentárias ou nas de créditos adicionais, instituídas em bases legais. Assim, dependem de autorização legislativa. São utilizadas para o funcionamento e para a manutenção dos produtos e/ou serviços prestados à sociedade.

D) Errada. Os créditos adicionais são autorizações de **despesa** não computadas ou insuficientemente **dotadas** na **Lei De Orçamento**.

E) Errada. O crédito orçamentário é **constituído pelo conjunto de categorias classificatórias e contas que especificam as ações e operações autorizadas pela lei orçamentária**, a fim de que sejam executados os programas de trabalho do Governo.

Resposta: Letra C

5) (VUNESP – Profissional de Assuntos Administrativos - UNICAMP – 2019) O empenho caracteriza uma das etapas do processamento das despesas públicas. Quando é emitida uma nota de empenho,

- (A) haverá a obrigatoriedade de pagamento de uma determinada despesa.
- (B) houve a comprovação da entrega de um bem ou da prestação de um serviço.
- (C) foi declarado algum vencedor de processo licitatório.
- (D) é indicada a dotação para o atendimento de despesa.
- (E) há a imediata liberação de recursos para executar pagamentos.

Para cada empenho será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a **importância da despesa** bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra D

- 6) (VUNESP - Analista de Gestão - Contábeis - Pref. de São José dos Campos - 2018) A execução da despesa orçamentária ocorre em três estágios, de acordo com a regras da contabilidade pública:
- a) dotação, contrato e empenho.
 - b) empenho, liquidação e pagamento.
 - c) dotação, empenho e pagamento.
 - d) contrato, liquidação e encerramento.
 - e) ordinário, estimativo e global.

Os estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964 são: **empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra B

- 7) (VUNESP - Analista Contábil - Pref. de Registro/SP - 2018) A verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, faz parte integrante
- a) da etapa de planejamento do orçamento público.
 - b) da preparação da nota de empenho.
 - c) do procedimento de liquidação da despesa.
 - d) da inclusão de restos não processados.
 - e) da inclusão dos restos processados.

A **liquidação da despesa** consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

- 8) (VUNESP - Analista Legislativo - Câmara de São José dos Campos/SP - 2018) Em janeiro de 2017, o ordenador de despesas de um determinado ente municipal empenhou despesa no valor de R\$ 24.000,00 referente ao aluguel de um imóvel, cuja vigência do contrato era de 12 meses e cujo pagamento seria realizado em parcelas fixas mensais de R\$ 2.000,00. No momento da emissão do empenho, o ordenador de despesas extraiu um documento em que constavam o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. Desse modo, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o empenho emitido em janeiro de 2017 refere-se à modalidade de empenho
- a) global, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.
 - b) ordinário, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.
 - c) por estimativa, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.
 - d) global, sendo que o documento extraído se refere à ordem de pagamento.
 - e) por estimativa, sendo que o documento extraído se refere à ordem de pagamento.

É permitido o empenho **global** de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 60, § 3º, da Lei 4320/1964). Para cada empenho será extraído um documento denominado "**nota de empenho**" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4320/1964).

Logo, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o empenho emitido em janeiro de 2017 refere-se à modalidade de empenho **global**, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho

Resposta: Letra A

9) (VUNESP – Procurador – Pref. de Bauru/SP – 2018) Em relação ao empenho, é correto afirmar:

- a) é permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
- b) o empenho ordinário é o utilizado para despesas de valor não previamente conhecido e com base periódica, como conta de luz por exemplo.
- c) o empenho estimativo é aquele utilizado para a realização de despesas de valor previamente conhecido e ocorrerá apenas uma vez.
- d) para cada empenho será extraído um documento chamado “nota de empenho”, que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- e) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos.

a) Errada. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4.320/1964).

b) Errada. O empenho **por estimativa** é o utilizado para despesas de valor não previamente conhecido e com base periódica, como conta de luz por exemplo. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4.320/1964).

c) Errada. O empenho **ordinário** é aquele utilizado para a realização de despesas de valor previamente conhecido e ocorrerá apenas uma vez.

d) Correta. Para cada empenho será extraído um documento chamado “nota de empenho”, que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4320/1964).

e) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra D

10) (VUNESP – Técnico em Licitação – Pref. de São Bernardo do Campo/SP – 2018) O empenho de despesa

- a) consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) é dispensável em casos de emergência, calamidade pública ou para adiantamentos.
- c) será efetuado por meio da emissão da nota de empenho, quando ordenado após a regular liquidação da despesa.
- d) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- e) não é admitido por estimativa.

- a) Errada. A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).
- b) Errada. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4.320/1964).
- c) Errada. O **pagamento** da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação (art. 62 da Lei 4.320/1964).
- d) Correta. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4.320/1964).
- e) Errada. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4.320/1964)

Resposta: Letra D

- 11) (VUNESP – Controlador Interno – Câmara de Itanhaém/SP – 2017) No sistema orçamentário do setor público, a realização da despesa orçamentária comporta, dentre outras, os seguintes estágios:
- a) previsão; lançamento; programação.
 - b) programação; recolhimento; liquidação.
 - c) previsão; programação; empenho.
 - d) fixação; empenho; liquidação.
 - e) fixação; recolhimento; previsão.

Os estágios da despesa são: **fixação, empenho, liquidação** e pagamento.

Resposta: Letra D

- 12) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira - TCE/SP – 2017) O empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria ao Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Os empenhos podem ser classificados em
- a) total, parcial e complementar.
 - b) ordinário, estimativo e global.
 - c) nominal, real e estimativo.
 - d) ordinário, estimativo e parcial.
 - e) ordinário, global e nominal.

São modalidades de empenho: **ordinário; por estimativa e global**.

Resposta: Letra B

- 13) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira – Administração - TCE/SP – 2017) A fase da execução da despesa que consiste na verificação do direito adquirido do credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito,
denomina-se
- a) licitação.
 - b) liquidação.
 - c) pagamento.

- d) habilitação.
- e) empenho.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

14) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira - TCE/SP – 2017) Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor e tem por objetivo

- a) apurar os benefícios que o material adquirido irá proporcionar à comunidade.
- b) apurar as condições econômicas da empresa fornecedora.
- c) apurar a origem, o objeto e a importância exata do que se deve pagar.
- d) verificar a necessidade de incorporação ao patrimônio.
- e) verificar a importância da aplicação dos recursos públicos.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar: **a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar;** a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação (art. 63, *caput* e § 1º, da Lei 4.320/1964)

Resposta: Letra C

15) (VUNESP – Contador – Câmara de Cotia/SP - 2016) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Baseado nessa premissa, é correto afirmar:

- A) o empenho poderá ser realizado, mesmo acima do limite concedido, desde que aprovado recurso para o crédito adicional.
- B) o empenho da despesa ocorrerá no momento da contratação do recurso e independe de crédito adicional.
- C) o empenho poderá ser liquidado mediante apresentação da documentação fiscal pelo fornecedor.
- D) o empenho pode ser ordinário, o que significa o pagamento parcelado.
- E) o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

a) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4.320/64).

b) Errada. O empenho da despesa **depende** da disponibilidade de **crédito orçamentário** inicial ou adicional.

c) Errada. A liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, mas a apresentação fiscal não enseja a liquidação **sem que exista a comprovação de entrega do bem ou de prestação do serviço**.

d) Errada. O empenho **global** é que permite pagamento parcelado. O empenho ordinário é para despesa paga em parcela única.

e) Correta. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4.320/64).

Resposta: Letra E

16) (VUNESP – Analista em Gestão Orçamentária e Financeira – Pref. Suzano/SP - 2016) De acordo com a legislação em vigor, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. O empenho pode ser classificado em:

- a) ordinário, extraordinário e total.
- b) inicial, estimativo e efetivo.
- c) ordinário, estimativo e global.
- d) inicial, eletivo e final.
- e) estimativo, ordinário e total.

São modalidades de empenho: **ordinário, estimativo e global**.

Resposta: Letra C

17) (VUNESP – Analista Legislativo - Contador – Câmara de Pirassununga/SP - 2016) A verificação do direito adquirido pelo credor, conforme a Lei nº 4.320/64, corresponde:

- a) à fixação.
- b) à liquidação.
- c) ao empenho.
- d) à licitação.
- e) ao pagamento.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

18) (VUNESP – Contador – UNIFESP - 2016) Segundo a Lei nº 4.320/64, a liquidação é o estágio da despesa pública

- A) em que ocorre a verificação do direito líquido e certo do credor do ente público em função da entrega do material ou dos serviços prestados.
- B) em que ocorre o pagamento do credor pelo ente público, desde que verificada a efetiva prestação do serviço ou a entrega do bem.
- C) que decorre de um ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento do bem adquirido ou do serviço contratado.
- D) pelo qual é eleito o fornecedor que apresenta proposta mais vantajosa para contratação de obras ou prestação de serviços.
- E) em que é estabelecido um cronograma para a execução e entrega da obra ou serviço contratado pela administração pública.

a) Correta. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

b) Errada. O pagamento é a última etapa da despesa e **não se confunde** com a liquidação.

c) Errada. O **empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento, pendente ou não do implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

d) Errada. Essa é a finalidade da **licitação** e não se confunde com a liquidação.

e) Errada. A liquidação **não** corresponde ao cronograma de execução da obra ou serviço. Esse cronograma é anterior à execução da despesa.

Resposta: Letra A

19) (VUNESP – Contador – Câmara de Registro/SP - 2016) Segundo o art. 63 da Lei nº 4.320/64, no que tange à execução orçamentária da despesa, a liquidação consiste

- A) na verificação de um passivo exigível a ser adquirido.
- B) na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- C) na criação para o Estado de uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- D) na efetiva saída do recurso financeiro que ocasionará a baixa de um passivo exigível existente.
- E) no lançamento da provisão da obrigação contraída

A liquidação da despesa consiste **na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito** (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

20) (VUNESP - Analista Legislativo – Advogado - Pref. de São José dos Campos/SP – 2014) “Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. A definição corresponde, nos termos da Lei n.º 4.320/1964, ao conceito de:

- a) ordem de pagamento da despesa.
- b) empenho da despesa.
- c) nota de empenho da despesa.
- d) liquidação da despesa.
- e) despesa sem prévio empenho.

A **liquidação da despesa** consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra D

21) (VUNESP – Analista Judiciário – Fiscal de Arrecadação – TJ/PA – 2014) Qual a função da liquidação da despesa?

- a) Indicar o melhor momento para realizar um pagamento em conformidade com as disponibilidades de caixa, mantendo assim um equilíbrio financeiro.
- b) Fazer valer o que a legislação determina para evitar desvios de funções, expressas nas normas existentes.
- c) Possibilitar ao agente público agir para atender a interesses coletivos e sociais previstos em normas constitucionais.
- d) Atender ao previsto na legislação ao reconhecer, como líquido e certo, o direito de um fornecedor ou prestador de serviços de receber o que lhe é de direito.

e) Garantir que a execução orçamentária ocorra dentro do que a programação de despesas fixou com a devida flexibilidade decorrente de recursos disponíveis.

Somente após a apuração do direito adquirido pelo credor no estágio da liquidação, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da completa habilitação da entidade beneficiada, a unidade gestora providenciará o imediato pagamento da despesa.

Resposta: Letra D

22) (VUNESP – Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – SEFAZ/SP – 2013) “Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. Referido conceito corresponde, na execução da despesa pública, à fase de

- a) empenho.
- b) verificação de crédito.
- c) pagamento.
- d) análise orçamentária.
- e) liquidação.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra E

23) (VUNESP - Contador – UNESP – 2012) Executar o Orçamento é realizar as despesas públicas nele previstas e só essas, uma vez que, para que qualquer utilização de recursos públicos seja efetuada, a primeira condição é que esse gasto tenha sido legal e oficialmente previsto e autorizado pelo Congresso Nacional e que sejam seguidos à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei n.º 4.320/64, que são:

- a) empenho, arrecadação e transferência.
- b) empenho, provisão e pagamento.
- c) empenho, liquidação e pagamento.
- d) orçamento, empenho e liquidação.
- e) previsão, empenho e pagamento.

Os estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964 são: **empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra C

24) (VUNESP - Contador – FPMSC/Pref. de São Carlos/SP – 2012) O bloqueio de crédito é efetuado para controle interno, pela setorial orçamentária, em que o pré-empenho não é um fim e sim um meio, cujo objetivo é, portanto, reservar, por meio do sistema, uma parcela do orçamento para posterior registro do empenho da despesa, sendo sua emissão não obrigatória, e não é condição para a emissão do empenho nem cria para o Estado a obrigação de pagamento. Na contabilidade orçamentária, esse registro constitui a reserva de:

- a) dotação.
- b) capital.
- c) contingência patrimonial.
- d) contingência orçamentária.
- e) lucros.

Atualmente se encontra em aplicação a sistemática do pré-empenho antecedendo esses estágios, constituindo uma **reserva de dotação**, já que, após o recebimento do crédito orçamentário e antes do seu comprometimento para a realização da despesa, existe uma fase geralmente demorada de licitação obrigatória junto a fornecedores de bens e serviços que impõe a necessidade de se assegurar o crédito até o término do processo licitatório.

Resposta: Letra A

25) (VUNESP – Contador – FESC – 2012) O ato emanado da autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição, é denominado de:

- a) liquidação.
- b) provisão.
- c) empenho.
- d) investimento.
- e) previsão.

O **empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento, pendente ou não do implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

26) (VUNESP - Contador – FPMSC/Pref. de São Carlos/SP – 2012) De acordo com a legislação e as normas contábeis vigentes, a contabilidade aplicada ao setor público pode e deve convergir para as normas internacionais de contabilidade, na qual o princípio contábil da competência deve ser aplicado à receita e à despesa. Isso implica a obrigatoriedade para as entidades públicas do regime de competência para receitas e despesas.

Conforme a Lei n.º 4.320/64, “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”, que sob a ênfase contábil patrimonial e o princípio de competência é o primeiro estágio da execução da despesa, é conhecido por:

- a) licitação.
- b) empenho.
- c) reserva de dotação.
- d) pré-empenho.
- e) contratação.

O **empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento, pendente ou não do implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

27) (VUNESP - Contador – Pref. de São Carlos/SC – 2012) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição. Ante ao exposto, o empenho da despesa:

- a) somente poderá exceder o limite dos créditos concedidos por meio da alteração da LDO.
- b) poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- c) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- d) poderá exceder o limite com autorização do Poder Executivo.
- e) excederá o limite dos créditos concedidos.

O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

28) (VUNESP - Contador - IAMSPE – 2012) Analise as assertivas a seguir referentes aos estágios da despesa pública.

- I. Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- II. Nos casos excepcionais previstos na Lei Geral do Orçamento, é permitida a realização de despesa sem prévio empenho.

III. O empenho da despesa cujo montante não se possa determinar será feito por estimativa.

IV. É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Considerando-se as disposições da lei que disciplina a matéria, é correto afirmar que:

- a) todas são verdadeiras.
- b) todas são falsas.
- c) I e III são verdadeiras; II e IV são falsas.
- d) II e III são verdadeiras; I e IV são falsas.
- e) III e IV são verdadeiras; I e II são falsas.

I) Correto. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

II) Errado. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964).

III) Correto. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964).

IV) Errado. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 60, § 3º, da Lei 4320/1964).

Logo, as afirmativas I e III são verdadeiras; II e IV são falsas.

Resposta: Letra C

29) (VUNESP – Contador – FESC – 2012) Em atendimento à Constituição Federal do Brasil, bem como de acordo com a Lei n.º 4.320/64 e alterações posteriores, excetuadas as hipóteses excepcionais, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Ressalvado o disposto no art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito,

- a) mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- b) mais que um quinto da despesa prevista no orçamento vigente.
- c) menos que 50% da despesa prevista no orçamento vigente.
- d) menos que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- e) menos que um terço da despesa prevista no orçamento vigente.

Ressalvado o disposto no Art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, **mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente** (art. 59, § 1º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

30) (VUNESP - Contador – UNESP – 2012) A nota de empenho, a ser emitida e entregue ao fornecedor de bens ou serviços, incluindo o executor de obras, deverá estar completamente formalizada, mostrando que o processamento da despesa até o momento da autenticação contábil está correto e em consonância com a legislação pertinente e vigente. Para tanto, há três tipos mais comuns de modalidades de empenho, sendo:

- a) ordinário, extraordinário e estimativa.
- b) extraordinário, global e estimativa.
- c) previsto, geral e real.
- d) ordinário, global e estimativa.
- e) previsto, incorrido e real.

São modalidades de empenho: **ordinário; por estimativa e global**.

Resposta: Letra D

31) (VUNESP - Contador – Pref. de São Carlos/SP – 2011) As despesas públicas obedecem a três estágios. Assim,

- a) o empenho corresponde ao primeiro estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) o empenho corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- c) a liquidação corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- d) a liquidação corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste no comprometimento do crédito orçamentário.
- e) o pagamento corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste na quitação da obrigação pública com o credor.

a) Errada. O empenho corresponde ao primeiro estágio da execução da despesa. Porém é a **liquidação** que consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

b) Errada. A **liquidação** corresponde ao segundo estágio da execução da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

c) Correta. A liquidação corresponde ao segundo estágio da execução da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

d) Errada. É o **empreendimento** que consiste no comprometimento do crédito orçamentário.

e) Errada. O pagamento corresponde ao **terceiro** estágio da execução da despesa e consiste na quitação da obrigação pública com o credor.

Resposta: Letra C

- 32) (VUNESP – Analista de Finanças – CREA/SP – 2008) Conceitualmente, o(a) _____ de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. A palavra que completa corretamente a lacuna é
- empenho
 - adiantamento
 - dotação a pagar
 - crédito adicional
 - ordem de pagamento

O **empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento, pendente ou não do implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra A

- 33) (VUNESP - Técnico em Gestão Organizacional - Finanças Públicas, SIAFEM e SIAFÍSICO – ITESP – 2008) Nos termos da Lei nº. 4.320/64, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Referido ato corresponde a definição de
- restos a pagar.
 - transferência corrente.
 - liquidação.
 - empenho.
 - operação de crédito.

O **empenho** da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento, pendente ou não do implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra D

- 34) (VUNESP - Contador - TJ/SP – 2008) As despesas públicas com valor não identificável previamente, geralmente de base periódica, não homogênea, devem ser precedidas de empenho:
- ordinário.
 - por estimativa.
 - global.
 - suprimento.
 - adiantamento.

A característica da modalidade de empenho **por estimativa** é a existência de despesa cujo montante não se possa determinar. Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, energia elétrica e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

Resposta: Letra B

- 35) (VUNESP – Analista de Finanças – CREA/SP – 2008) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Essa verificação tem por fim apurar a
- origem e o objeto do que se deve pagar;
 - importância exata a pagar;
 - quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação tem por finalidade reconhecer ou apurar (art. 63, *caput* e § 1º, da Lei 4.320/1964):

- A origem e o objeto do que se deve pagar.
- A importância exata a pagar.
- A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Logo, está correto o contido em I, II e III.

Resposta: Letra E

36) (FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Com relação às etapas das Despesas Públcas:

- a) a fixação da despesa, que faz parte do processo de planejamento, refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base no que o governo precisa desembolsar para atender às necessidades e aos anseios da população.
- b) a execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em cinco estágios: fixação, empenho, liquidação, pagamento e contestação.
- c) o empenho consiste na promessa efetiva de pagamento, sendo formalizado através de um compromisso assinado pelos representantes do órgão público, assegurado ao credor que ele receberá efetivamente o valor das despesas.
- d) a licitação é a fase que precede o empenho das despesas e tem a finalidade de verificar junto aos fornecedores quem oferece as melhores condições ao órgão público (preço, prazo de entrega, formas de pagamento).
- e) quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, sendo vedada sua anulação parcial.

a) Errada. A fixação da despesa, que faz parte do processo de planejamento, refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base nas **receitas previstas**.

b) Errada. A execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em **três** estágios: empenho, liquidação e pagamento.

c) Errada. O empenho de despesa é o ato emanado **de autoridade competente** que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

d) Correta. A licitação é o procedimento administrativo que tem por objetivo verificar, entre vários fornecedores habilitados, quem oferece condições mais vantajosas para a aquisição de bem ou serviço.

e) Errada. Quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado **parcialmente**.

Resposta: Letra D

37) (FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Com relação à execução da despesa pública:

- a) os empenhos podem ser classificados em ordinário, estimativo e global.
- b) o Empenho Estimativo é o empenho utilizado para as despesas cujo montante se pode determinar previamente, tomando-se como base os gastos de outros períodos ou os gastos de outras unidades governamentais.
- c) o Empenho Global corresponde ao tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- d) o pagamento da despesa refere-se ao segundo estágio das despesas, consiste na entrega de numerário ao credor e deve ser efetuado antes da liquidação da despesa.
- e) a liquidação se refere ao terceiro estágio da despesa pública e consiste na recepção de um documento pelo credor, onde ele atesta que o órgão público liquidou todas as obrigações que devia a ele.

a) Correta. Os empenhos são classificados em ordinário, estimativo e global.

b) Errada. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante **não** se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964).

c) Errada. O empenho **ordinário** corresponde ao tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

d) Errada. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado **após** sua regular liquidação (art. 62 da Lei 4320/1964). O pagamento é o último estágio da despesa pública.

e) Errada. A liquidação da despesa consiste **na verificação do direito adquirido pelo credor** tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

38) (FCC - Assistente Técnico Fazendário - Pref. de Manaus/AM - 2019) Em 12/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 3.460,00 referente à aquisição de material de copa e cozinha, sendo que tal material foi adquirido para ser utilizado pelo pessoal alocado no referido ente para o desenvolvimento de suas atividades. Em 19/12/2018, todo o material adquirido foi entregue pelo fornecedor e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. A despesa foi paga, pelo valor total de R\$ 3.460,00, em 18/01/2019. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a formalização do empenho da despesa ocorrido em 12/12/2018 foi emitido um documento denominado

- a) Ordem Bancária de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
- b) Ordem de Liquidação, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.

- c) Comprovante de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
- d) Nota de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
- e) Nota de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o recolhimento da referida despesa.

Em 12/12/2018 ocorreu o empenho. **Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho** que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4320/1964). A **liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base**: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; **a nota de empenho**; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964)

Resposta: Letra D

39) (FCC – Auditor Fiscal - SEFAZ/GO – 2018) Em 01/05/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 80.000,00 referente à aquisição de um veículo, cuja pagamento seria realizado em parcelas fixas mensais de R\$ 20.000,00. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, em 01/05/2018, foi emitido um empenho

- a) global e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
- b) por estimativa e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
- c) global e extraído um documento denominado ordem de pagamento que é base para a liquidação da despesa.
- d) por estimativa e extraído um documento denominado ordem de pagamento que é base para a liquidação da despesa.
- e) ordinário e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.

É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a **parcelamento** (art. 60, § 3º, da Lei 4320/1964). A **nota de empenho** é a materialização do empenho. É um documento extraído para cada empenho, utilizado para registrar as operações que envolvem despesas orçamentárias. A **liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base**: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; **a nota de empenho**; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

40) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – ALE/SE – 2018) Em janeiro de 2018, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública realizou o empenho de despesa referente ao consumo de energia elétrica da entidade, cujo montante exato da despesa não foi possível ser determinado previamente. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em janeiro de 2018, foi utilizado o empenho

- a) global.
- b) ordinário.
- c) aproximado.
- d) estimativo.

e) por projeção.

Será feito **por estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964). Um exemplo é o empenho para pagamento de energia elétrica.

Resposta: Letra D

41) (FCC – Analista de Finanças e Controle - SEAD/AP - 2018) No dia 11/10/2018, uma empresa realizou a prestação de serviços de manutenção dos aparelhos de ar condicionado de uma entidade pública estadual, conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 06/09/2018. No dia 15/10/2018, um dos gestores da entidade confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da prestação do serviço com a finalidade de verificar o direito adquirido pela empresa. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, em

- a) 11/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária de capital.
- b) 15/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária de capital.
- c) 15/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
- d) 11/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
- e) 15/10/2018 ocorreu a realização de uma despesa orçamentária de capital.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, *caput* e § 2º, da Lei 4320/1964). No caso em tela, isso foi feito no dia **15/10/2018**. Trata-se de uma **despesa orçamentária corrente**, pois refere-se a uma prestação de serviços de manutenção.

Resposta: Letra C

42) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) A liquidação da despesa referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis teve por base

- a) o contrato, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.
- b) o edital de licitação, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.
- c) o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material.
- d) a nota de empenho, o edital de licitação e a ordem de pagamento.
- e) o edital de licitação, o contrato e a nota de empenho.

A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: **o contrato**, ajuste ou acordo respectivo; **a nota de empenho**; **os comprovantes da entrega de material** ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra C

43) (FCC – Analista Judiciário – Contabilidade – TRT/2 – 2018) No dia 15/2/2018, um Tribunal Regional do Trabalho fez o empenho da despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 200.000,00 referente à limpeza dos vidros do prédio em que são realizadas as atividades de tal entidade pública. Em 21/2/2018, o prestador de serviço executou a limpeza dos vidros do prédio e, em 23/2/2018, houve a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No dia 28/2/2018, ocorreu o pagamento da despesa pelo valor total do empenho. Sendo assim, no dia

- a) 15/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Despesa de Capital.

- b) 21/2/2018, houve a liquidação de Outras Receitas Correntes.
- c) 28/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Inversão Financeira.
- d) 23/2/2018, houve a liquidação de uma Despesa Corrente.
- e) 15/2/2018, houve a emissão de uma nota de pagamento por estimativa.

Analizando a questão:

15/2/2018 - ocorreu o estágio do empenho.

21/2/2018 - o prestador de serviço cumpriu sua obrigação.

23/2/2018 - houve a **liquidação**, pois ocorreu a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

28/2/2018 - ocorreu o pagamento.

Trata-se uma **despesa corrente**, classificada como “outras despesas correntes”, pois refere-se a uma prestação de serviços de limpeza.

Resposta: Letra D

44) (FCC - Consultor Legislativo – Finanças Públicas - CL/DF – 2018) No dia 13 de junho de 2018, um dos fornecedores de material de consumo entregou um lote de pacotes de papel sulfite para uma entidade pública governamental, conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 14 de maio de 2018. Na data da entrega, um dos gestores da entidade confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da entrega do material, com a finalidade de verificar o direito adquirido pelo fornecedor. Sendo assim, em 13 de junho de 2018, ocorreu o estágio da despesa orçamentária denominado

- a) realização.
- b) lançamento.
- c) recolhimento.
- d) liquidação.
- e) programação financeira.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, *caput* e § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

45) (FCC - Consultor Legislativo – Finanças Públicas - CL/DF – 2018) No dia 02 de julho de 2018, o ordenador de despesa de uma unidade orçamentária estadual empenhou despesa no valor de R\$ 300.000,00 referente à concessão de auxílio financeiro a pesquisadores, na forma de bolsas de pesquisas, para o desenvolvimento de pesquisas científicas. No dia 16 de julho de 2018, foi constatado um erro e o empenho referente à concessão de auxílio financeiro a pesquisadores foi anulado. Sendo assim, em 16 de julho de 2018, conforme a Lei nº 4.320/1964, o valor de R\$ 300.000,00 foi

- a) revertido à dotação de uma despesa classificada como Despesa de Capital.
- b) revertido à dotação de uma despesa classificada como Outras Despesas Correntes.
- c) revertido à dotação de uma despesa classificada como Pessoal e Encargos Sociais.
- d) considerado um aumento da Receita Corrente.
- e) considerado um aumento da Receita de Capital.

A redução ou cancelamento, no exercício financeiro, de compromisso que caracterizou o empenho, implicará sua anulação parcial ou total. A importância correspondente **será revertida à respectiva dotação orçamentária**. Trata-se de uma despesa com bolsas de pesquisas, logo é classificada como “**outras despesas correntes**”.

Resposta: Letra B

46) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) Em 09/08/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 6.500,00 referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. O fornecedor, atendendo as cláusulas contratuais, entregou o material em 16/08/2018, data em que a despesa foi liquidada. A despesa foi paga em 10/09/2018 pelo valor total do empenho. Em 09/08/2018 foi extraído um documento denominado

- a) ordem de pagamento, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- b) ordem de pagamento, indicando a importância exata a pagar, a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- c) nota de empenho, indicando a importância exata a pagar, bem como a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
- d) nota de empenho, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- e) nota de liquidação, indicando a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar, bem como a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Em 09/08/2018 ocorreu o empenho. Para cada empenho será extraído um documento denominado **nota de empenho que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria** (art. 61 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

47) (FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF/5 – 2017) As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes a transações ocorridas no mês de dezembro de 2016:

- Liquidação de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 20.000,00, o que corresponde ao valor total da despesa empenhada. A despesa foi paga em 09/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a Serviços de Terceiros – Pessoa Física, contratados para a manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 6.000,00. A despesa foi liquidada em 10/01/2017 e paga em 23/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à aquisição de material permanente no valor de R\$ 7.000,00. A despesa foi liquidada em 04/01/2017 e paga em 05/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente a passagens e despesas com locomoção de palestrantes para um evento promovido pela entidade no valor de R\$ 40.000,00. A despesa foi paga em 05/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente a diárias no valor de R\$ 15.000,00. A despesa foi paga em 09/01/2017 pelo valor do empenho.
- Pagamento de despesa referente aos proventos de aposentaria dos servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 50.000,00.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, o total da despesa orçamentária empenhada classificada no grupo de natureza da despesa Outras Despesas Correntes no mês de dezembro de 2016 foi, em reais,

- a) 81.000,00.
- b) 61.000,00.
- c) 26.000,00.
- d) 21.000,00.
- e) 15.000,00.

Empenhos em dezembro:

- Empenho de despesa referente a Serviços de Terceiros – Pessoa Física, contratados para a manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 6.000,00.
- Empenho de despesa referente à aquisição de material permanente no valor de R\$ 7.000,00.
- Empenho e liquidação de despesa referente a passagens e despesas com locomoção de palestrantes para um evento promovido pela entidade no valor de R\$ 40.000,00.
- Empenho e liquidação de despesa referente a diárias no valor de R\$ 15.000,00.

A aquisição de material permanente no valor de R\$7.000,00 é classificada como investimentos, o qual integra as despesas de capital. Logo, não entra na soma dos empenhos de despesas de Outras Despesas Correntes.

Assim, os empenhos que devem ser considerados são:

Serviços de Terceiros – Pessoa Física - R\$ 6.000,00.

Passagens e despesas com locomoção - R\$ 40.000,00.

Diárias - R\$ 15.000,00

Total = R\$ 61.000,00

Resposta: Letra B

48) (FCC – Analista de Suporte à Regulação de Transporte – ARTESP - 2017) Sobre os estágios da receita e da despesa orçamentária, é correto afirmar que

- a) a realização da receita se dá em três estágios: previsão, lançamento e recolhimento.
- b) a etapa do planejamento da despesa orçamentária abrange, entre outros itens, a descentralização/movimentação de créditos orçamentários.
- c) o recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- d) o lançamento de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
- e) o empenho global corresponde a um dos estágios para a execução da despesa orçamentária e é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

a) Errada. A realização da receita se dá em **quatro** estágios: previsão, lançamento, **arrecadação** e recolhimento.

b) Correta. A etapa do planejamento abrange, de modo geral, a fixação da despesa orçamentária, a descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação e contratação.

c) Errada. A **arrecadação** é a entrega dos recursos devidos ao Tesouro, realizada pelos contribuintes ou devedores aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente.

d) Errada. A **previsão** de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para estimar as necessidades de financiamento do governo.

e) Errada. O **empenho** corresponde a um dos estágios para a execução da despesa orçamentária e o empenho **por estimativa** é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

Resposta: Letra B

49) (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TST – 2017) Uma das fases da despesa pública é o empenhamento, regulado pela Lei nº 4.320/1964, que estabelece que

- a) a despesa cujo montante não se possa determinar é exceção legal à regra do prévio empenho.
- b) em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- c) é permitido o empenhamento global de despesa contratual e outras, ainda que não sujeita a parcelamento.
- d) empenho consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos se isso constar do anexo de metas fiscais.

a) Errada. Será feito **por estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º).

b) Correta. Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º).

c) Errada. É permitido o empenhamento global de despesa contratual e outras, **sujeitas** a parcelamento (art. 60, § 3º).

d) Errada. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*).

e) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*).

Resposta: Letra B

50) (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT/21 – 2017) A verificação que tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação, é

- a) a fixação de dotação de despesa.
- b) a reserva de dotação.
- c) o empenhamento da despesa.
- d) a liquidação da despesa.
- e) o pagamento da despesa.

A **liquidação** tem por finalidade reconhecer ou apurar (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964):

- A origem e o objeto do que se deve pagar.
- A importância exata a pagar.
- A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

Resposta: Letra D

51) (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/5 – 2017) Em 07/08/2017, um agente público, responsável pelo almoxarifado de uma determinada entidade pública, recebeu mercadorias adquiridas pela entidade. O agente, no momento do recebimento, confrontou as mercadorias recebidas com aquelas que estavam descritas na nota fiscal e assinou o comprovante de entrega das mercadorias pelo fornecedor. Desse modo, em 07/08/2017, as ações realizadas pelo agente público fazem parte da etapa da despesa orçamentária denominada

- a) pagamento.
- b) inscrição.
- c) lançamento.
- d) liquidação.
- e) empenho.

A **liquidação** da despesa é o estágio da conferência. Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor (ou entidade beneficiária) tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (ou da habilitação ao benefício).

Resposta: Letra D

52) (FCC - Analista Judiciário – Administrativa – TRE/SE- 2016) Considere os seguintes atos administrativos:

- I. O TRE/SE planejou a compra de computadores.
- II. Após obedecidos os trâmites legais, foi definido o fornecedor.
- III. Foi emanado ato por autoridade competente que criou para o TRE/SE a obrigação de pagamento.
- IV. Foi verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base a nota fiscal de fornecimento dos computadores, comprobatória do respectivo crédito.
- V. Foi exarado despacho por autoridade competente, determinando o pagamento da despesa.

A fase da despesa conhecida como “liquidação” ocorreu no ato especificado no item

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) IV.
- e) V.

A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor (ou entidade beneficiária) tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (ou da habilitação ao benefício).

É o que ocorreu quando foi verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base a nota fiscal de fornecimento dos computadores, comprobatória do respectivo crédito.

Resposta: Letra D

53) (FCC - Analista Judiciário – Administrativa – TRF/3 – 2016) O TRF da 3^a Região realizou despesa para a aquisição de microcomputadores, tablets e notebooks. As notas de empenho foram emitidas no mês de setembro. Em outubro do mesmo ano foram entregues os microcomputadores.

Após essa primeira entrega, o TRF promoveu o pagamento total da despesa. No mês seguinte os demais itens também foram entregues. Esse relato evidencia que houve descumprimento da Lei nº 4.320/1964, uma vez que foi constatada irregularidade

- a) nas fases de empenhamento, liquidação e pagamento da despesa.
- b) na fase de planejamento da despesa.
- c) nas fases de empenhamento e liquidação da despesa.
- d) na fase de pagamento da despesa.
- e) nas fases de liquidação e pagamento da despesa.

No caso em tela, foi constatada irregularidade no **pagamento**, pois ocorreu o pagamento total sem a entrega de todos os itens.

Resposta: Letra D

54) (FCC – Auditor de Controle Externo – Área Controle Externo -TCM/GO – 2015) O ordenador de despesa homologou o procedimento licitatório autorizando a compra de computadores e o fornecedor efetuou a sua entrega, porém por não atender as especificações do edital, a comissão responsável recusou o seu recebimento. Com relação às fases da despesa pública, é correto afirmar que

- a) ocorreu a fase de lançamento da despesa, mas não as de empenhamento e pagamento.
- b) ocorreu a fase de liquidação da despesa, mas não as de empenhamento e pagamento.
- c) ocorreram as fases de lançamento, liquidação e de empenhamento, mas não a de pagamento.
- d) ocorreu a fase de empenhamento, mas não as de liquidação e pagamento.
- e) ocorreram as fases de empenhamento e de liquidação, mas não as de lançamento e pagamento.

No caso em tela, ocorreu o empenho, mas não a liquidação (pois a entrega do fornecedor foi recusada), tampouco o pagamento.

Resposta: Letra D

55) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade – TRT/MG - 2015) Sobre execução do orçamento, é correto afirmar:

- a) Não se admite a realização de empenho de despesa cujo montante não se possa determinar.
- b) Não se admite empenho global de despesas contratuais, ainda que sujeitas a parcelamento.
- c) A nota de empenho é indispensável no processamento da despesa.
- d) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos terá por base, dentre outros, os comprovantes da entrega do material.
- e) A ordem de pagamento deflagra o procedimento para pagamento da despesa, com o empenho e a liquidação.

a) Errada. Será **feito** por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

b) Errada. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

c) Errada. Em casos especiais previstos na legislação específica **será dispensada** a emissão da nota de empenho.

d) Correta. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

e) Errada. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Resposta: Letra D

56) (FCC – Analista do Tesouro Estadual – SEFAZ/PI – 2015) O Governo do Estado do Piauí promoveu licitação para a aquisição de cestas básicas destinadas à população carente, tendo os fatos ocorridos da seguinte forma:

FATOS/DATA

Publicação do edital de licitação 10/01/14

Empenhamento do total da despesa 10/03/14

Pagamento da primeira parcela (referente ao primeiro lote de cestas básicas) 10/04/14

Entrega do primeiro lote de cestas básicas 15/04/14

Entrega do segundo e último lote de cestas básicas 15/05/14

Pagamento da segunda e última parcela (referente ao segundo lote de cestas básicas) 10/06/14

Essa cronologia de fatos, permite inferir que

a) houve falha no pagamento da segunda parcela, uma vez que sujeitou o fornecedor a entregar as cestas básicas antecipadamente.

b) houve falha na fase de empenhamento, pois, mesmo tendo ocorrido a entrega das cestas básicas de forma parcelada, o empenho foi global.

c) o pagamento da primeira parcela foi legal, uma vez que o fornecedor tem o direito de receber primeiro da Administração e depois entregar o bem que foi adquirido, já que foi o vencedor da licitação.

d) houve falha na execução do planejado, uma vez que o empenhamento ocorreu de uma só vez, ao passo que o pagamento e a liquidação foram parcelados.

e) houve falha no pagamento da primeira parcela, pois realizado sem a regular liquidação.

A cronologia deveria ser a seguinte:

Publicação do edital de licitação 10/01/14

Empenhamento do total da despesa 10/03/14

Entrega do primeiro lote de cestas básicas 10/04/14

Pagamento da primeira parcela (referente ao primeiro lote de cestas básicas) 15/04/14

Entrega do segundo e último lote de cestas básicas 15/05/14

Pagamento da segunda e última parcela (referente ao segundo lote de cestas básicas) 10/06/14

Logo, houve falha no pagamento da primeira parcela, pois realizado sem a regular liquidação.

Resposta: Letra E

57) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade – TRT/MG - 2015) Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a execução da despesa orçamentária se dá nos seguintes estágios:

a) empenho, pagamento e inscrição em restos apagar.

b) autorização, empenho e pagamento.

c) licitação, empenho e contabilização.

- d) empenho, liquidação e pagamento.
- e) licitação, empenho e pagamento.

Os estágios da execução da despesa são: empenho, liquidação e pagamento.

Resposta: Letra D

58) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade – TRT/MG - 2015) Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, refere-se

- a) à liquidação da despesa.
- b) ao empenho da despesa.
- c) ao pagamento da despesa.
- d) à autorização para realizar licitação.
- e) à liquidação da receita.

O **empenho de despesa** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra B

59) (FCC – Analista Ministerial – Auditor de Contas Públicas – MP/PB - 2015) O setor de contabilidade de uma Prefeitura do Estado da Paraíba verificou que houve o direito adquirido por um credor com base em documentos que comprovam o respectivo crédito. Essa fase da despesa é denominada

- a) precatório.
- b) empenho.
- c) liquidação.
- d) pagamento.
- e) baixa contábil.

A verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ocorre na **liquidação**.

Resposta: Letra C

60) (FCC – Analista Judiciário – Administrativa – TRT/MG - 2015) Considere, abaixo, as definições relacionadas às fases da despesa pública:

I. Verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

II. Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

III. Inclusão da despesa na lei orçamentária.

IV. Despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Essas definições devem ocorrer na seguinte ordem:

- a) I, II, IV e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III, I e IV.
- d) III, I, IV e II.
- e) III, II, I e IV.

A ordem dos estágios da despesa deve ser o seguinte:

Fixação. III. Inclusão da despesa na lei orçamentária.

Empenho. II. Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Liquidiação. I. Verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Pagamento. IV. Despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Logo, a sequência deve ser: **III, II, I e IV.**

Resposta: Letra E

61) (FCC – Auditor Conselheiro Substituto – TCM/GO – 2015) Tendo em vista a execução do gasto público, é correto afirmar que

- a) toda e qualquer despesa pública requer a emissão da nota de empenho.
- b) todos os empenhos devem conter valor líquido e certo.
- c) a liquidiação é a derradeira fase da despesa pública.
- d) empenhar significa deduzir o gasto do saldo da dotação própria.
- e) no início do ano é vedado empenhar, pelo valor global, despesas que se estendem por todo o exercício financeiro.

a) Errada. Em casos especiais previstos na legislação específica será **dispensada** a emissão da nota de empenho.

b) Errada. Será feito por **estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.

c) Errada. O **pagamento** é a derradeira (última) fase da despesa pública.

d) Correta. O empenho importa deduzir seu valor de dotação adequada à despesa a realizar, por força do compromisso assumido.

e) Errada. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.

Resposta: Letra D

62) (FCC – Auditor de Controle Externo – Área Controle Externo -TCM/GO – 2015) De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964 a respeito da liquidiação, do pagamento e da ordem de pagamento da despesa, considere:

I. A liquidiação da despesa consiste na extinção da obrigação contraída, por qualquer modalidade prevista na legislação, exceto o pagamento.

II. A liquidiação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base, exclusivamente, a nota de empenho.

III. A verificação do direito adquirido pelo credor ao pagamento da despesa tem por fim apurar, entre outros elementos, a origem e o objeto do que se deve pagar.

IV. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

V. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos órgãos das respectivas Fazendas Públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I, III e V.
- c) III e IV.
- d) II e III.
- e) I, IV e V.

I) Errado. A liquidação da despesa **consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito** (art. 63, *caput*, da Lei 4320/1964).

II) Errado. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: **o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço** (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

III) Correto. A verificação do direito adquirido pelo credor ao pagamento da despesa tem por fim apurar, entre outros elementos, a origem e o objeto do que se deve pagar (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964).

IV) Correto. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga (art. 64, *caput*, da Lei 4320/1964).

V) Errado. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos **serviços de contabilidade** (art. 64, parágrafo único, da Lei 4320/1964).

Logo, está correto o que se afirma APENAS em III e IV.

Resposta: Letra C

63) (FCC – Auditor de Controle Externo – Área Jurídica -TCM/GO – 2015) De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964 a respeito da despesa orçamentária, considere as assertivas.

- I. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- II. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- III. Por motivos de conveniência e oportunidade, ainda que sem previsão na legislação específica, os agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, poderão deixar de emitir a nota de empenho.
- IV. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- V. O empenho da despesa poderá exceder, em 2,5% (dois e meio por cento), no máximo, o limite dos créditos concedidos.
- VI. Para cada empenho será extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- VII. É permitida, no caso de força maior ou de fato superveniente, a realização de despesa sem prévio empenho, observada a necessidade de recomposição da conta, até o final do exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II, III, V e VI.
- b) I, II, IV e VI.
- c) I, IV, VI e VII.

- d) II, III, V e VII.
- e) III, IV, V e VII.

I) Correto. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 60, § 3º, da Lei 4320/1964).

II) Correto. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

III) Errado. **Em casos especiais previstos na legislação específica** será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º, da Lei 4320/1964).

IV) Correto. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4320/1964).

V) Errado. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*, da Lei 4320/1964).

VI) Correto. Para cada empenho será extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4320/1964).

VII) Errado. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*, da Lei 4320/1964).

Logo, está correto o que se afirma APENAS em I, II, IV e VI.

Resposta: Letra B

64) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – Assembleia Legislativa/PE – 2014) Uma unidade da Federação contratou uma empresa para prestação dos serviços de vigilância da sede do governo pelo valor mensal de R\$ 20.000,00, por um período de 18 meses, com início em 01/05/2013. O setor responsável pela contratação deverá emitir um empenho relativo ao exercício de 2013 do tipo

- a) ordinário de R\$ 160.000.
- b) estimativo de R\$ 160.000.
- c) global de R\$ 160.000.
- d) global de R\$ 360.000.
- e) estimativo de R\$ 360.000.

O **empenho global** é utilizado para atender às despesas com montante também definido. A especificidade é que tal modalidade é permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento. São exemplos os aluguéis, salários, prestação de serviços etc.

A questão pede o empenho relativo ao exercício de 2013, logo o total será o valor mensal (20.000,00) multiplicado pelo número de meses que falta para encerrar 2013 (se estamos em 1º de maio, faltam 8 meses).

$$\text{Total} = 8 \times 20.000,00 = \mathbf{160.000,00}$$

Resposta: Letra C

65) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) Um determinado órgão público cancelou uma compra, pois os produtos recebidos não atenderam as especificações previstas no Edital de Licitação. Nesse caso, em função deste cancelamento, considerando os estágios da despesa pública

- a) nenhum estágio da despesa será afetado.
- b) somente o empenho da despesa será anulado.
- c) será necessário estornar a liquidação e anular o empenho da despesa.
- d) será efetuado apenas o cancelamento do pagamento efetuado ao fornecedor.
- e) apenas a liquidação da despesa será cancelada.

Se um determinado órgão público cancelou uma compra porque os produtos recebidos não atenderam as especificações previstas no Edital de Licitação, a liquidação não foi finalizada.

Assim, **somente o empenho da despesa será anulado.**

Resposta: Letra B

66) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) De acordo com a sua cronologia, as etapas das despesas públicas acontecem na seguinte ordem:

- a) empenhamento, pagamento e liquidação.
- b) empenhamento, lançamento, pagamento e liquidação.
- c) lançamento, liquidação, empenhamento e pagamento.
- d) empenhamento, liquidação e pagamento.
- e) liquidação, empenhamento, lançamento e pagamento.

De acordo com a sua cronologia, as etapas (ou estágios) das despesas públicas acontecem na seguinte ordem: **empenhamento, liquidação e pagamento.**

Resposta: Letra D

67) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) O empenho

- a) pode ser realizado de forma ordinária, estimativa ou global, porém não pode exceder ao seu limite de crédito.
- b) refere-se à etapa da despesa em que o contratado realiza o serviço pactuado ou entrega a mercadoria adquirida em conformidade com as suas especificações.
- c) não pode ser elaborado de forma estimativa, por se tratar de uma despesa líquida e certa.
- d) poderá exceder o seu limite de crédito, desde que o ato emane de autoridade competente.
- e) global é um tipo utilizado para despesas contratuais ou outras despesas sujeitas à entrega única com pagamentos parcelados.

a) Correta. São modalidades de empenho: ordinária, estimativa ou global. Além disso, o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

b) Errada. É na **liquidação** que será cobrada a prestação dos serviços ou a entrega dos bens, ou, ainda, a realização da obra.

c) Errada. O empenho **pode** ser elaborado de forma estimativa. A característica desta modalidade é a existência de despesa cujo montante não se possa determinar.

- d) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- e) Errada. O empenho global é um tipo utilizado **somente para despesas contratuais ou outras despesas sujeitas a parcelamentos**.

Resposta: Letra A

68) (FCC – Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – SEFAZ/PE – 2014) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, para um ente público realizar o pagamento a fornecedores de material de consumo, a despesa a que o pagamento se refere, no processo de execução orçamentária, deverá ter sido

- a) empenhada, apenas.
- b) empenhada e liquidada.
- c) lançada e liquidada.
- d) empenhada e lançada.
- e) fixada e liquidada.

O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Logo, para um ente público realizar o pagamento a fornecedores de material de consumo, a despesa a que o pagamento se refere, no processo de execução orçamentária, deverá ter sido **empenhada e liquidada**.

Resposta: Letra B

69) (FCC – Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – SEFAZ/PE – 2014) O Município XYPE obteve junto ao cartório de registro de imóveis inúmeras certidões de imóveis registrados em nome de determinadas pessoas, fazendo o pagamento imediato das custas devidas ao cartório. Sobre o pagamento efetuado por esse município, é correto afirmar:

- a) Como se trata de contratação de serviço em que é inexigível a licitação, não há necessidade de realização de empenho da despesa.
- b) O pagamento feito pelo município será considerado regular se tiver havido empenho e regular liquidação antes do pagamento.
- c) O caso citado está dentro das hipóteses excepcionais de dispensa de empenho e de nota de empenho.
- d) Desde que tenha havido prévia liquidação, dispensa-se a realização do empenho.
- e) Se havia prévia autorização orçamentária, dispensa-se o procedimento regular de pagamento desta despesa.

Executar o orçamento é realizar as despesas públicas nele previstas e apenas estas, pois, para que qualquer utilização de recursos públicos seja efetuada, a primeira condição é que esse gasto tenha sido legal, oficialmente previsto e autorizado pelo Congresso Nacional, e que sejam seguidos à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei 4.320/1964: empenho, liquidação e pagamento.

Resposta: Letra B

70) (FCC - Auditor Fiscal - ICMS/RJ – 2014) Considere as informações a seguir sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de 2012, de uma unidade orçamentária estadual:

A ordem, em R\$ mil, é a seguinte:

Elementos de Despesa/Dotação Inicial/ Dotação Atualizada/ Cota Trimestral 1º/ Cota Trimestral 2º/ Cota Trimestral 3º/ Cota Trimestral 4º

– Equipamentos e Material Permanente 300/300/50/50/60/140.

– Material de Consumo 80/92/23/23/23/23

– Passagens e Despesas com Locomoção 190/210/60/40/70/40

As despesas são ordinárias e as cotas trimestrais foram definidas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária

a) empenhar despesa referente à aquisição de um lote de computadores no valor de R\$ 100.000,00 no primeiro trimestre de 2012.

b) realizar despesas referentes à aquisição de *toners* para impressora, papel, *pen drives* e material de limpeza de uso pela unidade orçamentária com valor máximo, no exercício financeiro de 2012, de R\$ 80.000,00.

c) transferir o saldo remanescente de R\$ 140.000,00 referente à despesa com Equipamentos e Material Permanente para o exercício financeiro de 2013, por não ter sido possível cumprir as exigências legais para a sua realização.

d) liquidar, no segundo trimestre de 2012, despesa empenhada no primeiro trimestre de 2012 com passagens aéreas no valor de R\$ 50.000,00.

e) realizar despesa com a aquisição de gasolina automotiva para os veículos utilizados pela unidade orçamentária com o uso da dotação orçamentária de Passagens e Despesas com Locomoção.

Questão bem difícil e com um tema geralmente pouco explorado em prova. Em geral, livros e cursos trazem o estudo desse tema, mas mesmo com um bom embasamento teórico a aplicação prática de quem não está no meio é complicada.

a) Errada. Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária empenhar despesa referente à aquisição de um lote de computadores no **valor máximo de R\$ 50.000,00** no primeiro trimestre de 2012, pois os computadores são **materiais permanentes**.

b) Errada. Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária realizar despesas referentes à aquisição de *toners* para impressora, papel, *pen drives* e material de limpeza de uso pela unidade orçamentária com valor máximo, no exercício financeiro de 2012, de **R\$ 92.000,00**. Além dos créditos orçamentários previstos na LOA (dotação inicial), a programação da despesa orçamentária levará em conta os créditos adicionais (dotação atualizada) e as operações extraorçamentárias.

c) Errada. **Não** há informações suficientes na questão para inferir que ouve saldo remanescente por não ter sido possível cumprir as exigências legais para a realização da despesa.

d) Correta. Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária liquidar, no segundo trimestre de 2012, despesa empenhada no primeiro trimestre de 2012 com passagens aéreas no valor de R\$ 50.000,00. Na verdade, poderia ser empenhado até R\$ 60.000,00 (cota trimestral do 1º trimestre) e liquidado o mesmo valor. Se pode R\$ 60.000,00, pode R\$ 50.000,00. Quem pode mais, pode menos.

e) Errada. Aquisição de gasolina automotiva para os veículos utilizados pela unidade orçamentária deve ser enquadrada como **material de consumo**.

Resposta: Letra D

71) (FCC – Agente de Defensoria – Contador – DPE/SP - 2013) Com relação aos Estágios da Despesa, é correto afirmar que:

- a) a fixação da despesa representa a programação de pagamentos e o estabelecimento do cronograma mensal de desembolsos.
- b) o empenho da despesa pode ser ordinário, global, ou por estimativa.
- c) a liquidação tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, já que a importância exata foi estabelecida no estágio da fixação.
- d) a liquidação tem como base os registros efetuados no Livro da Despesa, já que o pagamento foi efetuado nas fases anteriores.
- e) o pagamento tem como base os registros efetuados no Livro da Despesa e representa, portanto, a realização da despesa.

a) Errada. A fixação da despesa é a **dotação inicial da LOA** que, segundo o princípio do equilíbrio, visa assegurar que as despesas autorizadas não serão superiores à previsão das receitas.

b) Correta. As modalidades de empenho da despesa são: ordinário, global, ou por estimativa.

c) Errada. A liquidação tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, **bem como a importância exata**.

d) Errada. A liquidação **antecede** o pagamento. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

e) Errada. O pagamento tem como base os estágios anteriores. Ele é um dos estágios, não pode ser confundido com a realização da despesa. Na despesa, tanto no enfoque orçamentário quanto no patrimonial, adota-se o regime de **competência**. Se fosse adotado o regime de caixa, o pagamento seria a realização da despesa.

Resposta: Letra B

72) (FCC – Auditor –TCE/SP - 2013) Quando da análise das contas públicas prestadas por Município, foi constatada a realização de inúmeras despesas públicas previstas no orçamento. Pode ser considerada irregular uma despesa

- a) contratual, sujeita a parcelamento, com empenho global.
- b) cujo montante não se possa determinar, com empenho por estimativa.
- c) com dispensa de empenho, quando esta excede o limite de crédito concedido.
- d) com dispensa de nota de empenho, em casos especiais previstos em legislação específica.
- e) empenhada no último semestre do mandato do prefeito municipal.

A questão pede a despesa irregular. Podemos interpretar que pede a alternativa errada (ou “despesa errada”):

- a) Correta. É permitida a despesa de origem contratual, sujeita a parcelamento, com empenho global.
- b) Correta. É permitida a despesa cujo montante não se possa determinar, com empenho por estimativa.

c) É a incorreta. Está errada duas vezes. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho. Além disso, o empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

d) Correta. É permitida a despesa com dispensa de nota de empenho, em casos especiais previstos em legislação específica.

e) Correta. É permitido empenhar a despesa no último semestre do mandato do prefeito municipal. O item tentou confundir com o dispositivo que veda aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito, mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.

Resposta: Letra C

73) (FCC – Técnico Judiciário – Administrativa – TRT/15 - 2013) O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado, o que inclui o TRT da 15ª Região, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. É regra atinente a esse ato:

- a) o excesso aos limites dos créditos concedidos deve estar autorizado na Lei Orçamentária Anual.
- b) o regime de adiantamento é exceção à necessidade do prévio empenho.
- c) em casos especiais previstos em lei específica será dispensada a emissão da nota de empenho.
- d) é vedado o empenhamento global de despesa.
- e) é vedado o empenhamento por estimativa.

Questão baseada integralmente na Lei 4320/1964:

a) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos (art. 59, *caput*).

b) Errada. É **vedada** a realização de despesa sem prévio empenho (art. 60, *caput*).

c) Correta. Em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho (art. 60, § 1º).

d) Errada. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 60, § 3º).

e) Errada. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º).

Resposta: Letra C

74) (FCC – Analista – Administrativa –MPE/RN - 2012) O estágio da execução da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, se desenvolve na seguinte sequência:

- a) Licitação, Liquidação, Pagamento.
- b) Autorização, Pagamento, Liquidação.
- c) Licitação, Empenho, Pagamento.
- d) Empenho, Liquidação, Pagamento.
- e) Empenho, Contabilização, Pagamento.

Os estágios da execução da despesa são: **empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra D

75) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade -TRF/2 - 2012) As três fases da despesa em ordem cronológica, segundo a Lei nº 4.320/1964, são

- a) empenho, pagamento e liquidação.
- b) empenho, liquidação e pagamento.
- c) abertura de crédito, liquidação e pagamento.
- d) abertura de crédito, pagamento e empenho.
- e) contingenciamento, empenho e pagamento.

Os estágios da execução da despesa são: **empenho, liquidação e pagamento.**

Resposta: Letra B

76) (FGV – ANALISTA ESPECIALIZADO - ANALISTA DE CUSTOS - IMBEL – 2021) Assinale a opção que indica o estágio da despesa orçamentária que cria, para o Estado, a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- (A) Fixação.
- (B) Empenho.
- (C) Liquidação.
- (D) Pagamento.
- (E) Reconhecimento.

O **emprenh**o é o primeiro estágio da **execução** da despesa. Segundo a Lei 4.320/1964, o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra B

77) (FGV – ANALISTA ESPECIALIZADO - ANALISTA CONTÁBIL- IMBEL – 2021) Assinale a opção que indica o estágio da despesa pública em que o órgão competente, após exame da documentação, torna, em princípio, líquido e certo o direito do credor contra a Fazenda Pública.

- (A) Fixação.
- (B) Empenho.
- (C) Autorização.
- (D) Liquidação.
- (E) Pagamento.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor (ou entidade beneficiária) tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (ou da habilitação ao benefício). Assim, a despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor denominado **liquidação** antes de ser paga. Esse procedimento tem como objetivo verificar a origem e o objeto do que deve se pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

Resposta: Letra D

- 78) (FGV - Técnico Superior - Economia - DPE/RJ - 2019) O estágio da execução da despesa no qual são identificados, em documento próprio, o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária, é o(a):
- (A) fixação;
 - (B) licitação;
 - (C) empenho;
 - (D) liquidação;
 - (E) lançamento.

Para cada **empenho** será extraído um documento denominado "nota de empenho" que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria (art. 61 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

- 79) (FGV - Especialista em Políticas Públicas - Pref. de Salvador/BA - 2019) Os estágios da despesa pública são empenho, liquidação e pagamento. Em relação a esses estágios, assinale a afirmativa correta.
- a) A despesa, cujo montante não se pode determinar, não poderá ser empenhada.
 - b) O empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento é proibido.
 - c) A liquidação da despesa representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente.
 - d) O pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
 - e) O pagamento da despesa será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação.

- a) Errada. A despesa, cujo montante não se pode determinar, **poderá** ser empenhada por estimativa.
- b) Errada. O empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento é **permitido**.
- c) Errada. O **empenho** da despesa representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- d) Errada. A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) Correta. O pagamento da despesa será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Resposta: Letra E

- 80) (FGV – Analista Legislativo – Licitação, Contratos e Convênios – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Ao final de um dado mês, um fornecedor de serviços entregou em uma Câmara Municipal uma nota fiscal de prestação de serviços de manutenção e o fiscal do contrato atestou que o serviço fora devidamente prestado, conforme previsto no edital de licitação e no contrato. A nota fiscal foi anexada ao processo de execução da despesa. O estágio da despesa a ser cumprido a partir da situação descrita é:
- a) adjudicação;
 - b) empenho;
 - c) lançamento;
 - d) liquidação;

e) licenciamento.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. É o caso em apreço.

Resposta: Letra D

81) (FGV – Analista Legislativo – Financeira – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Considere as seguintes despesas.

- (a) pessoal e encargos;
- (b) aluguel de veículos.

Os empenhos dessas despesas podem ser classificados, respectivamente, como:

- a) (a) estimativo e (b) ordinário;
- b) (a) estimativo e (b) global;
- c) (a) ordinário e (b) global;
- d) (a) estimativo e (b) estimativo;
- e) (a) global e (b) ordinário.

O empenho **estimativo** é utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, aquisição de combustíveis e lubrificantes e outros; para as despesas de pessoal e encargos sociais, serão realizados empenhos estimativos até o limite da provisão de crédito autorizada.

Já o empenho **global** é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a parcelamento, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

Resposta: Letra B

82) (FGV – Contador – SEFIN/RO – 2018) O empenho é o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, que será cumprido com a entrega do material, a medição da obra ou a prestação do serviço. Nesse sentido, a modalidade de empenho global é o empenho destinado a anteceder às despesas

- a) com montante determinado e único pagamento.
- b) com montante baseado em estimativas e único pagamento.
- c) para as quais não se pode determinar o montante exato.
- d) sujeitas a parcelamento e com montante determinado.
- e) cuja data de pagamento e montante são desconhecidos.

O empenho global é utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado, sujeitas a **parcelamento**, como, por exemplo, os compromissos decorrentes de aluguéis.

Resposta: Letra D

83) (FGV - Consultor de Orçamentos - ALE/RO - 2018) Considerando o processo de execução das despesas orçamentárias, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- a) Ordem de empenho / Fixação da Despesa na LOA / Liquidação / Ordem de Pagamento.
- b) Dotação Orçamentária / Liquidação / Ordem de empenho / Pagamento.
- c) Verificação da execução do serviço ou entrega do bem / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento.
- d) Fixação da despesa na LOA / Empenho / Liquidação; Ordem de Pagamento / Pagamento.

e) Apuração sobre a obrigação de pagamento / Liquidação / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento / Pagamento.

A questão não pede os estágios da despesa e sim a sequência correta dentro do que nos é apresentado.

Na alternativa “D”, são apresentados os estágios da despesa e um procedimento que é realizado antes do efetivo desembolso financeiro. Logo, está correta a sequência: Fixação da despesa na LOA / Empenho / Liquidação; Ordem de Pagamento / Pagamento.

Resposta: Letra D

84) (FGV - Auditor de Controle Interno - CGM/Niterói - 2018) A Câmara Municipal realizou procedimento licitatório para contratação de serviço de informática. Homologado o resultado do certame, efetivou o empenho da despesa relativa antes de celebrado o contrato. Neste caso, o procedimento adotado

- a) está equivocado, pois o empenho só deve ser realizado após firmado o contrato.
- b) está correto, porque, havendo procedimento licitatório concluído, já se conhece o valor e a quem pagar.
- c) está correto, porque a efetivação de um contrato não é indispensável para o empenho da despesa.
- d) está equivocado, porque o empenho só poderá ocorrer concomitantemente com a contratação.
- e) está correto, pois o empenho poderá ser alterado até a emissão da nota respectiva.

Homologado o resultado do certame, é permitido o empenho da despesa relativa antes de celebrado o contrato, pois é recomendável constar no instrumento contratual o número da nota de empenho, visto que representa a garantia ao credor de que existe crédito orçamentário disponível e suficiente para atender a despesa objeto do contrato.

Resposta: Letra B

85) (FGV - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior - ALERJ - 2017) A despesa orçamentária é executada em estágios que representam atos e fatos administrativos e geram registros contábeis para fins de controle. O estágio da despesa orçamentária em que, por definição, se considera ocorrido o fato gerador é:

- a) empenho;
- b) lançamento;
- c) licitação;
- d) liquidação;
- e) programação.

A ocorrência do fato gerador é atestada na liquidação.

Resposta: Letra D

86) (FGV - Analista Judiciário - Administrativa - TRT/12 - 2017) Após vencer uma licitação para prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática (computadores e empresas), uma empresa apresentou à entidade pública uma nota fiscal dos serviços prestados nos primeiros dois meses de contrato. Após confirmação do fiscal do contrato, o documento foi enviado ao setor de processamento de despesa para conferência, etapa associada ao estágio do(a):

- a) adjudicação;
- b) empenho;

- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) pagamento.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor (ou entidade beneficiária) tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito (ou da habilitação ao benefício)

Resposta: Letra D

87) (FGV – Analista – Orçamento e Finanças – IBGE – 2016) Em uma repartição pública, um servidor tem, entre outras, a função de conferir documentos de processos de despesa referentes a contratos de prestação de serviços. Nessa atividade o servidor identifica a origem e o objeto da despesa e a importância exata a pagar. Dois dos documentos objeto da conferência são o contrato e os comprovantes da prestação efetiva do serviço. Essa atividade refere-se ao estágio do(a):

- a) dotação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) pagamento.

A **liquidação** tem por finalidade reconhecer ou apurar (art. 63, § 1º, da Lei 4320/1964):

- A origem e o objeto do que se deve pagar.
- A importância exata a pagar.
- A quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

A **liquidação** da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, § 2º, da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra D

88) (FGV - Analista - Administrativa - MPE/RJ - 2016) Para fins de controle nas entidades da administração pública, a execução da receita e da despesa públicas se processa em estágios, que dependem do cumprimento de critérios legalmente definidos. O estágio em que se registra a execução da despesa pública antes da ocorrência do respectivo fato gerador é o(a):

- a) dotação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) previsão.

A ocorrência do fato gerador é atestada na liquidação. No **empenho**, registra-se a execução da despesa, deduzindo seu valor de dotação adequada à despesa a realizar, por força do compromisso assumido.

Resposta: Letra B

89) (FGV – Analista Judiciário – Administrador – TJ/RO – 2015) Conforme orientações da legislação aplicável, a despesa pública é executada em estágios, devidamente registrados pelos sistemas de

contabilidade, para fins de controle e prestação de contas da execução orçamentária. Acerca do primeiro estágio de execução da despesa orçamentária, é correto afirmar que:

- a) cria para o Estado obrigação inequívoca de pagamento;
- b) em casos previstos em lei, é permitido sem que haja disponibilidade de crédito;
- c) está relacionado com procedimentos que verificam se a despesa está em condições de ser paga;
- d) para seu registro, é necessário identificar o valor exato da despesa a que se refere;
- e) refere-se ao comprometimento de crédito orçamentário para execução de uma despesa.

O primeiro estágio de execução da despesa orçamentária é o empenho.

- a) Errada. o empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento **pendente ou não de implemento de condição**.
- b) Errada. O empenho da despesa **não** poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- c) Errada. O estágio da **liquidação** está relacionado com procedimentos que verificam se a despesa está em condições de ser paga.
- d) Errada. Será feito por **estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- e) Correta. O estágio do empenho refere-se ao comprometimento de crédito orçamentário para execução de uma despesa.

Resposta: Letra E

90) (FGV - Analista Legislativo - Contabilidade - Câmara Municipal de Caruaru/PE - 2015) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. As opções a seguir apresentam, de acordo com a Lei nº 4.320/64, finalidades da verificação, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A quem se deve pagar.
- b) A origem do que se deve pagar.
- c) O objeto do que se deve pagar.
- d) A importância exata a pagar.
- e) A data em que se deve pagar.

Na Lei 4320/1964

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

- I - a origem e o objeto do que se deve pagar;*
- II - a importância exata a pagar;*
- III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação*

Logo, não é finalidade de verificação a data em que se deve pagar.

Resposta: Letra E

91) (FGV – Analista de Controle Interno – Finanças Públicas - Pref. do Recife/PE – 2014) Com base nas etapas formais que configuram o procedimento para a realização das despesas, o ato proveniente de autoridade competente, que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não o implemento de condição, é chamado de

- a) liquidação.
- b) ordem de pagamento.
- c) empenho.
- d) pagamento.
- e) licitação.

Segundo o art. 58 da Lei 4.320/1964, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Resposta: Letra C

92) (FGV – Administrador – Assembleia Legislativa/MT – 2013) Correlacione as colunas a seguir.

1. Empenho ordinário
2. Empenho global
3. Empenho estimativo
4. Liquidação
5. Pagamento

() fato em que a Administração Pública reconhece o recebimento do material adquirido ou serviço prestado.

() ato orçamentário para despesas com pagamento parcelado.

() ato orçamentário destinado a aquisições de valores não conhecidos previamente, como os gastos com energia elétrica.

() fato de extinção da obrigação com fornecedor de bens ou serviços para a administração pública.

() tipo de aquisição para valor conhecido e pagamento único.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) 1 – 3 – 2 – 4 – 5
- b) 2 – 1 – 4 – 3 – 5
- c) 3 – 4 – 2 – 5 – 1
- d) 5 – 3 – 1 – 2 – 4
- e) 4 – 2 – 3 – 5 – 1

(4 - Liquidação) fato em que a Administração Pública reconhece o recebimento do material adquirido ou serviço prestado.

(2 - Empenho global) ato orçamentário para despesas com pagamento parcelado.

(3 - Empenho estimativo) ato orçamentário destinado a aquisições de valores não conhecidos previamente, como os gastos com energia elétrica.

(5 - Pagamento) fato de extinção da obrigação com fornecedor de bens ou serviços para a administração pública.

(1 - Empenho ordinário) tipo de aquisição para valor conhecido e pagamento único.

Logo, a sequência é **4 – 2 – 3 – 5 – 1**.

Resposta: Letra E

93) (FGV - Analista Administrativo – BADESC – 2010) O ato emanado de autoridade competente que gera a obrigação de pagamento e a verificação do direito adquirido pelo credor com base em títulos e créditos que comprovem o respectivo crédito, referem-se, respectivamente, às seguintes fases:

- a) liquidação e empenho.
- b) pagamento e empenho.
- c) empenho e liquidação.
- d) pagamento e liquidação.
- e) empenho e pagamento.

Segundo o art. 58 da Lei 4320/1964, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. De acordo com o art. 63 da Lei 4320/64, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Resposta: Letra C

94) (FGV - Assessor Técnico - DETRAN/RN - 2010) Segundo a Lei nº. 4320/64, o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. São modalidades de empenho:

- A) Empenho ordinário, empenho por estimativa e empenho global.
- B) Empenho por estimativa e empenho prévio.
- C) Empenho global, empenho por estimativa e empenho extraordinário.
- D) Empenho ordinário, empenho por estimativa e empenho suplementar.
- E) Empenho suplementar, especial e extraordinário.

São modalidades de empenho: **ordinário, por estimativa e global**.

Resposta: Letra A

95) (FGV – Auditor Substituto de Conselheiro – TCM/RJ - 2008) Em relação à despesa pública, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) Empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- c) Despesas de capital são voltadas para a manutenção de serviços já criados ou para a realização de obras de conservação de bens imóveis.
- d) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após regular liquidação.
- e) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Questão totalmente baseada na Lei 4320/1964:

- a) Correta. Segundo o art. 63, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) Correta. Conforme o art. 58, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

c) É a incorreta. Segundo o § 1º do art. 12, classificam-se como Despesas de **Custeio** as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.

d) Correta. Consoante o art. 62, o pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

e) Correta. De acordo com o art. 60, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

Resposta: Letra C

96) (FGV – Consultor de Orçamentos - Senado - 2008) A despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor, antes de ser paga. Esse procedimento tem como objetivo verificar a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação. É certo que antes deve ser criada a obrigação de pagamento que constitui ato praticado por autoridade competente para tal fim. Os dois estágios da despesa citados são, respectivamente:

- a) licitação e liquidação.
- b) liquidação e fixação.
- c) liquidação e pagamento.
- d) liquidação e empenho.
- e) licitação e empenho.

A despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor, antes de ser paga. Segundo o art. 63 da Lei 4320/1964, a **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Esse procedimento tem como objetivo verificar a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação.

É certo que antes deve ser criada a obrigação de pagamento que constitui ato praticado por autoridade competente para tal fim. Segundo o art. 58 da referida Lei, o **empenho** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

Logo, os dois estágios da despesa citados são, respectivamente, **liquidação e empenho**.

Resposta: Letra D

97) (CONSULPLAN - Procurador - Câmara de Belo Horizonte/MG - 2018) Considere a seguinte definição: “Ato emanado da autoridade competente que cria para o estado a obrigação de pagamento e constitui reserva de dotação orçamentária”. Assinale a qual figura da contabilidade pública ela se refere.

- a) Dotação.
- b) Alocação.
- c) Empenho.
- d) Liquidação.

O **empenho** de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964). Tal artigo deve ser entendido como uma garantia ao credor que, se ele cumprir os termos do que foi tratado com a Administração, receberá o pagamento que estará reservado para ele.

Resposta: Letra C

98) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG - 2017) A despesa orçamentária compreende o conjunto dos créditos ou autorizações consignadas na Lei de Orçamento e se realiza por meio da denominada administração de créditos. A despesa pública percorre, sequencialmente, os seguintes estágios:

- a) Empenho, pagamento, liquidação e fixação
- b) Pagamento, liquidação, empenho e fixação.
- c) Liquidação, empenho, fixação e pagamento.
- d) Fixação, empenho, liquidação e pagamento.

Os estágios da despesa são **fixação, empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra D

99) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG - 2017) O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição que será cumprido com a entrega do material, medição da obra ou a prestação dos serviços. O empenho compreende as respectivas fases, EXCETO:

- a) Previsão.
- b) Autorização.
- c) Formalização
- d) Licitação ou sua dispensa

As fases do empenho são licitação ou sua dispensa, autorização e formalização.

Previsão é estágio da receita.

Resposta: Letra A

100) (CONSULPLAN - Assistente Administrativo - Pref. de Sabará/MG - 2017) A despesa orçamentária compreende o conjunto dos créditos ou autorizações consignadas na Lei de Orçamento e se realiza por meio da denominada administração de créditos. A ordem dos estágios que a despesa pública percorre é:

- a) Empenho, fixação, pagamento e liquidação.
- b) Pagamento, empenho, fixação e liquidação.
- c) Fixação, empenho, liquidação e pagamento.
- d) Liquidação, pagamento, empenho e fixação.

Os estágios da despesa são **fixação, empenho, liquidação e pagamento**.

Resposta: Letra C

101) (CONSULPLAN - Assistente Administrativo - Pref. de Sabará/MG - 2017) De acordo com a Lei nº 4.320/64, a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito, corresponde à seguinte fase da despesa:

- a) Empenho da despesa.
- b) Liquidação da despesa.
- c) Ordem de pagamento.
- d) Abertura de crédito orçamentário.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

102) (CONSULPLAN - Auxiliar Administrativo - Pref. de Coimbra/MG - 2014) Uma certa prefeitura precisou alugar máquinas e equipamentos com pagamento contratual mensal, durante 6 meses. Para tanto, deverá realizar um empenho denominado

- a) global.
- b) normal.
- c) ordinário.
- d) referenciado.
- e) por estimativa.

É permitido o empenho **global** de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 63, § 3º, da Lei 4.320/1964). É o caso de aluguel de máquinas e equipamentos com pagamento contratual mensal, por período determinado.

Resposta: Letra A

103) (CONSULPLAN – Analista de Gestão - Contabilidade – CBTU/RJ – 2014) Um órgão público, ao comprar artigos de escritório para seu consumo em uma loja credenciada, cujo pagamento será realizado em uma única parcela, caracteriza um empenho classificado como

- a) global.
- b) ordinário.
- c) funcional.
- d) por estimativa.

O empenho **ordinário** é indicado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

Resposta: Letra B

104) (CONSULPLAN – Agente Administrativo – MAPA – 2014) Analise a situação hipotética e responda. “O setor de licitação encaminhou para o de contabilidade a cópia de um contrato proveniente de processo licitatório, na modalidade concorrência, no valor de R\$ 2,5 milhões, para a construção de um prédio escolar com pagamentos parcelados.” Tal empenho será classificado em qual modalidade?

- a) Global.
- b) Ordinário.
- c) Estimativo.
- d) Extraordinário.

É permitido o empenho **global** de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 63, § 3º, da Lei 4.320/1964). É o caso da construção de um prédio com pagamentos parcelados.

Resposta: Letra A

105) (CONSULPLAN – Agente Administrativo – MAPA – 2014) Analise o procedimento e responda. “Foi entregue ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um veículo adquirido através de processo licitatório pelo fornecedor e o servidor público na ocasião verificou as especificações da nota fiscal com o veículo recebido – modelo, cor e marca –, bem como o valor do veículo com aquele mencionado no contrato e no empenho, e as informações da nota de empenho do fornecedor com a nota

fiscal entregue junto ao veículo.” Esse procedimento da fase da execução da despesa pública denomina-se

- a) previsão.
- b) empenho.
- c) liquidação.
- d) pagamento.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, *caput* e § 2º, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

106) (CONSULPLAN – Economista – Pref. Natividade/RJ – 2014) De acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Responderão pelos prejuízos que acarretarem à Fazenda Nacional, o ordenador de despesas independentemente de quem lhes der causa.
- b) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício.
- c) Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho, a qual, obrigatoriamente, conterá o nome do devedor e também do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária.
- d) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos, obras executadas ou serviços prestados terá por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho, o documento fiscal pertinente, o termo circunstanciado do recebimento definitivo, no caso de obra ou serviço e equipamento de valor de grande vulto, ou o recibo, nos demais casos.

Na verdade, a questão é baseada no Decreto 93.872/1986. Além disso, o tema ordenador de despesa não faz parte dessa aula, mas é possível resolver a questão por eliminação.

a) É a incorreta. O ordenador de despesa, salvo convivência, **não é responsável** por prejuízos causados à Fazenda Nacional, decorrentes de atos praticados por agente subordinado que exorbitar das ordens recebidas (art. 39, parágrafo único, do Dec. 93.872/1986).

b) Correta. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício (art. 36, *caput*, do Dec. 93.872/1986).

c) Correta. Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho, a qual, obrigatoriamente, conterá o nome do devedor e também do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária (art. 29, *caput*, do Dec. 93.872/1986).

d) Correta. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos, obras executadas ou serviços prestados terá por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho, o documento fiscal pertinente, o termo

circunstanciado do recebimento definitivo, no caso de obra ou serviço e equipamento de valor de grande vulto, ou o recibo, nos demais casos (art. 36, § 2º, do Dec. 93.872/1986).

Resposta: Letra A

107) (CONSULPLAN - Oficial Administrativo - Pref. de Cantagalo/RJ - 2013) “A Lei nº 4.320/64 vedava, em seu art. 60, a realização de despesa pública sem prévio(a) _____.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) cotação
- b) licitação
- c) empenho
- d) liquidação
- e) autorização

É vedada a realização de despesa sem prévio **empenho** (art. 60, *caput*, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

108) (CONSULPLAN – Analista Judiciário – Contabilidade – TSE – 2012) “Na área pública, o controle interno tem o objetivo de ser, simultaneamente, um mecanismo de auxílio ao administrador público e um instrumento de proteção e defesa do cidadão. O controle contribui para que os objetivos da organização pública sejam alcançados e que as ações sejam conduzidas de forma econômica, eficiente e eficaz, resultando na salvaguarda dos recursos públicos contra o desperdício, o abuso, os erros, as fraudes e as irregularidades.” (Castro, D. P. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública. Paulo: Atlas, 2008) Considerando as formas de controle interno, pode-se afirmar que o disposto no Art. 60 da Lei nº 4.320/64 e suas alterações posteriores (normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos): “É vedada a realização de despesa sem prévio empenho”, constitui-se em um exemplo de controle

- a) concomitante.
- b) corretivo.
- c) posterior.
- d) prévio.

Questão que mistura os temas Controle Interno e Empenho.

Entretanto, não é necessário nenhum aprofundamento. A vedação para a realização de despesa sem **prévio empenho**, constitui-se em um exemplo de controle **prévio**.

Resposta: Letra D

109) (CONSULPLAN – Tesoureiro – Pref. de Barra Velha/SC – 2012) Empenho é o primeiro estágio efetivo da despesa e pode ser conceituado como o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não, de complemento de condição (Lei nº 4320/64, art. 58). Como regra geral, o empenho deve sempre preceder a realização da despesa e obedecer estritamente aos limites dos créditos orçamentários. Qual a classificação de empenho para acudir despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez?

- a) Empenho por estimativa.
- b) Empenho global.
- c) Prévio empenho.

- d) Empenho extraordinário.
- e) Empenho ordinário.

O **empenho ordinário** é utilizado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.

Resposta: Letra E

110) (CONSULPLAN – Contador – COFEN – 2011) Segundo a Lei nº. 4320/64, “o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição” Qual modalidade de empenho deverá ser utilizada para empenhar os gastos com ligações telefônicas?

- a) Empenho Ordinário.
- b) Empenho Prévio.
- c) Empenho Global.
- d) Empenho por Estimativa.
- e) Empenho Extraordinário.

Será feito por **estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4.320/1964). Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, energia elétrica e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

Resposta: Letra D

111) (CONSULPLAN – Fiscal de Tributos - Pref. de Belo Monte/MG – 2011) O empenho é um ato prévio da autoridade competente reconhecendo e criando para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição. Materializa-se por meio de documento “nota de empenho”. Marque a alternativa correta que identifica os três tipos de empenhos.

- a) Orçamento e extraorçamentário.
- b) Competência e de caixa.
- c) Subempreendimento, anulação e suplementação.
- d) Fixação e programação.
- e) Ordinário, global e por estimativa.

As três modalidades de empenhos são: **ordinário, global e por estimativa**.

Resposta: Letra E

112) (CONSULPLAN – Oficial Administrativo - Câmara de Campo Verde/MT - 2011) “O Empenho _____ é o mais utilizado. Representa a despesa, cujo valor é considerado líquido e certo para o credor, previamente conhecido e que deva ocorrer de uma só vez.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- a) Global
- b) Geral
- c) Por estimativa
- d) Integralizado
- e) Ordinário

O empenho **ordinário** é o utilizado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez. É tipo de empenho mais utilizado.

Resposta: Letra E

113) (CONSULPLAN - Assessor Legislativo - Câmara de Santo Antônio do Gramado/MG - 2011) “Determinado Contador da Administração Pública, em 2 de janeiro de 2011, empenhou as despesas com gastos de energia elétrica, telefonia, consumo de água e outras dessa natureza de serviços para todo o exercício financeiro.” Esse procedimento enquadra-se na seguinte modalidade de empenho:

- a) Empenho global.
- b) Empenho por estimativa.
- c) Empenho ordinário.
- d) Empenho extraorçamentário.
- e) Empenho especial.

Será feito por **estimativa** o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar (art. 60, § 2º, da Lei 4.320/1964). Em geral, são gastos que ocorrem regularmente, porém que possuem base não homogênea, ou seja, o valor sempre varia. São exemplos as contas de água, energia elétrica e telefone, passagens, diárias, gratificações, fretes etc.

Resposta: Letra B

114) (CONSULPLAN - Técnico Administrativo - COFEN - 2011) “O empenho _____ é utilizado para as despesas normais que não tenham nenhuma característica especial e, é nessa modalidade, que é efetuada a quase totalidade dos gastos que os órgãos e repartições são obrigados a realizar”. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- a) por Estimativa
- b) global
- c) ordinário
- d) contábil
- e) financeiro

O empenho **ordinário** é o utilizado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez. É tipo de empenho mais utilizado.

Resposta: Letra C

115) (CONSULPLAN - Procurador - Pref. de Londrina/PR - 2011) A Lei nº. 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O Capítulo III foi dedicado à despesa. Acerca disso, é INCORRETO afirmar:

- a) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- b) É vedado aos Municípios, no último mês do mandato do prefeito, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do referido mandato.
- c) É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento, sob pena de infringência à lei de responsabilidade fiscal.
- d) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

- a) Correta. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).
- b) Correta. Fica, também, vedado aos Municípios, no mesmo período, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do mandato do Prefeito (art. 59, § 2º, da Lei 4.320/1964).
- c) É a incorreta. É **permitido** o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 63, § 3º, da Lei 4.320/1964).
- d) Correta. A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito (art. 63, *caput*, da Lei 4.320/1964).
- e) Correta. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade (art. 64, parágrafo único, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra C

116) (CONSULPLAN - Assistente Administrativo - CFN - 2011) “A execução da despesa orçamentária passa por diversas fases.” Qual nome é dado ao momento que se verifica, se o objeto fornecido ou serviço prestado está em conformidade com o contrato, ou com a nota fiscal e reconhece o direito do credor?

- a) Liquidação.
- b) Pagamento.
- c) Empenho.
- d) Licitação.
- e) Suprimento.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: o contrato, ajuste ou acordo respectivo; a nota de empenho; os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço (art. 63, *caput* e § 2º, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra A

117) (CONSULPLAN - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Pref. de Itabaiana/SE - 2010) As ações governamentais são expressas também por meio dos programas de governo, sendo evidenciadas no orçamento público pela despesa pública, que é classificada em três etapas: planejamento, execução e controle. Sobre a subclassificação da etapa do planejamento, marque a alternativa correta:

- a) Fixação, empenho, liquidação e pagamento.
- b) Fixação, processo de licitação, empenho e liquidação.
- c) Fixação, descentralização de créditos orçamentários, programação orçamentária e financeira e processo de licitação.
- d) Fixação, programação orçamentária e financeira, processo de licitação e empenho.
- e) Fixação, descentralização de créditos orçamentários, processo de licitação e empenho.

A gestão da despesa orçamentária pode ser dividida em três etapas. A etapa do planejamento abrange, de modo geral, a **fixação** da despesa orçamentária, a **descentralização/movimentação de créditos, a programação orçamentária e financeira, e o processo de licitação** e contratação.

Resposta: Letra C

118) (CONSULPLAN - Agente Administrativo - Pref. de São Leopoldo/RS - 2010) O ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, é denominado:

- a) Contrato.
- b) Liquidação.
- c) Ato de despesa.
- d) Provisão.
- e) Empenho.

O **empenho** de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra E

119) (CONSULPLAN – Agente Administrativo - Pref. de Itabaiana/SE - 2010) “É utilizado para as despesas normais que não tenham nenhuma característica especial. Nesta modalidade de empenho, é efetuada a quase totalidade dos gastos que os órgãos e repartições são obrigados a realizar.” O conceito se refere à seguinte modalidade de empenho:

- a) Ordinário.
- b) Por estimativa.
- c) Global.
- d) Normal e global.
- e) Ordinário e por estimativa.

O empenho **ordinário** é o utilizado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez. É tipo de empenho mais utilizado.

Resposta: Letra A

120) (CONSULPLAN – Agente Administrativo - Pref. de Itabaiana/SE - 2010) O empenho que é utilizado para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento, é:

- a) Ordinário ou normal.
- b) Global.
- c) Por estimativa.
- d) Extraordinário.
- e) Estipulado.

É permitido o empenho **global** de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 63, § 3º, da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra B

121) (CONSULPLAN - Auxiliar do Agente Administrativo - Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) Considerando o processamento normal, a despesa pública deverá ocorrer na seguinte ordem:

- a) Empenho, reserva de dotação orçamentária e pagamento.

- b) Liquidação, empenho e pagamento.
- c) Pagamento, empenho e liquidação.
- d) Empenho, liquidação e pagamento.
- e) Reserva de dotação orçamentária e pagamento.

Os estágios da despesa são fixação, empenho, liquidação e pagamento.

Resposta: Letra D

122) (CONSULPLAN – Oficial Administrativo - Câmara de Campo Verde/MT - 2010) “É o ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.” Tal afirmativa se refere:

- a) Ordem de Pagamento.
- b) Contingenciamento da Dotação.
- c) Abertura de Crédito Orçamentário.
- d) Liquidação de Despesa.
- e) Empenho da Despesa.

O **empenho** de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4.320/1964).

Resposta: Letra E

123) (CONSULPLAN – Contador - Pref. de Santa Maria Madalena/RJ - 2010) “O Empenho é o segundo estágio da Despesa Orçamentária.” Assinale a alternativa que contém as várias modalidades de empenho, previstas na Contabilidade Pública:

- a) Empenho Ordinário, por Estimativa e Global.
- b) Empenho Ordinário e por Estimativa.
- c) Empenho por Estimativa e Global.
- d) Nota de Empenho e Empenho Global.
- e) Despesas Correntes e de Capital.

As três modalidades de empenhos são: **ordinário, global e por estimativa**.

Resposta: Letra A

124) (CONSULPLAN – Agente Administrativo - Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) “O empenho _____ é destinado a despesas usuais e para pagamento em uma única prestação”. Assinale a alternativa correspondente:

- a) global
- b) por estimativa
- c) ordinário
- d) extraordinário
- e) sistemático

O empenho **ordinário** é o utilizado para as despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez. É tipo de empenho mais utilizado.

Resposta: Letra C

125) (CONSULPLAN - Fiscal - Pref. de Guaxupé/MG - 2010) A verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício, é denominada:

- a) Licitação.
- b) Adiantamento.
- c) Liquidação.
- d) Adjudicação.
- e) Nota de empenho.

A **liquidação** da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício (art. 36, *caput*, do Dec. 93.872/1986).

Resposta: Letra C

126) (CONSULPLAN – Contador – Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) “_____ é o ato emanado de autoridade competente (chefe do executivo ou outros, por delegação de competência) que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- a) Empenho de Despesa
- b) Abertura de Crédito Orçamentário
- c) Liquidação de Despesa
- d) Ordem de Pagamento
- e) Contingenciamento da dotação

O **empenho de despesa** é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição (art. 58 da Lei 4320/1964).

Resposta: Letra A

127) (CONSULPLAN – Contador – Pref. de Sertaneja/PR - 2010) “O Empenho é o segundo estágio da Despesa Orçamentária.” Assinale a alternativa que contém as várias modalidades de empenho, previstas na Contabilidade Pública:

- a) Empenho Ordinário, por Estimativa e Global.
- b) Empenho Ordinário e por Estimativa.
- c) Empenho por Estimativa e Global.
- d) Nota de Empenho e Empenho Global.
- e) Despesas Correntes e de Capital.

Os empenhos são classificados consoante sua natureza e finalidade. **São modalidades de empenho Ordinário, por Estimativa e Global.**

Resposta: Letra A

128) (CONSULPLAN – Contador – Pref. de Itabaiana/SE – 2010) Relacione as colunas abaixo:

1. Previsão.
2. Lançamento.
3. Arrecadação.
4. Recolhimento.
5. Empenho.

6. Liquidação.

7. Pagamento.

- () Ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos.
- () Corresponde aos valores que a Lei do Orçamento consignar, pois são estimativas de receitas que se originam de estudos de previsão, antes de comporem o projeto de Lei Orçamentária.
- () Entrega realizada pelos contribuintes aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente dos recursos devido ao Tesouro.
- () Efetivo desembolso financeiro.
- () Ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao Tesouro Público o produto da arrecadação.
- () Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.
- () Verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual (da obrigação).

A sequência está correta em:

- a) 1, 3, 6, 4, 2, 5, 7
- b) 1, 7, 2, 6, 3, 5, 4
- c) 5, 7, 3, 1, 2, 4, 6
- d) 2, 1, 3, 7, 4, 5, 6
- e) 2, 4, 6, 1, 3, 5, 7

(2. Lançamento) Ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos.

(1. Previsão) Corresponde aos valores que a Lei do Orçamento consignar, pois são estimativas de receitas que se originam de estudos de previsão, antes de comporem o projeto de Lei Orçamentária.

(3. Arrecadação) Entrega realizada pelos contribuintes aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente dos recursos devido ao Tesouro.

(7. Pagamento) Efetivo desembolso financeiro.

(4. Recolhimento) Ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao Tesouro Público o produto da arrecadação.

(5. Empenho) Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.

(6. Liquidação) Verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual (da obrigação).

Logo, a sequência correta é 2, 1, 3, 7, 4, 5, 6.

Resposta: Letra D

129) (CONSULPLAN – Contador – Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) Em consonância com os aspectos legais, excetuando-se o regime de adiantamento, a despesa pública deverá ocorrer na seguinte ordem:

- a) Liquidação, empenho, dotação orçamentária, ordem de pagamento, pagamento.
- b) Dotação orçamentária, liquidação, empenho, ordem de pagamento, pagamento.
- c) Dotação orçamentária, empenho, liquidação, ordem de pagamento, pagamento.
- d) Empenho, ordem de pagamento, dotação orçamentária, pagamento, liquidação.

e) Empenho, ordem de pagamento, liquidação, dotação orçamentária, pagamento.

São estágios da despesa pública: fixação (aqui chamada de dotação orçamentária), empenho, liquidação e pagamento.

O art. 64 da Lei 4.320/1964 define ainda a **ordem de pagamento**, a qual é o despacho exarado por autoridade competente determinando que a despesa seja paga. Não se trata de um novo estágio. A ordem de pagamento faz parte do estágio do pagamento.

Assim, a resposta possível é **dotação orçamentária, empenho, liquidação, ordem de pagamento, pagamento.**

Resposta: Letra C

130) (CONSULPLAN – Contador – SDS/SC – 2008) A tendência é emitir o empenho já com o valor definido e para pagamento de uma só vez. No entanto, pode ocorrer a necessidade de empenhar contratos ou mesmo, fazer algumas previsões de gastos para pagamentos parcelados. A modalidade de empenho em que o montante da despesa é conhecido e o pagamento é parcelado é:

- a) Estimativa.
- b) Contábil do empenho.
- c) Ordinário.
- d) Global.
- e) Misto.

É permitido o empenho **global** de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento (art. 63, § 3º, da Lei 4.320/1964). É destinado para atender às despesas com montante **definido**. A especificidade é que tal modalidade é permitida para atender despesas contratuais e outras sujeitas a **parcelamento**.

Resposta: Letra D

ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO E ENFOQUE PATRIMONIAL

131) (VUNESP - Analista em Gestão Municipal – Ciências Contábeis - Pref. de São José dos Campos/SP - 2018) De acordo com a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 35, os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extraorçamentários. Dessa forma, pertencem ao exercício financeiro as receitas

- a) arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- b) e despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- c) arrecadadas e a serem arrecadadas e as despesas de exercícios encerrados.
- d) arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas e não empenhadas.
- e) arrecadadas e os restos a pagar, somente.

Pertencem ao exercício financeiro (art. 35 da Lei 4320/1964):

- I – as receitas nele arrecadadas;
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Resposta: Letra A

132) (VUNESP - Diretor Contábil Legislativo - Câmara Municipal de Dois Córregos/SP - 2018) Considere as seguintes informações para responder à questão.

Em 1º de janeiro de 2016, a repartição competente de uma entidade pública municipal verificou a procedência do crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a pessoa devedora e inscreveu o débito desta. O devedor, em 22 de janeiro de 2016, efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 26 de janeiro de 2016, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Municipal.

De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/64, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 1º de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- b) 1º de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- c) 22 de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- d) 22 de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- e) 22 de janeiro de 2016 e 26 de janeiro de 2016.

Analizando as informações:

01/01/2016: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do **lançamento**.

22/01/2016: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente. Trata-se do estágio da **arrecadação**.

26/01/2016: o valor recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Municipal. Trata-se do estágio do **recolhimento**.

No enfoque orçamentário, pertencem ao exercício financeiro (art. 35 da Lei 4320/1964):

I – as **receitas nele arrecadadas**;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Logo, pelo enfoque orçamentário, o resultado foi impactado em **22/02/2016**, por ocasião da arrecadação.

No enfoque patrimonial, em relação à receita, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Por exemplo, no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa, pois nesse momento é que se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente e, ocorrido o fato gerador, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro por competência.

Logo, pelo enfoque patrimonial, o resultado foi impactado em **01/01/2016**, por ocasião do lançamento.

Resposta: Letra C

133) (VUNESP - APOFP - CONCURSO UNIFICADO DE PROMOÇÃO - 2017) Considere as informações a seguir para responder à questão a seguir.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- b) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- c) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- d) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- e) 22 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.

Em **17/01/2017**, a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Trata-se do estágio do **lançamento**

Em relação à Receita, no enfoque patrimonial, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Por exemplo, no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar **o momento do lançamento como referência para o reconhecimento da variação patrimonial aumentativa**, pois nesse momento é que se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente e, ocorrido o fato gerador, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o registro por competência.

Logo, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em **17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa**, por ocasião do lançamento da receita do IPVA.

Resposta: Letra A

134) (VUNESP – Analista Administrativo – Ciências Contábeis – EMPLASA - 2014) A Lei n.º 4.320/64 determina que o exercício financeiro coincida com o ano civil. Diante dessa determinação, pode-se afirmar que pertence(m) ao exercício financeiro

- a) as receitas previstas e as despesas orçadas.
- b) as receitas orçadas e as despesas previstas.
- c) as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- d) a provisão dos Restos a Pagar e as despesas empenhadas.
- e) a dotação orçamentária superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

Pertencem ao exercício financeiro (art. 35 da Lei 4320/1964):

- I – as **receitas nele arrecadadas**;
- II – as **despesas nele legalmente empenhadas**.

Resposta: Letra C

135) (VUNESP – Contador - Câmara de Itapeva/SP – 2014) De acordo com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964,

- a) pertencem ao exercício financeiro as despesas nele liquidadas e as receitas nele arrecadadas.
- b) pertencem ao exercício financeiro as receitas previstas no orçamento e as despesas nele legalmente pagas.
- c) adota-se o regime de competência tanto para a despesa quanto para a receita.
- d) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- e) adota-se o regime de caixa tanto para a receita quanto para as despesas.

Na alternativa "D" há uma resposta literal, logo é a que deve ser marcada.

Pertencem ao exercício financeiro (art. 35 da Lei 4320/1964):

I – **as receitas nele arrecadadas;**

II – **as despesas nele legalmente empenhadas.**

Resposta: Letra D

136) (VUNESP - Contador – UNESP – 2010) Uma empresa, no início do exercício comercial do ano de 2010, durante a execução de suas conciliações contábeis, verificou que determinadas despesas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 haviam sido contabilizadas no exercício de 2010. Após algumas análises pertinentes, concluiu-se que essas despesas foram contabilizadas por ocasião de seus pagamentos ao invés de serem contabilizadas na ocasião em que ocorreram. Com isso, pode-se afirmar que as despesas foram contabilizadas em desacordo com o(a)

- a) regime de caixa.
- b) regime de competência.
- c) critério das partidas dobradas.
- d) norma da oportunidade.
- e) princípio de finanças.

No regime de **competência**, as despesas são contabilizadas no momento em que são comprometidas (fato gerador da despesa), independentemente do momento em que saem do caixa.

No caso em tela, se a despesa foi realizada em 2009, deveria ter sido contabilizada em 2009. Como isso ocorreu em 2010, pode-se afirmar que as despesas foram contabilizadas em desacordo com o **regime de competência**.

Resposta: Letra B

137) (VUNESP - Consultor Contábil – CRF/SP – 2009) A receita orçamentária pertence ao exercício em que for

- a) lançada.
- b) estimada.
- c) cobrada.
- d) alocada em dívida ativa.
- e) arrecadada.

Questão sobre o enfoque orçamentário. Pertencem ao exercício financeiro (art. 35 da Lei 4320/1964):

I – **as receitas nele arrecadadas;**

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Resposta: Letra E

138) (FCC - Assistente Técnico de TI - Suporte - Pref. de Manaus/AM - 2019) Em 03/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 8.900,00 referente à aquisição de 500 cadeiras de plástico. Em 20/12/2018, 250 cadeiras foram entregues pelo fornecedor e, nessa mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor de R\$ 4.450,00. O restante das cadeiras adquiridas foi entregue pelo fornecedor em 25/01/2019, atendendo às cláusulas contratuais, data em que o restante da despesa empenhada em 03/12/2018 foi liquidada. Em 29/01/2019, foi pago o valor de R\$ 8.900,00 referente ao empenho emitido em 03/12/2018. Assim, uma despesa orçamentária foi realizada, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em

- a) 25/01 /2019 pelo valor de R\$ 8.900,00.

- b) 03/12/2018 pelo valor de R\$ 8.900,00.
- c) 20/12/2018 pelo valor de R\$ 4.450,00.
- d) 25/01/2019 pelo valor de R\$ 4.450,00.
- e) 29/01/2019 pelo valor de R\$ 8.900,00.

Na questão:

Empenho em 03/12/2018

Liquidação de parte da compra em 20/12/2018

Liquidação de outra parte da compra em 25/01/2019

Pagamento em 29/01/2019

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Logo, uma despesa orçamentária foi realizada em **03/12/2018**, na data do empenho.

Resposta: Letra B

139) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – ALE/SE – 2018) Essas informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e são referentes às transações ocorridas no mês de novembro de 2017:

- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, contratados para a manutenção dos elevadores do edifício-sede da entidade no valor de R\$ 3.000,00. A despesa empenhada, pelo seu valor total, foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018.
- Empenho de despesa com serviços de terceiros – pessoa física, contratados para a limpeza do edifício-sede da entidade no valor de R\$ 10.000,00. A despesa empenhada, pelo seu valor total, foi liquidada e paga em janeiro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa referente a diárias no valor de R\$ 19.000,00. A despesa empenhada e liquidada, foi paga, pelo seu valor total, em janeiro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa com a aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00, sendo que o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso no dia 30/11/2017, data em que houve a liquidação da despesa. A despesa empenhada foi paga, pelo seu valor total, em janeiro de 2018.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com pessoal e encargos sociais referente ao mês de novembro de 2017 no valor de R\$ 700.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com auxílio-transporte aos servidores referente ao mês de novembro de 2017 no valor de R\$ 20.000,00.
- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de bem móvel no valor de R\$ 5.000,00 no dia 30/11/2017.
- Reconhecimento da depreciação dos imóveis no valor de R\$ 15.000,00 referente ao mês de novembro de 2017.

Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o total da despesa orçamentária realizada no mês de novembro de 2017 classificada na categoria econômica Despesas de Capital foi, em reais,

- a) 20.000,00.
- b) 60.000,00.

- c) 75.000,00.
- d) 80.000,00.
- e) 93.000,00.

De acordo com a Lei 4.320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;*
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

Aqui só interessa o empenho da despesa de capital de novembro:

– Empenho e liquidação com a aquisição de um veículo no valor de **R\$ 60.000,00**, colocado em uso no dia 30/11/2017, data em que houve a liquidação da despesa. Empenhada e liquidada em 2017. Paga em janeiro de 2018. **Trata-se de despesa de capital.**

Nestes dois itens **não** há despesa orçamentária:

- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de bem móvel no valor de R\$ 5.000,00 no dia 30/11/2017.
- Reconhecimento da depreciação dos imóveis no valor de R\$ 15.000,00 referente ao mês de novembro de 2017.

Os demais itens trazem despesas correntes.

Resposta: Letra B

140) (FCC – Analista em Gestão – Contabilidade – DPE/AM – 2018) Considere as transações ocorridas no mês de setembro de 2017 em uma determinada entidade pública estadual:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. A despesa foi liquidada e paga em 04/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, referente à manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 5.000,00. A despesa foi liquidada em 06/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente à amortização do principal da dívida pública interna no valor de R\$ 650.000,00. A despesa foi paga em 02/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a juros da dívida pública mobiliária no valor de R\$ 7.000,00. A despesa foi liquidada em 04/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. A despesa foi liquidada em 03/11/2017 e paga em 10/11/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à ampliação do edifício-sede da entidade, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, no valor de R\$ 50.000,00. A despesa foi liquidada em 02/10/2017 e paga em 13/11/2017.
- Devolução de depósito caução recebido no valor de R\$ 40.000,00.
- Reconhecimento do ajuste de perdas com material de consumo no valor de R\$ 9.000,00. O material de consumo foi adquirido em janeiro de 2017.

Com base nessas informações, o total da despesa corrente que impactou o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais,

- a) 782.000,00.
- b) 92.000,00.

- c) 82.000,00.
- d) 42.000,00.
- e) 35.000,00.

De acordo com a Lei 4.320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;*
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

Empenhos em dezembro:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00.
- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, referente à manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 5.000,00.
- Empenho de despesa referente à amortização do principal da dívida pública interna no valor de R\$ 650.000,00.
- Empenho de despesa referente a juros da dívida pública mobiliária no valor de R\$ 7.000,00.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00.
- Empenho de despesa referente à ampliação do edifício-sede da entidade, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, no valor de R\$ 50.000,00.

A amortização do principal da dívida pública interna, a aquisição de um veículo novo e a ampliação do edifício-sede da entidade são despesas de capital. Logo, não entra na soma dos empenhos de despesas Correntes.

Assim, os empenhos que devem ser considerados são:

Aquisição de material de consumo - R\$ 30.000,00.

Serviços de terceiros – pessoa física - R\$ 5.000,00.

Juros da dívida pública mobiliária - R\$ 7.000,00.

Total = **R\$ 42.000,00**

Resposta: Letra D

141) (FCC – Analista Judiciário – Área Contabilidade – TST – 2017) As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes a operações ocorridas no mês de novembro de 2016:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. O material adquirido foi entregue e a despesa liquidada em 21/12/2016. O valor total da despesa empenhada foi pago em 10/01/2017.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um prédio no valor de R\$ 3.000.000,00, cuja despesa pelo valor total empenhado foi liquidada e paga em 23/12/2016. O prédio pertencia a terceiros, mas já era utilizado como sede de tal entidade desde 2013.
- Pagamento de despesa referente à aquisição de um terreno onde será construído o estacionamento do edifício-sede de tal entidade pública no valor de R\$ 500.000,00.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. O veículo foi entregue e a despesa liquidada em 13/01/2017. O valor total empenhado foi pago em 20/01/2017.
- Liquidação de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 3.500,00, cujo pagamento ocorreu em 16/01/2017.

- Empenho de despesa referente a horas extras realizadas por servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 5.000,00, cuja liquidação ocorreu em 12/12/2016 e pagamento em 23/01/2017.
- Pagamento de despesa referente aos proventos da aposentaria dos servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 50.000,00.

Com base nessas informações tomadas em conjunto, as despesas orçamentárias totais com pessoal e encargos sociais e investimentos que impactaram o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, de tal entidade pública no mês de novembro de 2016 foram, respectivamente, em reais,

- a) 5.000,00 e 70.000,00.
- b) 5.000,00 e 3.070.000,00.
- c) 58.500,00 e 3.570.000,00.
- d) 58.500,00 e 570.000,00.
- e) 55.000,00 e 3.070.000,00.

De acordo com a Lei 4.320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;
- II – as despesas nele legalmente **empenhadas**.

Empenhos de novembro:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. **Outras Despesas Correntes**.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um prédio no valor de R\$ 3.000.000,00. O prédio pertencia a terceiros, mas já era utilizado como sede de tal entidade desde 2013. **Inversões Financeiras**.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de **R\$ 70.000,00**. **Investimentos**.
- Empenho de despesa referente a horas extras realizadas por servidores de tal entidade pública no valor de **R\$ 5.000,00**. **Pessoal e encargos sociais**.

Logo, as despesas orçamentárias totais com **pessoal e encargos sociais e investimentos** que impactaram o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, de tal entidade pública no mês de novembro de 2016 (ou seja, empenhadas em novembro de 2017) foram, respectivamente, em reais, **5.000,00 e 70.000,00**.

Resposta: Letra A

142) (FCC - Auditor Fiscal - ICMS/RJ – 2014) Uma entidade pública celebrou um contrato de aluguel com terceiros referente a um imóvel subutilizado de sua propriedade. O contrato foi celebrado em 29/11/2012 e o valor mensal acordado referente ao aluguel foi R\$ 3.500,00. No ato da celebração do contrato, foi emitida uma guia para pagamento antecipado de seis meses de aluguel no valor de R\$ 21.000,00, com vencimento em 10/12/2012, data em que o contratante efetuou o pagamento na rede bancária credenciada. O valor foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual em 11/12/2012. Neste caso, em 2012, deve-se considerar a arrecadação da receita no valor de

- a) R\$ 21.000,00 em 10/12/2012.
- b) R\$ 21.000,00 em 29/11/2012.
- c) R\$ 21.000,00 em 11/12/2012.
- d) R\$ 3.500,00 em 29/11/2012.
- e) R\$ 3.500,00 em 10/12/2012.

A arrecadação consiste na entrega do recurso ao agente ou banco arrecadador pelo contribuinte ou devedor (foi realizada em 10/12/2012, no valor de R\$ 21.000,00). Já o recolhimento consiste no depósito em conta do Tesouro, aberta especificamente para esse fim, pelos caixas ou bancos arrecadadores (foi realizada em 11/12/2012, no valor de R\$ 21.000,00)

No enfoque orçamentário, pela Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

*I - as receitas nele **arrecadadas**;*

II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Assim, neste caso, em 2012, deve-se considerar a arrecadação da receita no valor de **R\$ 21.000,00 em 10/12/2012**.

Resposta: Letra A

143) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento – SEAD/PI - 2013) Uma autarquia estadual aluga um de seus imóveis para uma Organização Não Governamental – ONG por R\$ 5.000,00 por mês que deve ser pago até o último dia útil de cada mês. A ONG pagou, no mês de setembro de 2013, o aluguel referente a agosto de 2013, com multa de R\$ 250,00 e juros de mora de R\$ 50,00, e também aquele referente ao mês de setembro de 2013. Este pagamento gerou, na autarquia estadual, no mês de setembro de 2013, de acordo com a Lei nº 4.320/64, uma execução de receita patrimonial no valor de

- a) R\$ 5.300,00.
- b) R\$ 10.000,00 e de serviços de R\$ 300,00.
- c) R\$ 10.000,00 e de outras receitas correntes de R\$ 300,00.
- d) R\$ 5.000,00 e de outras receitas correntes de R\$ 300,00.
- e) R\$ 10.250,00 e financeira de R\$ 50,00.

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Assim:

Receitas Patrimoniais:

Aluguel referente a agosto de 2013, arrecadado em setembro: 5.000,00.

Aluguel referente a setembro de 2013, arrecadado em setembro: 5.000,00.

Total: 10.000,00

Outras Receitas Correntes:

Multas e juros de mora arrecadados em setembro: 300,00

Total: 300,00

Logo, de acordo com a Lei nº 4.320/64, ocorreu uma execução de receita patrimonial no valor de **R\$ 10.000,00 e de outras receitas correntes de R\$ 300,00**.

Resposta: Letra C

(FCC – Analista Judiciário – Contabilidade – TRT/15 - 2013) Atenção: Considere o aspecto orçamentário e as informações abaixo para responder às duas questões seguintes.

O município de Águas Frias do Norte durante a execução de seu orçamento do exercício 2012 realizou as seguintes operações:

- No mês de agosto de 2012 foi aberto um crédito adicional no valor de R\$ 140, destinado a aquisição de um terreno para construção do hospital público, utilizando recursos por excesso de arrecadação, cuja despesa NÃO havia dotação orçamentária específica.
- Do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2012 foi pago no próprio exercício o valor de R\$ 250.
- Receitas arrecadadas e despesas empenhadas no exercício de 2012.

Receitas arrecadadas – 2012 (Valor R\$)

Rendimentos de Aplicações Financeiras	50
Operações de Crédito de Longo Prazo.....	150
Aluguel de imóvel	40
Alienação de Bens Imóveis	90
Multas e Juros de Mora	30
Impostos e Taxas	340
Total	700

Despesas Empenhadas – 2012	
Água, Luz e Telefone	60
Manutenção de Veículos	70
Aquisição de um terreno	110
Amortização de parcela de empréstimo de longo prazo ..	70
Juros e encargos da dívida de longo prazo	30
Locação de imóveis	50
Folha de Pagamento	160
Total	550

144) As despesas de capital empenhadas somam

- 260.
- 230.
- 160.
- 210.
- 180.

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Água, Luz e Telefone 60 Manutenção de Veículos 70 Juros e encargos da dívida de longo prazo 30 Locação de imóveis 50 Folha de Pagamento 160	Aquisição de um terreno 110 Amortização de parcela de empréstimo de longo prazo 70
Total = R\$ 370,00	Total = R\$ 180,00

Resposta: Letra E

145) As receitas correntes arrecadadas somam

- a) 460.
- b) 240.
- c) 420.
- d) 370.
- e) 430.

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Rendimentos de Aplicações Financeiras 50 Aluguel de imóvel 40 Multas e Juros de Mora 30 Impostos e Taxas 340	Operações de Crédito de Longo Prazo 150 Alienação de Bens Imóveis 90
Total = R\$ 460,00	Total = R\$ 240,00

Resposta: Letra A

146) (FGV – Oficial de Chancelaria – MRE – 2016) De acordo com o regime orçamentário vigente no Brasil, previsto na Lei nº 4.320/1964, receitas e despesas devem ser reconhecidas a partir de estágios de execução. Dessa forma, receitas e despesas são consideradas realizadas, para fins orçamentários, respectivamente, quando:

- a) arrecadadas e empenhadas;
- b) arrecadadas e liquidadas;
- c) lançadas e arrecadadas;
- d) lançadas e empenhadas;
- e) liquidadas e pagas.

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;*
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

Resposta: Letra A

147) (FGV – Analista – Orçamento e Finanças – IBGE – 2016) As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

Na Lei 4320/1964, pelo enfoque orçamentário:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.

Logo, pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi a empenhada, no valor de **24.487.589,00**.

Resposta: Letra C

148) (FGV – Agente de Fiscalização – Ciências Contábeis - TCM/SP – 2015) O conceito orçamentário de receita está associado à disponibilidade de recursos financeiros durante o exercício orçamentário, enquanto o conceito contábil de receita relaciona-se a aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido. Em decorrência disso, o seu reconhecimento pode se dar em momentos distintos. Tendo em vista esses conceitos, uma receita de origem tributária exemplificada pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA deve ser reconhecida:

- a) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for recolhido aos cofres da entidade competente;
- b) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for lançado em favor da fazenda pública;
- c) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for arrecadado pelos agentes competentes;
- d) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for lançado, a partir da identificação do sujeito tributário e do valor devido;
- e) sob os enfoques orçamentário e patrimonial, no momento da arrecadação do tributo.

Em relação à Receita, no enfoque patrimonial, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial aumentativa, independentemente da execução orçamentária, em função do fato gerador, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Por exemplo, **no âmbito da atividade tributária, pode-se utilizar o momento do lançamento como referência para o reconhecimento** da variação patrimonial aumentativa, pois nesse momento é que se verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente e, ocorrido o fato gerador, pode-se proceder ao registro contábil do direito a receber em contrapartida de variação patrimonial aumentativa, o que representa o

registro por competência. Já no enfoque orçamentário, a receita será reconhecida no momento da arrecadação, caracterizando um regime orçamentário de caixa.

Resposta: Letra D

(FGV – Analista Administrativo – TJ/SC – 2015) Texto I: No orçamento de um ente da federação, a previsão total de receitas para um exercício foi de R\$ 240 milhões. As receitas lançadas totalizaram R\$ 220,5 milhões. Foram arrecadados R\$ 215 milhões e recolhidos R\$ 213,5 milhões no período.

Quanto às despesas, 95% do valor fixado foi empenhado, R\$ 205 milhões foram liquidados, R\$ 200 milhões foram pagos e R\$ 28 milhões foram inscritos em restos a pagar.

149) A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a receita realizada (em milhões de reais) foi de:

- a) 213,5;
- b) 215;
- c) 220,5;
- d) 240;
- e) 428,5.

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;*
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

Foram arrecadados **R\$ 215 milhões** no período.

Resposta: Letra B

150) A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a despesa executada (em milhões de reais) foi de:

- a) 28;
- b) 200;
- c) 205;
- d) 228;
- e) 240.

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

- I – as receitas nele arrecadadas;*
- II – as despesas nele legalmente empenhadas.*

Sabemos que:

Receitas previstas = despesas fixadas = R\$ 240 milhões

De acordo com a questão, 95% das despesas fixadas foram empenhadas. Logo, foram empenhados **R\$ 228 milhões.**

Resposta: Letra D

151) (FGV – Gestor do Controle Interno Legislativo - Câmara do Recife/PE – 2014) A realização da receita orçamentária se processa em estágios, formalidades que compreendem desde o planejamento até a realização da despesa. Pode-se afirmar que o estágio do lançamento:

- a) realiza a verificação da procedência do crédito fiscal;
- b) tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar;
- c) apura o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores;
- d) sob o enfoque orçamentário, é o estágio em que a receita é considerada realizada;
- e) é a base para a fixação do montante de despesas que constarão na lei do orçamento.

a) Correta. O art. 53 da Lei 4.320/1964 define o **lançamento** da receita como o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.

b) Errada. A **liquidação da despesa** tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar.

c) e) Erradas. As afirmativas “apura o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores” e “é a base para a fixação do montante de despesas que constarão na lei do orçamento” estão relacionadas ao estágio da **previsão** da receita.

d) Errada. Sob o enfoque orçamentário, a **arrecadação** é o estágio em que a receita é considerada realizada.

Resposta: Letra A

(FGV – Técnico Legislativo de Nível Superior – Assembleia Legislativa/MT – 2013) Observe as informações a seguir sobre a administração orçamentária e financeira de um ente público e responda às duas questões seguintes:

Receitas	Previsão	Lançamento	Arrecadação e recolhimento
Tributos	100	90	80
Cobrança da Dívida Ativa	70		40
Multas de infrações	30	30	20
Alienação de Bens	30		20
Empréstimos Contraídos	20		20

Despesas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal Ativo	80	80	80	80
Serviços de manutenção predial	70	60	50	30
Aquisição de Equipamentos	40	40	30	10
Obras de construção de Creche	60	60	40	30

152) Os valores da receita corrente e da despesa de capital executadas pelo enfoque orçamentário são, respectivamente, de

- a) 60 e 70.
- b) 100 e 70.
- c) 120 e 100.
- d) 140 e 100.
- e) 160 e 40.

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:
I – as receitas nele arrecadadas;
II – as despesas nele legalmente empenhadas.

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Tributos 80 Cobranças da Dívida Ativa 40 Multas de Infrações 20	Alienação de Bens 20 Empréstimos Contraídos 20
Total = 140	Total = 40
CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal Ativo 80 Serviços de Manutenção Predial 60	Aquisição de Equipamentos 40 Obras de Construção de Creches 60
Total = 140	Total = 100

Os valores da receita corrente e da despesa de capital executadas pelo enfoque orçamentário são, respectivamente, de **140 e 100**.

Resposta: Letra D

153) O valor da Dívida Ativa a ser inscrita no final do exercício será de

- a) 10.
- b) 20.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 50.

A banca pede: “O valor da Dívida Ativa A SER INSCRITA no final do exercício”.

Cuidado para não somar ao valor A SER INSCRITO o valor que foi cobrado da dívida ativa e não foi arrecadado. Isso seria feito se a pergunta fosse relacionada ao valor total existente na dívida ativa.

RECEITAS	LANÇADO	ARRECADADO	DIFERENÇA (Dívida Ativa)

Tributos	90	80	10
Multas de Infrações	30	20	10
Total	120	100	20

Resposta: Letra B

(FGV – Consultor Legislativo – Orçamento Público - Assembleia Legislativa/MA – 2013) Leia as informações a seguir e responda às duas questões seguintes.

Com relação à execução orçamentária da despesa do ano de 2012, analise as informações a seguir.

Despesas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal Ativo	60	50	50	40
Aquisição de Equipamentos	50	40	30	30
Material de Consumo	40	40	20	20
Empréstimos Concedidos	20	10	10	10

154) O valor da despesa de capital, segundo a Lei n. 4.320/64, foi de

- a) 10.
- b) 30.
- c) 40.
- d) 50.
- e) 80.

No enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESSAS CORRENTES	DESPESSAS DE CAPITAL
Pessoal Ativo 50 Material de Consumo 40	Aquisição de Equipamentos 40 Empréstimos Concedidos 10
Total = 90	Total = 50

A questão trouxe o termo “concedidos”, o qual se aplica quando o estado é o credor, portanto, seria receita de capital. Entretanto, pelo enunciado da questão, vamos considerar que é uma despesa de capital, ou seja, que o estado é o devedor.

Resposta: Letra D

- 155) Os valores da despesa corrente com o efeito orçamentário e com o efeito patrimonial pelo fato gerador, na data de sua ocorrência, foram respectivamente,
- 100 e 90.
 - 90 e 70.
 - 90 e 60.
 - 70 e 60.
 - 50 e 40.

Já vimos no enfoque orçamentário da Lei 4320/1964:

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas.

No que se refere ao enfoque patrimonial da despesa, com o objetivo de evidenciar o impacto no patrimônio, deve haver o registro da variação patrimonial diminutiva, independentemente da execução orçamentária, em função do **fato gerador**, observando-se os princípios da competência e da oportunidade. Em regra, o fato gerador será simultâneo tanto na liquidação da despesa, como na aquisição de bens de consumo.

DESPESAS <u>CORRENTES</u>	
ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO (EMPENHADAS)	ENFOQUE PATRIMONIAL (LIQUIDADAS)
Pessoal Ativo 50 Material de Consumo 40	Pessoal Ativo 50 Material de Consumo 20
Total = 90	Total = 70

Resposta: Letra B

(FGV – Consultor Legislativo – Orçamento Público - Assembleia Legislativa/MA – 2013) Leia as informações a seguir e responda às duas questões seguintes.

Com relação à execução orçamentária da receita do ano de 2012, analise as informações a seguir.

Receitas	Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Impostos	100	90	80	80
Amortização de Empréstimos	80		70	70
Multas de Trânsito	60	50	30	30
Dividendos	40		40	40

- 156) O valor da execução da receita corrente patrimonial, conforme Lei n. 4.320/64, foi de

- 150.
- 140.
- 110.

- d) 70.
e) 40.

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Impostos 80 Multas 30 Dividendos 40	Amortização de Empréstimos 70
Total = 150	Total = 70

Apenas os dividendos são receitas patrimoniais. Logo, o valor é de **40**.

Resposta: Letra E

- 157) Conforme a Lei n. 4.320/64, o valor a ser inscrito em Dívida Ativa Não Tributária será de
- a) 0.
b) 10.
c) 20.
d) 30.
e) 40.

RECEITAS	LANÇAMENTO	ARRECADAÇÃO	DÍVIDA ATIVA
Impostos Multas de trânsito	90 50	80 30	Tributária 10 Não Tributária 20
Total			30

Serão inscritos em dívida ativa os valores que foram lançados, mas não foram arrecadados.

Assim, o valor a ser inscrito em dívida ativa tributária é de 10 (decorrente de impostos) e o valor a ser inscrito em dívida ativa não tributária é de **20** (decorrente de multas).

Resposta: Letra C

- 158) (FGV – Auditor Substituto de Conselheiro – TCM/PA - 2008) Analise as informações apresentadas na tabela a seguir:

Rubricas	Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Transferência de Capital	10.000		8.000	8.000
Dívida Ativa Não Tributária	20.000		15.000	5.000
IPTU	30.000	29.000	28.000	28.000
Empréstimos Contraídos	30.000		25.000	25.000
Alienação de bens	20.000		15.000	10.000

De acordo com as informações da tabela e em cumprimento à Lei 4.320/64, o valor da Receita de Capital é:

- a) 8.000.
- b) 33.000.
- c) 43.000.
- d) 48.000.
- e) 63.000.

De acordo com o art. 35 da Lei 4320/1964:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas."

CATEGORIAS DAS RECEITAS ARRECADADAS	
RECEITAS CORRENTES	RECEITAS DE CAPITAL
Outras (Dívida Ativa) R\$ 15.000,00 Tributária (IPTU) R\$ 28.000,00	Transferência de capital R\$ 8.000,00 Amortização de empréstimos R\$ 25.000,00 Alienação de bens R\$ 15.000,00
Total = R\$ 43.000,00	Total = R\$ 48.000,00

Resposta: Letra D

159) (FGV – Auditor Substituto de Conselheiro – TCM/PA - 2008) Analise as informações a seguir:

Rubricas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Aquisição de uma escola	50.000	50.000	48.000	48.000
Amortização de Empréstimos Contraídos	20.000	18.000	15.000	13.000
Pessoal Ativo e encargos	25.000	22.000	22.000	22.000
Transferência Corrente	10.000	10.000	10.000	10.000
Aquisição de merenda para estoque	15.000	14.000	12.000	10.000

Assinale a alternativa que apresenta o total da despesa corrente, de acordo com a Lei 4.320/64:

- a) 63.000.
- b) 46.000.
- c) 44.000.
- d) 32.000.
- e) 22.000.

De acordo com o art. 35 da Lei 4320/1964:

"Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I – as receitas nele arrecadadas;

II – as despesas nele legalmente empenhadas."

CATEGORIAS DAS DESPESAS EMPENHADAS	
DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
Pessoal e encargos R\$ 22.000,00 Transferência corrente R\$ 10.000,00 Merenda para estoque R\$ 14.000,00	Aquisição de escola R\$ 50.000,00 Amortização da dívida R\$ 18.000,00
Total = R\$ 46.000,00	Total = R\$ 68.000,00

Resposta: Letra B

ESTÁGIOS DA RECEITA PÚBLICA - LISTA DE QUESTÕES

ESTÁGIOS DA RECEITA

- 1)** (VUNESP - Analista de Gestão - Contabilidade - IPSM/Pref. de São José dos Campos/SP - 2018) A Receita Pública deverá percorrer estágios, que são respectivamente:
- a) (1) Orçamentação; (2) recebimento; e (3) distribuição;
 - b) (1) Orçamentação; (2) Destinação; e (3) Recolhimento;
 - c) (1) Previsão; (2) Orçamentação; e (3) Recolhimento; ou
 - d) (1) Previsão; (2) Lançamento; e (3) Arrecadação e Recolhimento.
 - e) (1) Fixação; (2) Empenho; (3) Liquidação.
- 2)** (VUNESP – Diretor de Finanças – Câmara Municipal de Jales/SP - 2018) São estágios da receita pública:
- a) arrecadação, recolhimento e inscrição.
 - b) pagamento, recolhimento e lançamento.
 - c) inscrição, recolhimento e averbação.
 - d) previsão, arrecadação e recolhimento.
 - e) lançamento, registro e pagamento.
- 3)** (VUNESP – Analista de Orçamento e Planejamento – Pref. de Sertãozinho/SP - 2018) Trata-se do ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora para inscrever o débito. Tal etapa se refere
- a) ao planejamento.
 - b) à execução.
 - c) ao lançamento.
 - d) ao recolhimento.
 - e) à cobrança.
- 4)** (VUNESP - Diretor Contábil Legislativo - Câmara Municipal de Dois Córregos/SP - 2018) Considere as seguintes informações para responder à questão.
Em 1º de janeiro de 2016, a repartição competente de uma entidade pública municipal verificou a procedência do crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a pessoa devedora e inscreveu o débito desta. O devedor, em 22 de janeiro de 2016, efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 26 de janeiro de 2016, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Municipal.
De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU classifica-se, quanto à origem, em Receitas
- a) Tributárias, sendo que em 1º de janeiro de 2016 ocorreu a previsão da receita orçamentária.
 - b) Tributárias, sendo que em 1º de janeiro de 2016 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.
 - c) Correntes, sendo que em 22 de janeiro de 2016 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.
 - d) com Impostos, sendo que em 22 de janeiro de 2016 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.
 - e) com Impostos, sendo que em 26 de janeiro de 2016 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.

5) (VUNESP - APOFP - CONCURSO UNIFICADO DE PROMOÇÃO - 2017) Considere as informações a seguir para responder à questão a seguir.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, as etapas da receita orçamentária que ocorreram em 17 de janeiro de 2017 e em 22 de fevereiro de 2017 foram, respectivamente,

- a) inscrição e arrecadação.
- b) previsão e arrecadação.
- c) previsão e recolhimento.
- d) lançamento e arrecadação.
- e) lançamento e recolhimento.

6) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira - TCE/SP – 2017) As etapas da receita orçamentária podem ser classificadas da seguinte forma:

- a) previsão, lançamento, execução e recolhimento.
- b) previsão, lançamento e liquidação.
- c) licitação, empenho, contratação e liquidação.
- d) programação, recolhimento e aplicação.
- e) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

7) (VUNESP – Contador – Pref. de Suzano/SP - 2017) Durante as fases da receita orçamentária, o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal, quem é a pessoa que lhe é devedora e que inscreve a débito dela o crédito, ocorre

- A) na determinação constitucional.
- B) no estágio de previsão.
- C) no estágio de lançamento.
- D) no estágio de arrecadação.
- E) no estágio de recolhimento.

8) (VUNESP – Analista Legislativo - Contador – Câmara de Pirassununga/SP - 2016) A receita pública, assim como a despesa, passam por fases e estágios constantes na Lei nº 4.320/64. Os estágios da execução da receita pública são:

- a) tributação, lançamento e arrecadação.
- b) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- c) previsão, lançamento e arrecadação.
- d) arrecadação, lançamento e investimento.
- e) tributação, lançamento e recolhimento.

9) (VUNESP – Analista Judiciário – Fiscal de Arrecadação – TJ/PA – 2014) São estágios da Receita Orçamentária, os seguintes:

- a) previsão, compensação e recolhimento.
- b) lançamento, cobrança e arrecadação.
- c) cobrança, compensação e pagamento.
- d) lançamento, arrecadação e recolhimento.

e) cobrança, ajuizamento e recolhimento.

10) (VUNESP – Analista Judiciário – Fiscal de Arrecadação – TJ/PA – 2014) O Lançamento da Receita corresponde a:

- a) alterações orçamentárias.
- b) inscrição de débitos.
- c) execução de créditos.
- d) aumento de arrecadação.
- e) execução de débitos.

11) (VUNESP - Contador – Pref. de São Carlos/SP – 2012) Estágios da Receita Pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições encarregados de executá-las. Nos tempos atuais, em face das técnicas utilizadas, a receita deverá percorrer três estágios, que são:

- I. provisão;
- II. crescimento econômico;
- III. previsão;
- IV. lançamento;
- V. arrecadação e recolhimento.

Está correto o contido em

- a) I, II, III, IV e V.
- b) III, IV e V, apenas.
- c) II, III e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

12) (VUNESP - Contador – SAEE – Pref. de São Carlos/SP – 2009) A receita pública flui para os cofres públicos dentro de uma sistemática evolutiva, tendo em vista a sequência operacional de que resulta seu recebimento. Dessa forma, os estágios da receita pública são os seguintes:

- a) previsão, organização, lançamento e arrecadação.
- b) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
- c) estimativa, organização, lançamento e arrecadação.
- d) proposta, organização, lançamento e arrecadação.
- e) proposta, organização, lançamento e recolhimento.

13) (VUNESP - Técnico em Gestão Organizacional - Finanças Públicas, SIAFEM e SIAFÍSICO – ITESP – 2008) Sobre a receita pública, segundo a disciplina que lhe é conferida pela Lei Geral do Orçamento, é correto afirmar que:

- a) seu recolhimento é feito mediante estrita observância ao princípio de unidade de tesouraria.
- b) no recolhimento de todas as receitas são permitidas fragmentações quando destinadas à criação de caixas especiais.
- c) os impostos diretos com vencimento determinado em lei não são objeto de lançamento.
- d) os agentes da arrecadação são dispensados de fornecer recibos das importâncias arrecadadas.
- e) são classificadas como receitas orçamentárias, observadas as ressalvas legais, todas as receitas arrecadadas, exceto as provenientes de operações de crédito, ainda que previstas no Orçamento.

14) (FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) As etapas da receita orçamentária seguem a ordem de ocorrência dos fenômenos econômicos. A esse respeito, considere:

- I. As etapas das receitas orçamentárias se resumem em: Previsão, Lançamento, e Recolhimento.
- II. A Previsão implica planejar e estimar a arrecadação das receitas orçamentárias que constarão na proposta orçamentária. Essa Previsão deverá ser realizada em conformidade com as normas técnicas e legais correlatas e, em especial, com as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- III. A Arrecadação é o momento da transferência dos recursos à conta específica do Tesouro.
- IV. Não são todas as receitas orçamentárias que passam por todas as etapas da receita orçamentária, a exemplo das receitas orçamentárias arrecadadas não previstas.

Está correto o que consta APENAS de:

- a) IV.
- b) I, II e III.
- c) II, III, e IV.
- d) II e III.
- e) II e IV.

15) (FCC - Consultor Legislativo – Finanças Públicas - CL/DF – 2018) Em 31/07/2018, um contribuinte pagou, em uma das instituições financeiras autorizadas pelo ente público municipal a quem era devedor, o valor do principal do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, conforme especificado no documento de arrecadação. Sendo assim, em 31/07/2018 houve

- a) o recolhimento de uma receita orçamentária corrente.
- b) o lançamento de uma receita orçamentária de capital.
- c) a arrecadação de uma receita orçamentária corrente.
- d) o lançamento de uma receita orçamentária corrente.
- e) a arrecadação de uma receita orçamentária de capital.

16) (FCC – Analista de Finanças e Controle - SEAD/AP - 2018) Em 10/10/2018, um devedor pagou, em uma das instituições financeiras autorizadas pelo ente público estadual a quem devia, o valor de R\$ 10.000,00 referente a uma cessão de direito de uso, conforme especificado no documento de arrecadação. Sendo assim, em 10/10/2018, houve

- a) o recolhimento de uma receita de serviços.
- b) a arrecadação de uma transferência de capital.
- c) a arrecadação de uma receita patrimonial.
- d) o lançamento de uma receita de capital.
- e) o lançamento de uma receita corrente.

17) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) Considere as informações, abaixo, referentes à receita de Impostos de um ente público estadual:

12/01/2018: a repartição competente verificou a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta.

02/02/2018: o devedor pagou o Imposto em uma instituição financeira autorizada pelo ente.

06/02/2018: o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

Com base nessas informações, em

- a) 12/01/2018 ocorreu a inscrição e em 02/02/2018 o recolhimento da receita orçamentária.
- b) 12/01/2018 ocorreu o lançamento e em 06/02/2018 o recolhimento da receita orçamentária.
- c) 12/01/2018 ocorreu a previsão e em 06/02/2018 a arrecadação da receita orçamentária.

- d) 02/02/2018 ocorreu o recolhimento e em 06/02/2018 o pagamento da receita orçamentária.
e) 02/02/2018 ocorreu a arrecadação e em 06/02/2018 o pagamento da receita orçamentária.

18) (FCC – Analista em Gestão – Contabilidade – DPE/AM - 2018) Em 09/01/2017, a repartição competente de uma determinada entidade pública estadual verificou a procedência de crédito referente a “Taxes pela Prestação de Serviços” e a pessoa que lhe era devedora e inscreveu o débito desta. Em 20/02/2017, o devedor pagou a taxa em uma instituição financeira autorizada pela entidade e, em 24/02/2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual. Assim, de acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a receita orçamentária classifica-se quanto à

- a) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 09/01/2017 ocorreu a inscrição da receita orçamentária.
- b) origem em Receita de Contribuições, sendo que em 24/02/2017 ocorreu o recolhimento da receita orçamentária.
- c) espécie em Taxas, sendo que em 09/01/2017 ocorreu o lançamento da receita orçamentária.
- d) espécie em Impostos, sendo que em 20/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.
- e) espécie em Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias, sendo que em 24/02/2017 ocorreu a arrecadação da receita orçamentária.

19) (FCC – Contador - AL/MS - 2016) Acerca das etapas das receitas orçamentárias, a previsão implica planejar e estimar a arrecadação que constará da proposta orçamentária. Na execução, a realização da receita se dá em três estágios

- a) o lançamento, a arrecadação e o recolhimento.
- b) a aprovação, a arrecadação e a contabilização.
- c) o lançamento, a arrecadação e a aplicação.
- d) a aprovação, a arrecadação e o recolhimento.
- e) o lançamento, o recebimento e a contabilização.

20) (FCC – Analista do Tesouro Estadual – SEFAZ/PI – 2015) Na elaboração e execução do orçamento, tanto a previsão como a arrecadação das receitas devem obedecer às fases previstas na Lei nº 4.320/64. Nesses termos, o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é denominado

- a) lançamento.
- b) inscrição para o recolhimento.
- c) programação.
- d) preparação para o recolhimento.
- e) previsão.

21) (FCC – Analista Ministerial – Auditor de Contas Públicas – MP/PB - 2015) É o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta. Trata-se

- a) do planejamento.
- b) do recolhimento.
- c) do lançamento.
- d) do registro.
- e) da cobrança

22) (FCC – Auditor – Conselheiro Substituto - TCE/AM - 2015) A Lei Federal nº 4.320 foi promulgada em 1964, vários anos antes, portanto, da promulgação do Código Tributário Nacional. Por sua vez, o ato de lançamento definido na referida Lei é essencialmente diferente, tanto em forma, como em substância, do procedimento de lançamento definido no CTN. Sob a óptica do Direito Financeiro, e de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 4.320/1964, o lançamento da receita é

- a) ato da repartição competente e tem por finalidade, verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- b) procedimento da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito, e verificar a pessoa que é dele devedora.
- c) ato do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- d) procedimento da repartição competente e tem por finalidade, apenas, verificar a pessoa que é devedora desse crédito e inscrever o débito desse devedor.
- e) procedimento do contribuinte ou da repartição competente e tem por finalidade verificar a procedência do crédito fiscal, verificar a existência de causas extintivas, suspensivas e excludentes desse crédito e inscrever o débito desse devedor.

23) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) De acordo com a sua cronologia, as etapas das receitas públicas acontecem na seguinte ordem:

- a) previsão, lançamento, liquidação e arrecadação.
- b) lançamento, previsão, recolhimento e arrecadação.
- c) previsão, liquidação, arrecadação e recolhimento.
- d) lançamento, liquidação, recolhimento e arrecadação.
- e) previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

24) (FCC – Auditor de Controle Externo – Contabilidade - TCE/GO - 2014) As receitas orçamentárias arrecadadas pelo Estado são utilizadas como fontes de recursos em programas e ações cuja finalidade precípua é atender às necessidades públicas e demandas da sociedade. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a realização das receitas tributárias se dá nos estágios

- a) previsão, arrecadação e contabilização.
- b) lançamento, arrecadação e recolhimento.
- c) planejamento, previsão e arrecadação.
- d) planejamento, previsão e recolhimento.
- e) lançamento, arrecadação e contabilização.

25) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – Assembleia Legislativa/PE – 2014) Considere as seguintes afirmativas sobre as Receitas e Despesas Públicas:

- I. Os estágios da receita orçamentária são: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
 - II. A classificação da despesa orçamentária, segundo a sua natureza, compõe-se de categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa.
 - III. As despesas são classificadas em três categorias econômicas: correntes, de capital e transferências intragovernamentais.
 - IV. A receita oriunda de amortização de empréstimos concedidos é classificada como receita corrente.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- a) I e II.
 - b) II e III.

- c) III e IV.
- d) II e IV.
- e) I e III.

26) (FCC – Analista Judiciário – Contabilidade - TRT/6 - 2012) Um contribuinte pagou no banco o IPTU devido. Esta situação corresponde ao estágio da receita denominado

- a) recolhimento.
- b) arrecadação.
- c) lançamento.
- d) previsão.
- e) empenho.

27) (FCC – Analista Judiciário - Contabilidade – TRT 24ª – 2011) Ao lançamento que é efetuado unilateralmente pela autoridade administrativa, portanto, sem intervenção do contribuinte, intitula-se:

- a) de ofício.
- b) misto.
- c) declaração.
- d) autolançamento.
- e) por homologação.

28) (FCC – Analista do MP/SE – Contabilidade – 2009) O procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo o caso, propor a aplicação da penalidade cabível, corresponde ao estágio da receita pública denominado:

- a) Recolhimento.
- b) Arrecadação.
- c) Previsão.
- d) Lançamento.
- e) Fixação.

29) (FCC - Analista do MP/SE – Contabilidade – 2009) Considere as afirmativas a seguir.

I. Recolhimento é a entrega, realizada pelos contribuintes ou devedores, aos agentes ou bancos autorizados pelo ente, dos recursos devidos ao Tesouro.

II. Arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

III. Planejamento compreende a previsão de arrecadação da receita orçamentária constante da Lei Orçamentária Anual –LOA, resultante de metodologias de projeção usualmente adotadas, observada as disposições constantes na Lei de Responsabilidade Fiscal –LRF.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) III.
- b) I.
- c) I e III.
- d) II.
- e) II e III.

30) (FCC - Analista Judiciário – Ciências Contábeis – TJ/PA – 2009) Um funcionário da Secretaria de Fazenda de uma prefeitura determina a base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial

Urbana (IPTU) e a alíquota a ser aplicada no ano corrente, bem como identifica a pessoa devedora e inscreve o débito desta. Neste momento, a receita encontra-se em seu estágio de

- a) lançamento.
- b) arrecadação.
- c) previsão.
- d) adiantamento.
- e) liquidação.

31) (FGV - Técnico Superior - Economia - DPE/RJ - 2019) A receita pública é processada em estágios que contribuem para o controle do fluxo de recursos previstos no orçamento. O primeiro estágio de execução da receita é o lançamento, que tem como característica:

- (A) ser processado em regime de caixa;
- (B) ser exclusivo para os impostos diretos e indiretos;
- (C) ser condição para a arrecadação efetiva dos recursos;
- (D) referir-se à verificação da procedência do crédito fiscal;
- (E) referir-se à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores.

32) (FGV – ANALISTA ESPECIALIZADO - ANALISTA DE ORÇAMENTO- IMBEL – 2021) Dentre os estágios da receita pública, aquele em que acontece a transferência dos valores arrecadados para a conta específica do Tesouro, vedada qualquer fragmentação para criação de caixas especiais, é denominado

- (A) previsão.
- (B) lançamento.
- (C) arrecadação.
- (D) recolhimento.
- (E) reconhecimento.

33) (FGV – Analista Legislativo – Financeira – Câmara Municipal de Salvador – 2018) O Banco Beta transferiu para a conta da Prefeitura de Rio Alegria, em 20 de fevereiro de 20X1, o valor de R\$250.000,00, referente aos carnês de IPTU pagos. A etapa da receita orçamentária a que essa situação se refere é o(a):

- a) previsão;
- b) recolhimento;
- c) empenho;
- d) arrecadação;
- e) lançamento.

34) (FGV – Contador – SEFIN/RO – 2018) A receita pública se direciona para os cofres públicos passando por quatro estágios: previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento. Em relação ao lançamento, assinale a afirmativa correta.

- a) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é um exemplo de lançamento direto.
- b) O Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) é um exemplo de lançamento por homologação.
- c) O Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza (IR) é um exemplo de lançamento direto.
- d) O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é um exemplo de lançamento misto.
- e) O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e prestação de Serviços (ICMS) é um exemplo de lançamento por homologação.

35) (FGV – Analista Legislativo – Licitação, Contratos e Convênios – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Após o estágio da previsão orçamentária, as receitas públicas são registradas por ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora. São objetos desse segundo estágio:

- a) apenas receitas correntes;
- b) apenas receitas tributárias;
- c) receitas orçamentárias e extraorçamentárias;
- d) receitas correntes, exceto transferências correntes;
- e) todas as receitas orçamentárias.

36) (FGV – Especialista Legislativo – Ciências Contábeis – ALERJ – 2017) O estágio de execução da receita orçamentária que, a partir da ocorrência do fato gerador, identifica o sujeito passivo é o (a):

- a) arrecadação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) previsão.

37) (FGV - Analista Censitário - Contábeis - IBGE - 2017) A realização da receita orçamentária é processada em etapas que refletem o cumprimento de formalidades que contribuem para o controle do ingresso de recursos nos cofres públicos. A etapa da realização da receita em que se determina a matéria tributável, seguida do cálculo do montante do tributo devido e da identificação do sujeito passivo é o(a):

- a) previsão;
- b) empenho;
- c) liquidação;
- d) lançamento;
- e) arrecadação.

38) (FGV - Analista - Contador - DPE/MT - 2015) Segundo a Lei nº 4.320/64, o ato da repartição competente que verifica a procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta, é denominado

- a) previsão.
- b) lançamento.
- c) arrecadação.
- d) recolhimento.
- e) contabilização.

39) (FGV - Analista Judiciário – Administrativa – TJ/BA – 2015) As receitas arrecadadas pelas entidades públicas derivadas de sua competência tributária e também originárias da exploração do patrimônio público se destinam a cobrir as despesas incorridas para prestar serviços públicos. No sistema contábil, a receita se processa em estágios. O estágio em que se realiza a verificação da procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta é o(a):

- a) empenho;
- b) lançamento;
- c) liquidação;
- d) previsão;
- e) recolhimento.

40) (FGV – Administração e Planejamento – Funarte – 2014) Os três estágios da realização da receita orçamentária são:

- a) previsão, lançamento, classificação;
- b) lançamento, classificação e destinação;
- c) previsão, arrecadação e classificação;
- d) lançamento, arrecadação e recolhimento;
- e) arrecadação, classificação e destinação

41) (FGV – Administrador – Assembleia Legislativa/MT – 2013) A receita corrente tributária no valor de \$300 aprovada em LOA apresentou no final do período um déficit de \$40 e uma inscrição em dívida ativa de \$30, o que revela que o valor previsto, mas não registrado no estágio denominado lançamento, foi de

- a) 10.
- b) 20.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 50.

42) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG – 2017) “Corresponde à entrega dos recursos devido ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.” Trata-se do estágio da receita pública chamada:

- a) Lançamento.
- b) Arrecadação.
- c) Recolhimento.
- d) Planejamento.

43) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG - 2017) Com relação à execução orçamentária, a fase da receita que se caracteriza pela entrega do produto da arrecadação efetuada pelos agentes arrecadadores diretamente ao caixa do Tesouro Nacional, Estadual, Distrital ou Municipal, é denominada de:

- a) Previsão.
- b) Lançamento.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento.

44) (CONSULPLAN – Técnico em Contabilidade – MAPA – 2014) Estágios da Receita Pública são as etapas consubstanciadas nas ações desenvolvidas e percorridas pelos órgãos e repartições públicas encarregados de executá-las. Assinale a alternativa que apresenta o estágio completo da receita pública orçamentária.

- a) Receita corrente e de capital.
- b) Regime de competência e de caixa.
- c) Empenho, liquidação e pagamento.
- d) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.

45) (CONSULPLAN – Oficial Administrativo - Câmara de Campo Verde/MT - 2011) “O ingresso de recursos na receita possui etapas ou operações, para que sejam cumpridas as normas e os ditames legais pertinentes à matéria.” O estágio em que ocorrem as estimativas de receitas, discutidas e incorporadas no orçamento, com base em estudos, comparações e planejamento, é:

- a) Previsão.

- b) Lançamento.
- c) Arrecadação.
- d) Recolhimento.
- e) Renúncia.

46) (CONSULPLAN – Fiscal de Tributos - Pref. de Belo Monte/MG – 2011) O ingresso de recursos na receita possui etapas ou operações, para que sejam cumpridas as normas e os ditames legais pertinentes à matéria. A seguinte fase da receita que é meramente administrativa, que identifica e individualiza o contribuinte, formalizando o crédito tributário, e configura-se em três tipos: direto ou por ofício, por declaração e por homologação é

- a) lançamento.
- b) previsão.
- c) arrecadação.
- d) recolhimento.
- e) execução.

47) (CONSULPLAN - Fiscal - Pref. de Guaxupé/MG - 2010) A receita pública arrecadada pelo erário passa por um processo dinâmico e sistemático denominado de estágios ou fases. Referem-se a esse estágio, EXCETO:

- a) Previsão.
- b) Pagamento.
- c) Lançamento.
- d) Arrecadação.
- e) Recolhimento.

Gabarito

Questão	Gabarito
1.	D
2.	D
3.	C
4.	B
5.	E
6.	E
7.	C
8.	B
9.	D
10.	B
11.	B
12.	B
13.	A
14.	E
15.	C
16.	C
17.	B
18.	C
19.	A
20.	A
21.	C

22.	A
23.	E
24.	B
25.	A
26.	B
27.	A
28.	D
29.	A
30.	A
31.	D
32.	D
33.	B
34.	E
35.	B
36.	C
37.	D
38.	B
39.	B
40.	D
41.	A
42.	B
43.	D

44.	D
45.	A
46.	A
47.	B

ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA E ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO E ENFOQUE PATRIMONIAL - LISTA DE QUESTÕES

ESTÁGIOS DA DESPESA

- 1)** (VUNESP - Técnico de Contabilidade - Câmara de Piracicaba/SP - 2019) A execução da despesa orçamentária se dá em três estágios, na forma prevista na Lei nº 4.320/1964:
- A) empenho, liquidação e provisão.
 - B) empenho, subempenho, liquidação e pagamento.
 - C) empenho ordinário, estimativo e global.
 - D) dotação, empenho, subempenho e pagamento.
 - E) empenho, liquidação e pagamento.
- 2)** (VUNESP - Administrador - TJ/SP - 2019) A despesa pública deve atender a diversos estágios para se efetivar em conformidade com a lei no Brasil. A esse respeito, assinale a alternativa correta.
- A) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente de implemento de condição.
 - B) A liquidação da despesa só será efetuada quando ordenada após seu regular pagamento.
 - C) A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de assessoria jurídica do órgão.
 - D) É vedada a realização de despesa sem prévia emissão de nota de empenho.
 - E) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- 3)** (VUNESP - Técnico de Contabilidade - Câmara de Piracicaba/SP - 2019) O documento que inscreve as despesas realizadas pela administração pública com as informações do credor, o valor da despesa e a dotação orçamentária utilizada é denominado de
- A) nota de dotação.
 - B) nota de liquidação.
 - C) nota fiscal.
 - D) nota de empenho.
 - E) nota de crédito.
- 4)** (VUNESP - Contador - Pref. de Campinas/SP - 2019) Assinale a alternativa correta.
- A) A despesa orçamentária é dividida em dois estágios, planejamento e execução, e em três previsões, empenho, arrecadação e pagamento.
 - B) Os créditos adicionais são classificados em créditos especiais, extraordinários e superavitários.
 - C) A despesa orçamentária envolve os dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e para a manutenção dos produtos e/ou serviços prestados à sociedade.
 - D) Os créditos adicionais são autorizações de distribuição de valor adicionado não computadas ou insuficientemente computadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
 - E) O crédito orçamentário realizado é aquele aprovado pela Lei Orçamentária Anual (LOA) e está presente nos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas estatais não dependentes.

5) (VUNESP – Profissional de Assuntos Administrativos - UNICAMP – 2019) O empenho caracteriza uma das etapas do processamento das despesas públicas. Quando é emitida uma nota de empenho,

(A) haverá a obrigatoriedade de pagamento de uma determinada despesa.

(B) houve a comprovação da entrega de um bem ou da prestação de um serviço.

(C) foi declarado algum vencedor de processo licitatório.

(D) é indicada a dotação para o atendimento de despesa.

(E) há a imediata liberação de recursos para executar pagamentos.

6) (VUNESP - Analista de Gestão - Contábeis - Pref. de São José dos Campos/SP - 2018) A execução da despesa orçamentária ocorre em três estágios, de acordo com as regras da contabilidade pública:

a) dotação, contrato e empenho.

b) empenho, liquidação e pagamento.

c) dotação, empenho e pagamento.

d) contrato, liquidação e encerramento.

e) ordinário, estimativo e global.

7) (VUNESP - Analista Contábil - Pref. de Registro/SP - 2018) A verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, faz parte integrante

a) da etapa de planejamento do orçamento público.

b) da preparação da nota de empenho.

c) do procedimento de liquidação da despesa.

d) da inclusão de restos não processados.

e) da inclusão dos restos processados.

8) (VUNESP - Analista Legislativo - Câmara de São José dos Campos/SP - 2018) Em janeiro de 2017, o ordenador de despesas de um determinado ente municipal empenhou despesa no valor de R\$ 24.000,00 referente ao aluguel de um imóvel, cuja vigência do contrato era de 12 meses e cujo pagamento seria realizado em parcelas fixas mensais de R\$ 2.000,00. No momento da emissão do empenho, o ordenador de despesas extraiu um documento em que constavam o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria. Desse modo, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o empenho emitido em janeiro de 2017 refere-se à modalidade de empenho

a) global, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.

b) ordinário, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.

c) por estimativa, sendo que o documento extraído se refere à nota de empenho.

d) global, sendo que o documento extraído se refere à ordem de pagamento.

e) por estimativa, sendo que o documento extraído se refere à ordem de pagamento.

9) (VUNESP – Procurador – Pref. de Bauru/SP - 2018) Em relação ao empenho, é correto afirmar:

a) é permitida a realização de despesa sem prévio empenho.

b) o empenho ordinário é o utilizado para despesas de valor não previamente conhecido e com base periódica, como conta de luz por exemplo.

c) o empenho estimativo é aquele utilizado para a realização de despesas de valor previamente conhecido e ocorrerá apenas uma vez.

d) para cada empenho será extraído um documento chamado “nota de empenho”, que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.

e) o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos.

10) (VUNESP – Técnico em Licitação – Pref. de São Bernardo do Campo/SP – 2018) O empenho de despesa a) consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

b) é dispensável em casos de emergência, calamidade pública ou para adiantamentos.

c) será efetuado por meio da emissão da nota de empenho, quando ordenado após a regular liquidação da despesa.

d) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

e) não é admitido por estimativa.

11) (VUNESP – Controlador Interno – Câmara de Itanhaém/SP – 2017) No sistema orçamentário do setor público, a realização da despesa orçamentária comporta, dentre outras, os seguintes estágios:

a) previsão; lançamento; programação.

b) programação; recolhimento; liquidação.

c) previsão; programação; empenho.

d) fixação; empenho; liquidação.

e) fixação; recolhimento; previsão.

12) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira - TCE/SP – 2017) O empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria ao Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Os empenhos podem ser classificados em

a) total, parcial e complementar.

b) ordinário, estimativo e global.

c) nominal, real e estimativo.

d) ordinário, estimativo e parcial.

e) ordinário, global e nominal.

13) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira – Administração - TCE/SP – 2017) A fase da execução da despesa que consiste na verificação do direito adquirido do credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito,

denomina-se

a) licitação.

b) liquidação.

c) pagamento.

d) habilitação.

e) empenho.

14) (VUNESP – Agente da Fiscalização Financeira - TCE/SP – 2017) Conforme dispõe o art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor e tem por objetivo

a) apurar os benefícios que o material adquirido irá proporcionar à comunidade.

b) apurar as condições econômicas da empresa fornecedora.

c) apurar a origem, o objeto e a importância exata do que se deve pagar.

d) verificar a necessidade de incorporação ao patrimônio.

e) verificar a importância da aplicação dos recursos públicos.

15) (VUNESP – Contador – Câmara de Cotia/SP - 2016) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Baseado nessa premissa, é correto afirmar:

- A) o empenho poderá ser realizado, mesmo acima do limite concedido, desde que aprovado recurso para o crédito adicional.
- B) o empenho da despesa ocorrerá no momento da contratação do recurso e independe de crédito adicional.
- C) o empenho poderá ser liquidado mediante apresentação da documentação fiscal pelo fornecedor.
- D) o empenho pode ser ordinário, o que significa o pagamento parcelado.
- E) o empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

16) (VUNESP – Analista em Gestão Orçamentária e Financeira – Pref. de Suzano/SP - 2016) De acordo com a legislação em vigor, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. O empenho pode ser classificado em:

- a) ordinário, extraordinário e total.
- b) inicial, estimativo e efetivo.
- c) ordinário, estimativo e global.
- d) inicial, eletivo e final.
- e) estimativo, ordinário e total.

17) (VUNESP – Analista Legislativo - Contador – Câmara de Pirassununga/SP - 2016) A verificação do direito adquirido pelo credor, conforme a Lei nº 4.320/64, corresponde:

- a) à fixação.
- b) à liquidação.
- c) ao empenho.
- d) à licitação.
- e) ao pagamento.

18) (VUNESP – Contador – UNIFESP - 2016) Segundo a Lei nº 4.320/64, a liquidação é o estágio da despesa pública

- A) em que ocorre a verificação do direito líquido e certo do credor do ente público em função da entrega do material ou dos serviços prestados.
- B) em que ocorre o pagamento do credor pelo ente público, desde que verificada a efetiva prestação do serviço ou a entrega do bem.
- C) que decorre de um ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação do pagamento do bem adquirido ou do serviço contratado.
- D) pelo qual é elegido o fornecedor que apresenta proposta mais vantajosa para contratação de obras ou prestação de serviços.
- E) em que é estabelecido um cronograma para a execução e entrega da obra ou serviço contratado pela administração pública.

19) (VUNESP – Contador – Câmara de Registro/SP - 2016) Segundo o art. 63 da Lei nº 4.320/64, no que tange à execução orçamentária da despesa, a liquidação consiste

- A) na verificação de um passivo exigível a ser adquirido.
- B) na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- C) na criação para o Estado de uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- D) na efetiva saída do recurso financeiro que ocasionará a baixa de um passivo exigível existente.
E) no lançamento da provisão da obrigação contraída

20) (VUNESP - Analista Legislativo – Advogado - Pref. de São José dos Campos/SP – 2014) “Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. A definição corresponde, nos termos da Lei n.º 4.320/1964, ao conceito de:

- a) ordem de pagamento da despesa.
- b) empenho da despesa.
- c) nota de empenho da despesa.
- d) liquidação da despesa.
- e) despesa sem prévio empenho.

21) (VUNESP – Analista Judiciário – Fiscal de Arrecadação – TJ/PA – 2014) Qual a função da liquidação da despesa?

- a) Indicar o melhor momento para realizar um pagamento em conformidade com as disponibilidades de caixa, mantendo assim um equilíbrio financeiro.
- b) Fazer valer o que a legislação determina para evitar desvios de funções, expressas nas normas existentes.
- c) Possibilitar ao agente público agir para atender a interesses coletivos e sociais previstos em normas constitucionais.
- d) Atender ao previsto na legislação ao reconhecer, como líquido e certo, o direito de um fornecedor ou prestador de serviços de receber o que lhe é de direito.
- e) Garantir que a execução orçamentária ocorra dentro do que a programação de despesas fixou com a devida flexibilidade decorrente de recursos disponíveis.

22) (VUNESP – Analista em Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas – SEFAZ/SP – 2013) “Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito”. Referido conceito corresponde, na execução da despesa pública, à fase de

- a) empenho.
- b) verificação de crédito.
- c) pagamento.
- d) análise orçamentária.
- e) liquidação.

23) (VUNESP - Contador – UNESP – 2012) Executar o Orçamento é realizar as despesas públicas nele previstas e só essas, uma vez que, para que qualquer utilização de recursos públicos seja efetuada, a primeira condição é que esse gasto tenha sido legal e oficialmente previsto e autorizado pelo Congresso Nacional e que sejam seguidos à risca os três estágios da execução das despesas previstos na Lei n.º 4.320/64, que são:

- a) empenho, arrecadação e transferência.
- b) empenho, provisão e pagamento.
- c) empenho, liquidação e pagamento.
- d) orçamento, empenho e liquidação.
- e) previsão, empenho e pagamento.

24) (VUNESP - Contador – FPMSC/Pref. de São Carlos/SP – 2012) O bloqueio de crédito é efetuado para controle interno, pela setorial orçamentária, em que o pré-empenho não é um fim e sim um meio, cujo objetivo é, portanto, reservar, por meio do sistema, uma parcela do orçamento para posterior registro do empenho da despesa, sendo sua emissão não obrigatória, e não é condição para a emissão do empenho nem

cria para o Estado a obrigação de pagamento. Na contabilidade orçamentária, esse registro constitui a reserva de:

- a) dotação.
- b) capital.
- c) contingência patrimonial.
- d) contingência orçamentária.
- e) lucros.

25) (VUNESP – Contador – FESC – 2012) O ato emanado da autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição, é denominado de:

- a) liquidação.
- b) provisão.
- c) empenho.
- d) investimento.
- e) previsão.

26) (VUNESP - Contador – FPMSC/Pref. de São Carlos/SP – 2012) De acordo com a legislação e as normas contábeis vigentes, a contabilidade aplicada ao setor público pode e deve convergir para as normas internacionais de contabilidade, na qual o princípio contábil da competência deve ser aplicado à receita e à despesa. Isso implica a obrigatoriedade para as entidades públicas do regime de competência para receitas e despesas.

Conforme a Lei n.º 4.320/64, “o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”, que sob a ênfase contábil patrimonial e o princípio de competência é o primeiro estágio da execução da despesa, é conhecido por:

- a) licitação.
- b) empenho.
- c) reserva de dotação.
- d) pré-empenho.
- e) contratação.

27) (VUNESP - Contador – Pref. de São Carlos/SP – 2012) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição. Ante ao exposto, o empenho da despesa:

- a) somente poderá exceder o limite dos créditos concedidos por meio da alteração da LDO.
- b) poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- c) não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.
- d) poderá exceder o limite com autorização do Poder Executivo.
- e) excederá o limite dos créditos concedidos.

28) (VUNESP - Contador - IAMSPE – 2012) Analise as assertivas a seguir referentes aos estágios da despesa pública.

- I. Em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
 - II. Nos casos excepcionais previstos na Lei Geral do Orçamento, é permitida a realização de despesa sem prévio empenho.
 - III. O empenho da despesa cujo montante não se possa determinar será feito por estimativa.
 - IV. É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- Considerando-se as disposições da lei que disciplina a matéria, é correto afirmar que:

- a) todas são verdadeiras.
- b) todas são falsas.
- c) I e III são verdadeiras; II e IV são falsas.
- d) II e III são verdadeiras; I e IV são falsas.
- e) III e IV são verdadeiras; I e II são falsas.

29) (VUNESP – Contador – FESC – 2012) Em atendimento à Constituição Federal do Brasil, bem como de acordo com a Lei n.º 4.320/64 e alterações posteriores, excetuadas as hipóteses excepcionais, o empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos. Ressalvado o disposto no art. 67 da Constituição Federal, é vedado aos Municípios empenhar, no último mês do mandato do Prefeito,

- a) mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- b) mais que um quinto da despesa prevista no orçamento vigente.
- c) menos que 50% da despesa prevista no orçamento vigente.
- d) menos que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente.
- e) menos que um terço da despesa prevista no orçamento vigente.

30) (VUNESP - Contador – UNESP – 2012) A nota de empenho, a ser emitida e entregue ao fornecedor de bens ou serviços, incluindo o executor de obras, deverá estar completamente formalizada, mostrando que o processamento da despesa até o momento da autenticação contábil está correto e em consonância com a legislação pertinente e vigente. Para tanto, há três tipos mais comuns de modalidades de empenho, sendo:

- a) ordinário, extraordinário e estimativa.
- b) extraordinário, global e estimativa.
- c) previsto, geral e real.
- d) ordinário, global e estimativa.
- e) previsto, incorrido e real.

31) (VUNESP - Contador – Pref. de São Carlos/SP – 2011) As despesas públicas obedecem a três estágios. Assim,

- a) o empenho corresponde ao primeiro estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) o empenho corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- c) a liquidação corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- d) a liquidação corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste no comprometimento do crédito orçamentário.
- e) o pagamento corresponde ao segundo estágio da despesa e consiste na quitação da obrigação pública com o credor.

32) (VUNESP – Analista de Finanças – CREA/SP – 2008) Conceitualmente, o(a) _____ de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. A palavra que completa corretamente a lacuna é

- a) empenho
- b) adiantamento

- c) dotação a pagar
- d) crédito adicional
- e) ordem de pagamento

33) (VUNESP - Técnico em Gestão Organizacional - Finanças Públicas, SIAFEM e SIAFÍSICO – ITESP – 2008)

Nos termos da Lei nº. 4.320/64, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Referido ato corresponde a definição de

- a) restos a pagar.
- b) transferência corrente.
- c) liquidação.
- d) empenho.
- e) operação de crédito.

34) (VUNESP - Contador - TJ/SP – 2008) As despesas públicas com valor não identificável previamente, geralmente de base periódica, não homogênea, devem ser precedidas de empenho:

- a) ordinário.
- b) por estimativa.
- c) global.
- d) suprimento.
- e) adiantamento.

35) (VUNESP – Analista de Finanças – CREA/SP – 2008) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

Essa verificação tem por fim apurar a

- I. origem e o objeto do que se deve pagar;
- II. importância exata a pagar;
- III. quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

Está correto o contido em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

36) (FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Com relação às etapas das Despesas Públicas:

a) a fixação da despesa, que faz parte do processo de planejamento, refere-se aos limites de gastos, incluídos nas leis orçamentárias com base no que o governo precisa desembolsar para atender às necessidades e aos anseios da população.

b) a execução da despesa, conforme previsto na Lei nº 4.320/1964, transcorre em cinco estágios: fixação, empenho, liquidação, pagamento e contestação.

c) o empenho consiste na promessa efetiva de pagamento, sendo formalizado através de um compromisso assinado pelos representantes do órgão público, assegurado ao credor que ele receberá efetivamente o valor das despesas.

d) a licitação é a fase que precede o empenho das despesas e tem a finalidade de verificar junto aos fornecedores quem oferece as melhores condições ao órgão público (preço, prazo de entrega, formas de pagamento).

e) quando o valor empenhado for insuficiente para atender à despesa a ser realizada, o empenho poderá ser reforçado. Caso o valor do empenho exceda o montante da despesa realizada, o empenho deverá ser anulado totalmente, sendo vedada sua anulação parcial.

37) (FCC - Contador - Câmara de Fortaleza/CE - 2019) Com relação à execução da despesa pública:

- a) os empenhos podem ser classificados em ordinário, estimativo e global.
- b) o Empenho Estimativo é o empenho utilizado para as despesas cujo montante se pode determinar previamente, tomando-se como base os gastos de outros períodos ou os gastos de outras unidades governamentais.
- c) o Empenho Global corresponde ao tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez.
- d) o pagamento da despesa refere-se ao segundo estágio das despesas, consiste na entrega de numerário ao credor e deve ser efetuado antes da liquidação da despesa.
- e) a liquidação se refere ao terceiro estágio da despesa pública e consiste na recepção de um documento pelo credor, onde ele atesta que o órgão público liquidou todas as obrigações que devia a ele.

38) (FCC - Assistente Técnico Fazendário - Pref. de Manaus/AM - 2019) Em 12/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 3.460,00 referente à aquisição de material de copa e cozinha, sendo que tal material foi adquirido para ser utilizado pelo pessoal alocado no referido ente para o desenvolvimento de suas atividades. Em 19/12/2018, todo o material adquirido foi entregue pelo fornecedor e, nesta mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor total do empenho. A despesa foi paga, pelo valor total de R\$ 3.460,00, em 18/01/2019. Com base nessas informações e de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, para a formalização do empenho da despesa ocorrido em 12/12/2018 foi emitido um documento denominado

- a) Ordem Bancária de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
- b) Ordem de Liquidação, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
- c) Comprovante de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o pagamento da referida despesa.
- d) Nota de Empenho, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para a liquidação da referida despesa.
- e) Nota de Pagamento, sendo que este corresponde a um dos documentos utilizados para o recolhimento da referida despesa.

39) (FCC – Auditor Fiscal - SEFAZ/GO – 2018) Em 01/05/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 80.000,00 referente à aquisição de um veículo, cuja pagamento seria realizado em parcelas fixas mensais de R\$ 20.000,00. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964, em 01/05/2018, foi emitido um empenho

- a) global e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
- b) por estimativa e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.
- c) global e extraído um documento denominado ordem de pagamento que é base para a liquidação da despesa.
- d) por estimativa e extraído um documento denominado ordem de pagamento que é base para a liquidação da despesa.

e) ordinário e extraído um documento denominado nota de empenho que é base para a liquidação da despesa.

40) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – ALE/SE – 2018) Em janeiro de 2018, o ordenador de despesa de uma determinada entidade pública realizou o empenho de despesa referente ao consumo de energia elétrica da entidade, cujo montante exato da despesa não foi possível ser determinado previamente. De acordo com as determinações da Lei nº 4.320/1964 e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em janeiro de 2018, foi utilizado o empenho

- a) global.
- b) ordinário.
- c) aproximado.
- d) estimativo.
- e) por projeção.

41) (FCC – Analista de Finanças e Controle - SEAD/AP - 2018) No dia 11/10/2018, uma empresa realizou a prestação de serviços de manutenção dos aparelhos de ar condicionado de uma entidade pública estadual, conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 06/09/2018. No dia 15/10/2018, um dos gestores da entidade confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da prestação do serviço com a finalidade de verificar o direito adquirido pela empresa. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, em

- a) 11/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária de capital.
- b) 15/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária de capital.
- c) 15/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
- d) 11/10/2018 ocorreu a liquidação de uma despesa orçamentária corrente.
- e) 15/10/2018 ocorreu a realização de uma despesa orçamentária de capital.

42) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) A liquidação da despesa referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis teve por base

- a) o contrato, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.
- b) o edital de licitação, os comprovantes da entrega do material e a ordem de pagamento.
- c) o contrato, a nota de empenho e os comprovantes da entrega do material.
- d) a nota de empenho, o edital de licitação e a ordem de pagamento.
- e) o edital de licitação, o contrato e a nota de empenho.

43) (FCC – Analista Judiciário – Contabilidade – TRT/2 – 2018) No dia 15/2/2018, um Tribunal Regional do Trabalho fez o empenho da despesa com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica no valor de R\$ 200.000,00 referente à limpeza dos vidros do prédio em que são realizadas as atividades de tal entidade pública. Em 21/2/2018, o prestador de serviço executou a limpeza dos vidros do prédio e, em 23/2/2018, houve a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. No dia 28/2/2018, ocorreu o pagamento da despesa pelo valor total do empenho. Sendo assim, no dia

- a) 15/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Despesa de Capital.
- b) 21/2/2018, houve a liquidação de Outras Receitas Correntes.
- c) 28/2/2018, houve a execução orçamentária de uma Inversão Financeira.
- d) 23/2/2018, houve a liquidação de uma Despesa Corrente.
- e) 15/2/2018, houve a emissão de uma nota de pagamento por estimativa.

44) (FCC - Consultor Legislativo – Finanças Públicas - CL/DF – 2018) No dia 13 de junho de 2018, um dos fornecedores de material de consumo entregou um lote de pacotes de papel sulfite para uma entidade pública governamental, conforme especificado na nota de empenho emitida no dia 14 de maio de 2018. Na data da entrega, um dos gestores da entidade confrontou o contrato assinado com o fornecedor, a referida nota de empenho e os comprovantes da entrega do material, com a finalidade de verificar o direito adquirido pelo fornecedor. Sendo assim, em 13 de junho de 2018, ocorreu o estágio da despesa orçamentária denominado

- a) realização.
- b) lançamento.
- c) recolhimento.
- d) liquidação.
- e) programação financeira.

45) (FCC - Consultor Legislativo – Finanças Públicas - CL/DF – 2018) No dia 02 de julho de 2018, o ordenador de despesa de uma unidade orçamentária estadual empenhou despesa no valor de R\$ 300.000,00 referente à concessão de auxílio financeiro a pesquisadores, na forma de bolsas de pesquisas, para o desenvolvimento de pesquisas científicas. No dia 16 de julho de 2018, foi constatado um erro e o empenho referente à concessão de auxílio financeiro a pesquisadores foi anulado. Sendo assim, em 16 de julho de 2018, conforme a Lei nº 4.320/1964, o valor de R\$ 300.000,00 foi

- a) revertido à dotação de uma despesa classificada como Despesa de Capital.
- b) revertido à dotação de uma despesa classificada como Outras Despesas Correntes.
- c) revertido à dotação de uma despesa classificada como Pessoal e Encargos Sociais.
- d) considerado um aumento da Receita Corrente.
- e) considerado um aumento da Receita de Capital.

46) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento - SEAD/AP - 2018) Em 09/08/2018, o ordenador de despesas de um ente público estadual empenhou despesa no valor de R\$ 6.500,00 referente à aquisição de material de construção para reparos em imóveis. O fornecedor, atendendo as cláusulas contratuais, entregou o material em 16/08/2018, data em que a despesa foi liquidada. A despesa foi paga em 10/09/2018 pelo valor total do empenho. Em 09/08/2018 foi extraído um documento denominado

- a) ordem de pagamento, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- b) ordem de pagamento, indicando a importância exata a pagar, a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- c) nota de empenho, indicando a importância exata a pagar, bem como a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.
- d) nota de empenho, indicando o nome do credor, a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- e) nota de liquidação, indicando a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar, bem como a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação.

47) (FCC – Analista Judiciário – Área Administrativa – TRF/5 – 2017) As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes a transações ocorridas no mês de dezembro de 2016:

- Liquidação de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 20.000,00, o que corresponde ao valor total da despesa empenhada. A despesa foi paga em 09/01/2017 pelo valor do empenho.

- Empenho de despesa referente a Serviços de Terceiros – Pessoa Física, contratados para a manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 6.000,00. A despesa foi liquidada em 10/01/2017 e paga em 23/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à aquisição de material permanente no valor de R\$ 7.000,00. A despesa foi liquidada em 04/01/2017 e paga em 05/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente a passagens e despesas com locomoção de palestrantes para um evento promovido pela entidade no valor de R\$ 40.000,00. A despesa foi paga em 05/01/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente a diárias no valor de R\$ 15.000,00. A despesa foi paga em 09/01/2017 pelo valor do empenho.
- Pagamento de despesa referente aos proventos de aposentaria dos servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 50.000,00.

Com base nessas transações tomadas em conjunto, o total da despesa orçamentária empenhada classificada no grupo de natureza da despesa Outras Despesas Correntes no mês de dezembro de 2016 foi, em reais,

- 81.000,00.
- 61.000,00.
- 26.000,00.
- 21.000,00.
- 15.000,00.

48) (FCC – Analista de Suporte à Regulação de Transporte – ARTESP - 2017) Sobre os estágios da receita e da despesa orçamentária, é correto afirmar que

- a realização da receita se dá em três estágios: previsão, lançamento e recolhimento.
- a etapa do planejamento da despesa orçamentária abrange, entre outros itens, a descentralização/movimentação de créditos orçamentários.
- o recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- o lançamento de receitas é a etapa que antecede à fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para estimar as necessidades de financiamento do governo.
- o empenho global corresponde a um dos estágios para a execução da despesa orçamentária e é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente.

49) (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TST – 2017) Uma das fases da despesa pública é o empenhamento, regulado pela Lei nº 4.320/1964, que estabelece que

- a despesa cujo montante não se possa determinar é exceção legal à regra do prévio empenho.
- em casos especiais previstos na legislação específica, será dispensada a emissão da nota de empenho.
- é permitido o empenhamento global de despesa contratual e outras, ainda que não sujeita a parcelamento.
- empenho consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- o empenho da despesa pode exceder o limite dos créditos concedidos se isso constar do anexo de metas fiscais.

50) (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRT/21 – 2017) A verificação que tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação, é

- a) a fixação de dotação de despesa.
- b) a reserva de dotação.
- c) o empenhamento da despesa.
- d) a liquidação da despesa.
- e) o pagamento da despesa.

51) (FCC – Técnico Judiciário – Área Administrativa – TRF/5 – 2017) Em 07/08/2017, um agente público, responsável pelo almoxarifado de uma determinada entidade pública, recebeu mercadorias adquiridas pela entidade. O agente, no momento do recebimento, confrontou as mercadorias recebidas com aquelas que estavam descritas na nota fiscal e assinou o comprovante de entrega das mercadorias pelo fornecedor. Desse modo, em 07/08/2017, as ações realizadas pelo agente público fazem parte da etapa da despesa orçamentária denominada

- a) pagamento.
- b) inscrição.
- c) lançamento.
- d) liquidação.
- e) empenho.

52) (FCC - Analista Judiciário – Administrativa – TRE/SE– 2016) Considere os seguintes atos administrativos:

- I. O TRE/SE planejou a compra de computadores.
- II. Após obedecidos os trâmites legais, foi definido o fornecedor.
- III. Foi emanado ato por autoridade competente que criou para o TRE/SE a obrigação de pagamento.
- IV. Foi verificado o direito adquirido pelo credor, tendo por base a nota fiscal de fornecimento dos computadores, comprobatória do respectivo crédito.
- V. Foi exarado despacho por autoridade competente, determinando o pagamento da despesa.

A fase da despesa conhecida como “liquidação” ocorreu no ato especificado no item

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) IV.
- e) V.

53) (FCC - Analista Judiciário – Administrativa – TRF/3 – 2016) O TRF da 3^a Região realizou despesa para a aquisição de microcomputadores, tablets e notebooks. As notas de empenho foram emitidas no mês de setembro. Em outubro do mesmo ano foram entregues os microcomputadores.

Após essa primeira entrega, o TRF promoveu o pagamento total da despesa. No mês seguinte os demais itens também foram entregues. Esse relato evidencia que houve descumprimento da Lei nº 4.320/1964, uma vez que foi constatada irregularidade

- a) nas fases de empenhamento, liquidação e pagamento da despesa.
- b) na fase de planejamento da despesa.
- c) nas fases de empenhamento e liquidação da despesa.
- d) na fase de pagamento da despesa.
- e) nas fases de liquidação e pagamento da despesa.

54) (FCC – Auditor de Controle Externo – Área Controle Externo -TCM/GO – 2015) O ordenador de despesa homologou o procedimento licitatório autorizando a compra de computadores e o fornecedor

efetuou a sua entrega, porém por não atender as especificações do edital, a comissão responsável recusou o seu recebimento. Com relação às fases da despesa pública, é correto afirmar que

- a) ocorreu a fase de lançamento da despesa, mas não as de empenhamento e pagamento.
- b) ocorreu a fase de liquidação da despesa, mas não as de empenhamento e pagamento.
- c) ocorreram as fases de lançamento, liquidação e de empenhamento, mas não a de pagamento.
- d) ocorreu a fase de empenhamento, mas não as de liquidação e pagamento.
- e) ocorreram as fases de empenhamento e de liquidação, mas não as de lançamento e pagamento.

55) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade – TRT/MG - 2015) Sobre execução do orçamento, é correto afirmar:

- a) Não se admite a realização de empenho de despesa cujo montante não se possa determinar.
- b) Não se admite empenho global de despesas contratuais, ainda que sujeitas a parcelamento.
- c) A nota de empenho é indispensável no processamento da despesa.
- d) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos terá por base, dentre outros, os comprovantes da entrega do material.
- e) A ordem de pagamento deflagra o procedimento para pagamento da despesa, com o empenho e a liquidação.

56) (FCC – Analista do Tesouro Estadual – SEFAZ/PI – 2015) O Governo do Estado do Piauí promoveu licitação para a aquisição de cestas básicas destinadas à população carente, tendo os fatos ocorridos da seguinte forma:

FATOS/DATA

Publicação do edital de licitação 10/01/14

Empenhamento do total da despesa 10/03/14

Pagamento da primeira parcela (referente ao primeiro lote de cestas básicas) 10/04/14

Entrega do primeiro lote de cestas básicas 15/04/14

Entrega do segundo e último lote de cestas básicas 15/05/14

Pagamento da segunda e última parcela (referente ao segundo lote de cestas básicas) 10/06/14

Essa cronologia de fatos, permite inferir que

- a) houve falha no pagamento da segunda parcela, uma vez que sujeitou o fornecedor a entregar as cestas básicas antecipadamente.
- b) houve falha na fase de empenhamento, pois, mesmo tendo ocorrido a entrega das cestas básicas de forma parcelada, o empenho foi global.
- c) o pagamento da primeira parcela foi legal, uma vez que o fornecedor tem o direito de receber primeiro da Administração e depois entregar o bem que foi adquirido, já que foi o vencedor da licitação.
- d) houve falha na execução do planejado, uma vez que o empenhamento ocorreu de uma só vez, ao passo que o pagamento e a liquidação foram parcelados.
- e) houve falha no pagamento da primeira parcela, pois realizado sem a regular liquidação.

57) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade – TRT/MG - 2015) Nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, a execução da despesa orçamentária se dá nos seguintes estágios:

- a) empenho, pagamento e inscrição em restos a pagar.
- b) autorização, empenho e pagamento.
- c) licitação, empenho e contabilização.
- d) empenho, liquidação e pagamento.
- e) licitação, empenho e pagamento.

58) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade – TRT/MG - 2015) Segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, refere-se

- a) à liquidação da despesa.
- b) ao empenho da despesa.
- c) ao pagamento da despesa.
- d) à autorização para realizar licitação.
- e) à liquidação da receita. Noções de Auditoria Governamental

59) (FCC – Analista Ministerial – Auditor de Contas Públicas – MP/PB - 2015) O setor de contabilidade de uma Prefeitura do Estado da Paraíba verificou que houve o direito adquirido por um credor com base em documentos que comprovam o respectivo crédito. Essa fase da despesa é denominada

- a) precatório.
- b) empenho.
- c) liquidação.
- d) pagamento.
- e) baixa contábil.

60) (FCC – Analista Judiciário – Administrativa – TRT/MG - 2015) Considere, abaixo, as definições relacionadas às fases da despesa pública:

I. Verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

II. Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

III. Inclusão da despesa na lei orçamentária.

IV. Despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Essas definições devem ocorrer na seguinte ordem:

- a) I, II, IV e III.
- b) I, II, III e IV.
- c) II, III, I e IV.
- d) III, I, IV e II.
- e) III, II, I e IV.

61) (FCC – Auditor Conselheiro Substituto – TCM/GO – 2015) Tendo em vista a execução do gasto público, é correto afirmar que

- a) toda e qualquer despesa pública requer a emissão da nota de empenho.
- b) todos os empenhos devem conter valor líquido e certo.
- c) a liquidação é a derradeira fase da despesa pública.
- d) empenhar significa deduzir o gasto do saldo da dotação própria.
- e) no início do ano é vedado empenhar, pelo valor global, despesas que se estendem por todo o exercício financeiro.

62) (FCC – Auditor de Controle Externo – Área Controle Externo - TCM/GO – 2015) De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964 a respeito da liquidação, do pagamento e da ordem de pagamento da despesa, considere:

- I. A liquidação da despesa consiste na extinção da obrigação contraída, por qualquer modalidade prevista na legislação, exceto o pagamento.
- II. A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base, exclusivamente, a nota de empenho.
- III. A verificação do direito adquirido pelo credor ao pagamento da despesa tem por fim apurar, entre outros elementos, a origem e o objeto do que se deve pagar.
- IV. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- V. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos órgãos das respectivas Fazendas Públicas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I, III e V.
- c) III e IV.
- d) II e III.
- e) I, IV e V.

63) (FCC – Auditor de Controle Externo – Área Jurídica -TCM/GO – 2015) De acordo com o que estabelece a Lei nº 4.320/1964 a respeito da despesa orçamentária, considere as assertivas.

- I. É permitido o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento.
- II. O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- III. Por motivos de conveniência e oportunidade, ainda que sem previsão na legislação específica, os agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos, poderão deixar de emitir a nota de empenho.
- IV. Será feito por estimativa o empenho da despesa cujo montante não se possa determinar.
- V. O empenho da despesa poderá exceder, em 2,5% (dois e meio por cento), no máximo, o limite dos créditos concedidos.
- VI. Para cada empenho será extraído um documento denominado “nota de empenho” que indicará o nome do credor, a representação e a importância da despesa, bem como a dedução desta do saldo da dotação própria.
- VII. É permitida, no caso de força maior ou de fato superveniente, a realização de despesa sem prévio empenho, observada a necessidade de recomposição da conta, até o final do exercício.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II, III, V e VI.
- b) I, II, IV e VI.
- c) I, IV, VI e VII.
- d) II, III, V e VII.
- e) III, IV, V e VII.

64) (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – Assembleia Legislativa/PE – 2014) Uma unidade da Federação contratou uma empresa para prestação dos serviços de vigilância da sede do governo pelo valor mensal de R\$ 20.000,00, por um período de 18 meses, com início em 01/05/2013. O setor responsável pela contratação deverá emitir um empenho relativo ao exercício de 2013 do tipo

- a) ordinário de R\$ 160.000.
- b) estimativo de R\$ 160.000.
- c) global de R\$ 160.000.
- d) global de R\$ 360.000.

e) estimativo de R\$ 360.000.

65) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) Um determinado órgão público cancelou uma compra, pois os produtos recebidos não atenderam as especificações previstas no Edital de Licitação. Nesse caso, em função deste cancelamento, considerando os estágios da despesa pública

- a) nenhum estágio da despesa será afetado.
- b) somente o empenho da despesa será anulado.
- c) será necessário estornar a liquidação e anular o empenho da despesa.
- d) será efetuado apenas o cancelamento do pagamento efetuado ao fornecedor.
- e) apenas a liquidação da despesa será cancelada.

66) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) De acordo com a sua cronologia, as etapas das despesas públicas acontecem na seguinte ordem:

- a) empenhamento, pagamento e liquidação.
- b) empenhamento, lançamento, pagamento e liquidação.
- c) lançamento, liquidação, empenhamento e pagamento.
- d) empenhamento, liquidação e pagamento.
- e) liquidação, empenhamento, lançamento e pagamento.

67) (FCC – Auditor Público Externo – Contabilidade - TCE/RS - 2014) O empenho

- a) pode ser realizado de forma ordinária, estimativa ou global, porém não pode exceder ao seu limite de crédito.
- b) refere-se à etapa da despesa em que o contratado realiza o serviço pactuado ou entrega a mercadoria adquirida em conformidade com as suas especificações.
- c) não pode ser elaborado de forma estimativa, por se tratar de uma despesa líquida e certa.
- d) poderá exceder o seu limite de crédito, desde que o ato emane de autoridade competente.
- e) global é um tipo utilizado para despesas contratuais ou outras despesas sujeitas à entrega única com pagamentos parcelados.

68) (FCC – Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – SEFAZ/PE – 2014) De acordo com a Lei nº 4.320/1964, para um ente público realizar o pagamento a fornecedores de material de consumo, a despesa a que o pagamento se refere, no processo de execução orçamentária, deverá ter sido

- a) empenhada, apenas.
- b) empenhada e liquidada.
- c) lançada e liquidada.
- d) empenhada e lançada.
- e) fixada e liquidada.

69) (FCC – Auditor Fiscal do Tesouro Estadual – SEFAZ/PE – 2014) O Município XYPE obteve junto ao cartório de registro de imóveis inúmeras certidões de imóveis registrados em nome de determinadas pessoas, fazendo o pagamento imediato das custas devidas ao cartório. Sobre o pagamento efetuado por esse município, é correto afirmar:

- a) Como se trata de contratação de serviço em que é inexigível a licitação, não há necessidade de realização de empenho da despesa.
- b) O pagamento feito pelo município será considerado regular se tiver havido empenho e regular liquidação antes do pagamento.
- c) O caso citado está dentro das hipóteses excepcionais de dispensa de empenho e de nota de empenho.

- d) Desde que tenha havido prévia liquidação, dispensa-se a realização do empenho.
- e) Se havia prévia autorização orçamentária, dispensa-se o procedimento regular de pagamento desta despesa.

70) (FCC - Auditor Fiscal - ICMS/RJ – 2014) Considere as informações a seguir sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de 2012, de uma unidade orçamentária estadual:
A ordem, em R\$ mil, é a seguinte:

Elementos de Despesa/Dotação Inicial/ Dotação Atualizada/ Cota Trimestral 1º/ Cota Trimestral 2º/ Cota Trimestral 3º/ Cota Trimestral 4º

_ Equipamentos e Material Permanente 300/300/50/50/60/140.

_ Material de Consumo 80/92/23/23/23/23

_ Passagens e Despesas com Locomoção 190/210/60/40/70/40

As despesas são ordinárias e as cotas trimestrais foram definidas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964.
Foi permitido ao gestor da unidade orçamentária

- a) empenhar despesa referente à aquisição de um lote de computadores no valor de R\$ 100.000,00 no primeiro trimestre de 2012.
- b) realizar despesas referentes à aquisição de *toners* para impressora, papel, *pen drives* e material de limpeza de uso pela unidade orçamentária com valor máximo, no exercício financeiro de 2012, de R\$ 80.000,00.
- c) transferir o saldo remanescente de R\$ 140.000,00 referente à despesa com Equipamentos e Material Permanente para o exercício financeiro de 2013, por não ter sido possível cumprir as exigências legais para a sua realização.
- d) liquidar, no segundo trimestre de 2012, despesa empenhada no primeiro trimestre de 2012 com passagens aéreas no valor de R\$ 50.000,00.
- e) realizar despesa com a aquisição de gasolina automotiva para os veículos utilizados pela unidade orçamentária com o uso da dotação orçamentária de Passagens e Despesas com Locomoção.

71) (FCC – Agente de Defensoria – Contador – DPE/SP - 2013) Com relação aos Estágios da Despesa, é correto afirmar que:

- a) a fixação da despesa representa a programação de pagamentos e o estabelecimento do cronograma mensal de desembolsos.
- b) o empenho da despesa pode ser ordinário, global, ou por estimativa.
- c) a liquidação tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, já que a importância exata foi estabelecida no estágio da fixação.
- d) a liquidação tem como base os registros efetuados no Livro da Despesa, já que o pagamento foi efetuado nas fases anteriores.
- e) o pagamento tem como base os registros efetuados no Livro da Despesa e representa, portanto, a realização da despesa.

72) (FCC – Auditor –TCE/SP - 2013) Quando da análise das contas públicas prestadas por Município, foi constatada a realização de inúmeras despesas públicas previstas no orçamento. Pode ser considerada irregular uma despesa

- a) contratual, sujeita a parcelamento, com empenho global.

- b) cujo montante não se possa determinar, com empenho por estimativa.
- c) com dispensa de empenho, quando esta excede o limite de crédito concedido.
- d) com dispensa de nota de empenho, em casos especiais previstos em legislação específica.
- e) empenhada no último semestre do mandato do prefeito municipal.

73) (FCC – Técnico Judiciário – Administrativa – TRT/15 - 2013) O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado, o que inclui o TRT da 15ª Região, obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. É regra atinente a esse ato:

- a) o excesso aos limites dos créditos concedidos deve estar autorizado na Lei Orçamentária Anual.
- b) o regime de adiantamento é exceção à necessidade do prévio empenho.
- c) em casos especiais previstos em lei específica será dispensada a emissão da nota de empenho.
- d) é vedado o empenhamento global de despesa.
- e) é vedado o empenhamento por estimativa.

74) (FCC – Analista – Administrativa –MPE/RN - 2012) O estágio da execução da despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, se desenvolve na seguinte sequência:

- a) Licitação, Liquidação, Pagamento.
- b) Autorização, Pagamento, Liquidação.
- c) Licitação, Empenho, Pagamento.
- d) Empenho, Liquidação, Pagamento.
- e) Empenho, Contabilização, Pagamento.

75) (FCC – Técnico Judiciário – Contabilidade -TRF/2 - 2012) As três fases da despesa em ordem cronológica, segundo a Lei nº 4.320/1964, são

- a) empenho, pagamento e liquidação.
- b) empenho, liquidação e pagamento.
- c) abertura de crédito, liquidação e pagamento.
- d) abertura de crédito, pagamento e empenho.
- e) contingenciamento, empenho e pagamento.

76) (FGV – ANALISTA ESPECIALIZADO - ANALISTA DE CUSTOS - IMBEL – 2021) Assinale a opção que indica o estágio da despesa orçamentária que cria, para o Estado, a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- (A) Fixação.
- (B) Empenho.
- (C) Liquidação.
- (D) Pagamento.
- (E) Reconhecimento.

77) (FGV – ANALISTA ESPECIALIZADO - ANALISTA CONTÁBIL- IMBEL – 2021) Assinale a opção que indica o estágio da despesa pública em que o órgão competente, após exame da documentação, torna, em princípio, líquido e certo o direito do credor contra a Fazenda Pública.

- (A) Fixação.
- (B) Empenho.
- (C) Autorização.
- (D) Liquidação.
- (E) Pagamento.

78) (FGV - Técnico Superior - Economia - DPE/RJ - 2019) O estágio da execução da despesa no qual são identificados, em documento próprio, o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária, é o(a):

- (A) fixação;
- (B) licitação;
- (C) empenho;
- (D) liquidação;
- (E) lançamento.

79) (FGV - Especialista em Políticas Públicas - Pref. de Salvador/BA - 2019) Os estágios da despesa pública são empenho, liquidação e pagamento. Em relação a esses estágios, assinale a afirmativa correta.

- a) A despesa, cujo montante não se pode determinar, não poderá ser empenhada.
- b) O empenho global de despesas contratuais sujeitas a parcelamento é proibido.
- c) A liquidação da despesa representa o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente.
- d) O pagamento da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) O pagamento da despesa será efetuado quando ordenado, após sua regular liquidação.

80) (FGV – Analista Legislativo – Licitação, Contratos e Convênios – Câmara Municipal de Salvador – 2018)

Ao final de um dado mês, um fornecedor de serviços entregou em uma Câmara Municipal uma nota fiscal de prestação de serviços de manutenção e o fiscal do contrato atestou que o serviço fora devidamente prestado, conforme previsto no edital de licitação e no contrato. A nota fiscal foi anexada ao processo de execução da despesa. O estágio da despesa a ser cumprido a partir da situação descrita é:

- a) adjudicação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) licenciamento.

81) (FGV – Analista Legislativo – Financeira – Câmara Municipal de Salvador – 2018) Considere as seguintes despesas.

- (a) pessoal e encargos;
- (b) aluguel de veículos.

Os empenhos dessas despesas podem ser classificados, respectivamente, como:

- a) (a) estimativo e (b) ordinário;
- b) (a) estimativo e (b) global;
- c) (a) ordinário e (b) global;
- d) (a) estimativo e (b) estimativo;
- e) (a) global e (b) ordinário.

82) (FGV – Contador – SEFIN/RO – 2018) O empenho é o ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, que será cumprido com a entrega do material, a medição da obra ou a prestação do serviço. Nesse sentido, a modalidade de empenho global é o empenho destinado a anteceder às despesas

- a) com montante determinado e único pagamento.

- b) com montante baseado em estimativas e único pagamento.
- c) para as quais não se pode determinar o montante exato.
- d) sujeitas a parcelamento e com montante determinado.
- e) cuja data de pagamento e montante são desconhecidos.

83) (FGV - Consultor de Orçamentos - ALE/RO - 2018) Considerando o processo de execução das despesas orçamentárias, assinale a opção que apresenta a sequência correta.

- a) Ordem de empenho / Fixação da Despesa na LOA / Liquidação / Ordem de Pagamento.
- b) Dotação Orçamentária / Liquidação / Ordem de empenho / Pagamento.
- c) Verificação da execução do serviço ou entrega do bem / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento.
- d) Fixação da despesa na LOA / Empenho / Liquidação; Ordem de Pagamento / Pagamento.
- e) Apuração sobre a obrigação de pagamento / Liquidação / Emissão de Nota de Empenho / Ordem de Pagamento / Pagamento.

84) (FGV - Auditor de Controle Interno - CGM/Niterói - 2018) A Câmara Municipal realizou procedimento licitatório para contratação de serviço de informática. Homologado o resultado do certame, efetivou o empenho da despesa relativa antes de celebrado o contrato. Neste caso, o procedimento adotado

- a) está equivocado, pois o empenho só deve ser realizado após firmado o contrato.
- b) está correto, porque, havendo procedimento licitatório concluído, já se conhece o valor e a quem pagar.
- c) está correto, porque a efetivação de um contrato não é indispensável para o empenho da despesa.
- d) está equivocado, porque o empenho só poderá ocorrer concomitantemente com a contratação.
- e) está correto, pois o empenho poderá ser alterado até a emissão da nota respectiva.

85) (FGV - Especialista Legislativo - Qualquer Nível Superior - ALERJ - 2017) A despesa orçamentária é executada em estágios que representam atos e fatos administrativos e geram registros contábeis para fins de controle. O estágio da despesa orçamentária em que, por definição, se considera ocorrido o fato gerador é:

- a) empenho;
- b) lançamento;
- c) licitação;
- d) liquidação;
- e) programação.

86) (FGV - Analista Judiciário - Administrativa - TRT/12 - 2017) Após vencer uma licitação para prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática (computadores e empresas), uma empresa apresentou à entidade pública uma nota fiscal dos serviços prestados nos primeiros dois meses de contrato. Após confirmação do fiscal do contrato, o documento foi enviado ao setor de processamento de despesa para conferência, etapa associada ao estágio do(a):

- a) adjudicação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) pagamento.

87) (FGV – Analista – Orçamento e Finanças – IBGE – 2016) Em uma repartição pública, um servidor tem, entre outras, a função de conferir documentos de processos de despesa referentes a contratos de prestação

de serviços. Nessa atividade o servidor identifica a origem e o objeto da despesa e a importância exata a pagar. Dois dos documentos objeto da conferência são o contrato e os comprovantes da prestação efetiva do serviço. Essa atividade refere-se ao estágio do(a):

- a) dotação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) pagamento.

88) (FGV - Analista - Administrativa - MPE/RJ - 2016) Para fins de controle nas entidades da administração pública, a execução da receita e da despesa públicas se processa em estágios, que dependem do cumprimento de critérios legalmente definidos. O estágio em que se registra a execução da despesa pública antes da ocorrência do respectivo fato gerador é o(a):

- a) dotação;
- b) empenho;
- c) lançamento;
- d) liquidação;
- e) previsão.

89) (FGV – Analista Judiciário – Administrador – TJ/RO – 2015) Conforme orientações da legislação aplicável, a despesa pública é executada em estágios, devidamente registrados pelos sistemas de contabilidade, para fins de controle e prestação de contas da execução orçamentária. Acerca do primeiro estágio de execução da despesa orçamentária, é correto afirmar que:

- a) cria para o Estado obrigação inequívoca de pagamento;
- b) em casos previstos em lei, é permitido sem que haja disponibilidade de crédito;
- c) está relacionado com procedimentos que verificam se a despesa está em condições de ser paga;
- d) para seu registro, é necessário identificar o valor exato da despesa a que se refere;
- e) refere-se ao comprometimento de crédito orçamentário para execução de uma despesa.

90) (FGV - Analista Legislativo - Contabilidade - Câmara Municipal de Caruaru/PE - 2015) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. As opções a seguir apresentam, de acordo com a Lei nº 4.320/64, finalidades da verificação, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) A quem se deve pagar.
- b) A origem do que se deve pagar.
- c) O objeto do que se deve pagar.
- d) A importância exata a pagar.
- e) A data em que se deve pagar.

91) (FGV – Analista de Controle Interno – Finanças Públicas - Pref. do Recife/PE – 2014) Com base nas etapas formais que configuram o procedimento para a realização das despesas, o ato proveniente de autoridade competente, que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não o implemento de condição, é chamado de

- a) liquidação.
- b) ordem de pagamento.
- c) empenho.
- d) pagamento.

e) licitação.

92) (FGV – Administrador – Assembleia Legislativa/MT – 2013) Correlacione as colunas a seguir.

1. Empenho ordinário
2. Empenho global
3. Empenho estimativo
4. Liquidação
5. Pagamento

() fato em que a Administração Pública reconhece o recebimento do material adquirido ou serviço prestado.

() ato orçamentário para despesas com pagamento parcelado.

() ato orçamentário destinado a aquisições de valores não conhecidos previamente, como os gastos com energia elétrica.

() fato de extinção da obrigação com fornecedor de bens ou serviços para a administração pública.

() tipo de aquisição para valor conhecido e pagamento único.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta, de cima para baixo.

- a) 1 – 3 – 2 – 4 – 5
- b) 2 – 1 – 4 – 3 – 5
- c) 3 – 4 – 2 – 5 – 1
- d) 5 – 3 – 1 – 2 – 4
- e) 4 – 2 – 3 – 5 – 1

93) (FGV - Analista Administrativo – BADESC – 2010) O ato emanado de autoridade competente que gera a obrigação de pagamento e a verificação do direito adquirido pelo credor com base em títulos e créditos que comprovem o respectivo crédito, referem-se, respectivamente, às seguintes fases:

- a) liquidação e empenho.
- b) pagamento e empenho.
- c) empenho e liquidação.
- d) pagamento e liquidação.
- e) empenho e pagamento.

94) (FGV - Assessor Técnico - DETRAN/RN - 2010) Segundo a Lei nº. 4320/64, o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. São modalidades de empenho:

- A) Empenho ordinário, empenho por estimativa e empenho global.
- B) Empenho por estimativa e empenho prévio.
- C) Empenho global, empenho por estimativa e empenho extraordinário.
- D) Empenho ordinário, empenho por estimativa e empenho suplementar.
- E) Empenho suplementar, especial e extraordinário.

95) (FGV – Auditor Substituto de Conselheiro – TCM/RJ - 2008) Em relação à despesa pública, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- b) Empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

- c) Despesas de capital são voltadas para a manutenção de serviços já criados ou para a realização de obras de conservação de bens imóveis.
- d) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após regular liquidação.
- e) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

96) (FGV – Consultor de Orçamentos - Senado - 2008) A despesa deve passar pelo processo de verificação do direito adquirido do credor, antes de ser paga. Esse procedimento tem como objetivo verificar a importância exata a pagar e a quem se deve pagar, para extinguir a obrigação. É certo que antes deve ser criada a obrigação de pagamento que constitui ato praticado por autoridade competente para tal fim. Os dois estágios da despesa citados são, respectivamente:

- a) licitação e liquidação.
- b) liquidação e fixação.
- c) liquidação e pagamento.
- d) liquidação e empenho.
- e) licitação e empenho.

97) (CONSULPLAN - Procurador - Câmara de Belo Horizonte/MG - 2018) Considere a seguinte definição: “Ato emanado da autoridade competente que cria para o estado a obrigação de pagamento e constitui reserva de dotação orçamentária”. Assinale a qual figura da contabilidade pública ela se refere.

- a) Dotação.
- b) Alocação.
- c) Empenho.
- d) Liquidação.

98) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG - 2017) A despesa orçamentária compreende o conjunto dos créditos ou autorizações consignadas na Lei de Orçamento e se realiza por meio da denominada administração de créditos. A despesa pública percorre, sequencialmente, os seguintes estágios:

- a) Empenho, pagamento, liquidação e fixação
- b) Pagamento, liquidação, empenho e fixação.
- c) Liquidação, empenho, fixação e pagamento.
- d) Fixação, empenho, liquidação e pagamento.

99) (CONSULPLAN - Contador - Pref. de Sabará/MG - 2017) O empenho é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado uma obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição que será cumprido com a entrega do material, medição da obra ou a prestação dos serviços. O empenho compreende as respectivas fases, EXCETO:

- a) Previsão.
- b) Autorização.
- c) Formalização
- d) Licitação ou sua dispensa

100) (CONSULPLAN - Assistente Administrativo - Pref. de Sabará/MG - 2017) A despesa orçamentária compreende o conjunto dos créditos ou autorizações consignadas na Lei de Orçamento e se realiza por meio da denominada administração de créditos. A ordem dos estágios que a despesa pública percorre é:

- a) Empenho, fixação, pagamento e liquidação.
- b) Pagamento, empenho, fixação e liquidação.
- c) Fixação, empenho, liquidação e pagamento.
- d) Liquidação, pagamento, empenho e fixação.

101) (CONSULPLAN - Assistente Administrativo - Pref. de Sabará/MG - 2017) De acordo com a Lei nº 4.320/64, a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do respectivo crédito, corresponde à seguinte fase da despesa:

- a) Empenho da despesa.
- b) Liquidação da despesa.
- c) Ordem de pagamento.
- d) Abertura de crédito orçamentário.

102) (CONSULPLAN - Auxiliar Administrativo - Pref. de Coimbra/MG - 2014) Uma certa prefeitura precisou alugar máquinas e equipamentos com pagamento contratual mensal, durante 6 meses. Para tanto, deverá realizar um empenho denominado

- a) global.
- b) normal.
- c) ordinário.
- d) referenciado.
- e) por estimativa.

103) (CONSULPLAN – Analista de Gestão - Contabilidade – CBTU/RJ – 2014) Um órgão público, ao comprar artigos de escritório para seu consumo em uma loja credenciada, cujo pagamento será realizado em uma única parcela, caracteriza um empenho classificado como

- a) global.
- b) ordinário.
- c) funcional.
- d) por estimativa.

104) (CONSULPLAN – Agente Administrativo – MAPA – 2014) Analise a situação hipotética e responda. “O setor de licitação encaminhou para o de contabilidade a cópia de um contrato proveniente de processo licitatório, na modalidade concorrência, no valor de R\$ 2,5 milhões, para a construção de um prédio escolar com pagamentos parcelados.” Tal empenho será classificado em qual modalidade?

- a) Global.
- b) Ordinário.
- c) Estimativo.
- d) Extraordinário.

105) (CONSULPLAN – Agente Administrativo – MAPA – 2014) Analise o procedimento e responda. “Foi entregue ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, um veículo adquirido através de processo licitatório pelo fornecedor e o servidor público na ocasião verificou as especificações da nota fiscal com o veículo recebido – modelo, cor e marca –, bem como o valor do veículo com aquele mencionado no contrato e no empenho, e as informações da nota de empenho do fornecedor com a nota fiscal entregue junto ao veículo.” Esse procedimento da fase da execução da despesa pública denomina-se

- a) previsão.
- b) empenho.
- c) liquidação.
- d) pagamento.

106) (CONSULPLAN – Economista – Pref. Natividade/RJ – 2014) De acordo com o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964 e suas alterações, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) Responderão pelos prejuízos que acarretarem à Fazenda Nacional, o ordenador de despesas independentemente de quem lhes der causa.
- b) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício.
- c) Para cada empenho será extraído um documento denominado nota de empenho, a qual, obrigatoriamente, conterá o nome do devedor e também do credor, a especificação e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária.
- d) A liquidação da despesa por fornecimentos feitos, obras executadas ou serviços prestados terá por base o contrato, ajuste ou acordo respectivo, a nota de empenho, o documento fiscal pertinente, o termo circunstanciado do recebimento definitivo, no caso de obra ou serviço e equipamento de valor de grande vulto, ou o recibo, nos demais casos.

107) (CONSULPLAN - Oficial Administrativo - Pref. de Cantagalo/RJ - 2013) “A Lei nº 4.320/64 vedava, em seu art. 60, a realização de despesa pública sem prévio(a) _____. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

- a) cotação
- b) licitação
- c) empenho
- d) liquidação
- e) autorização

108) (CONSULPLAN – Analista Judiciário - Contabilidade – TSE – 2012) “Na área pública, o controle interno tem o objetivo de ser, simultaneamente, um mecanismo de auxílio ao administrador público e um instrumento de proteção e defesa do cidadão. O controle contribui para que os objetivos da organização pública sejam alcançados e que as ações sejam conduzidas de forma econômica, eficiente e eficaz, resultando na salvaguarda dos recursos públicos contra o desperdício, o abuso, os erros, as fraudes e as irregularidades.” (Castro, D. P. Auditoria e Controle Interno na Administração Pública. Paulo: Atlas, 2008)

Considerando as formas de controle interno, pode-se afirmar que o disposto no Art. 60 da Lei nº 4.320/64 e suas alterações posteriores (normas de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos públicos): “É vedada a realização de despesa sem prévio empenho”, constitui-se em um exemplo de controle

- a) concomitante.
- b) corretivo.
- c) posterior.
- d) prévio.

109) (CONSULPLAN – Tesoureiro – Pref. de Barra Velha/SC – 2012) Empenho é o primeiro estágio efetivo da despesa e pode ser conceituado como o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não, de complemento de condição (Lei nº 4320/64, art. 58). Como regra geral, o empenho deve sempre preceder a realização da despesa e obedecer estritamente aos limites dos créditos orçamentários. Qual a classificação de empenho para acudir despesas com montante previamente conhecido e cujo pagamento deva ocorrer de uma só vez?

- a) Empenho por estimativa.
- b) Empenho global.
- c) Prévio empenho.
- d) Empenho extraordinário.

e) Empenho ordinário.

110) (CONSULPLAN - Contador - COFEN - 2011) Segundo a Lei nº. 4320/64, “o empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.” Qual modalidade de empenho deverá ser utilizada para empenhar os gastos com ligações telefônicas?

- a) Empenho Ordinário.
- b) Empenho Prévio.
- c) Empenho Global.
- d) Empenho por Estimativa.
- e) Empenho Extraordinário.

111) (CONSULPLAN – Fiscal de Tributos - Pref. de Belo Monte/MG – 2011) O empenho é um ato prévio da autoridade competente reconhecendo e criando para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição. Materializa-se por meio de documento “nota de empenho”. Marque a alternativa correta que identifica os três tipos de empenhos.

- a) Orçamento e extraorçamentário.
- b) Competência e de caixa.
- c) Subempenho, anulação e suplementação.
- d) Fixação e programação.
- e) Ordinário, global e por estimativa.

112) (CONSULPLAN – Oficial Administrativo - Câmara de Campo Verde/MT - 2011) “O Empenho _____ é o mais utilizado. Representa a despesa, cujo valor é considerado líquido e certo para o credor, previamente conhecido e que deva ocorrer de uma só vez.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- a) Global
- b) Geral
- c) Por estimativa
- d) Integralizado
- e) Ordinário

113) (CONSULPLAN - Assessor Legislativo - Câmara de Santo Antônio do Grama/MG - 2011) “Determinado Contador da Administração Pública, em 2 de janeiro de 2011, empenhou as despesas com gastos de energia elétrica, telefonia, consumo de água e outras dessa natureza de serviços para todo o exercício financeiro.” Esse procedimento enquadra-se na seguinte modalidade de empenho:

- a) Empenho global.
- b) Empenho por estimativa.
- c) Empenho ordinário.
- d) Empenho extraorçamentário.
- e) Empenho especial.

114) (CONSULPLAN - Técnico Administrativo - COFEN - 2011) “O empenho _____ é utilizado para as despesas normais que não tenham nenhuma característica especial e, é nessa modalidade, que é efetuada a quase totalidade dos gastos que os órgãos e repartições são obrigados a realizar”. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- a) por Estimativa

- b) global
- c) ordinário
- d) contábil
- e) financeiro

115) (CONSULPLAN - Procurador - Pref. de Londrina/PR - 2011) A Lei nº. 4320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. O Capítulo III foi dedicado à despesa. Acerca disso, é INCORRETO afirmar:

- a) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- b) É vedado aos Municípios, no último mês do mandato do prefeito, assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução depois do término do referido mandato.
- c) É vedado o empenho global de despesas contratuais e outras, sujeitas a parcelamento, sob pena de infringência à lei de responsabilidade fiscal.
- d) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

116) (CONSULPLAN - Assistente Administrativo - CFN - 2011) “A execução da despesa orçamentária passa por diversas fases.” Qual nome é dado ao momento que se verifica, se o objeto fornecido ou serviço prestado está em conformidade com o contrato, ou com a nota fiscal e reconhece o direito do credor?

- a) Liquidação.
- b) Pagamento.
- c) Empenho.
- d) Licitação.
- e) Suprimento.

117) (CONSULPLAN - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental - Pref. de Itabaiana/SE - 2010) As ações governamentais são expressas também por meio dos programas de governo, sendo evidenciadas no orçamento público pela despesa pública, que é classificada em três etapas: planejamento, execução e controle. Sobre a subclassificação da etapa do planejamento, marque a alternativa correta:

- a) Fixação, empenho, liquidação e pagamento.
- b) Fixação, processo de licitação, empenho e liquidação.
- c) Fixação, descentralização de créditos orçamentários, programação orçamentária e financeira e processo de licitação.
- d) Fixação, programação orçamentária e financeira, processo de licitação e empenho.
- e) Fixação, descentralização de créditos orçamentários, processo de licitação e empenho.

118) (CONSULPLAN - Agente Administrativo - Pref. de São Leopoldo/RS - 2010) O ato emanado de autoridade competente, que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição, é denominado:

- a) Contrato.
- b) Liquidação.
- c) Ato de despesa.
- d) Provisão.
- e) Empenho.

119) (CONSULPLAN – Agente Administrativo - Pref. de Itabaiana/SE - 2010) “É utilizado para as despesas normais que não tenham nenhuma característica especial. Nesta modalidade de empenho, é efetuada a quase totalidade dos gastos que os órgãos e repartições são obrigados a realizar.” O conceito se refere à seguinte modalidade de empenho:

- a) Ordinário.
- b) Por estimativa.
- c) Global.
- d) Normal e global.
- e) Ordinário e por estimativa.

120) (CONSULPLAN – Agente Administrativo - Pref. de Itabaiana/SE - 2010) O empenho que é utilizado para os casos de despesas contratuais e outras sujeitas a parcelamento, é:

- a) Ordinário ou normal.
- b) Global.
- c) Por estimativa.
- d) Extraordinário.
- e) Estipulado.

121) (CONSULPLAN - Auxiliar do Agente Administrativo - Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) Considerando o processamento normal, a despesa pública deverá ocorrer na seguinte ordem:

- a) Empenho, reserva de dotação orçamentária e pagamento.
- b) Liquidação, empenho e pagamento.
- c) Pagamento, empenho e liquidação.
- d) Empenho, liquidação e pagamento.
- e) Reserva de dotação orçamentária e pagamento.

122) (CONSULPLAN – Oficial Administrativo - Câmara de Campo Verde/MT - 2010) “É o ato emanado de autoridade competente que cria para o estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.” Tal afirmativa se refere:

- a) Ordem de Pagamento.
- b) Contingenciamento da Dotação.
- c) Abertura de Crédito Orçamentário.
- d) Liquidação de Despesa.
- e) Empenho da Despesa.

123) (CONSULPLAN – Contador - Pref. de Santa Maria Madalena/RJ - 2010) “O Empenho é o segundo estágio da Despesa Orçamentária.” Assinale a alternativa que contém as várias modalidades de empenho, previstas na Contabilidade Pública:

- a) Empenho Ordinário, por Estimativa e Global.
- b) Empenho Ordinário e por Estimativa.
- c) Empenho por Estimativa e Global.
- d) Nota de Empenho e Empenho Global.
- e) Despesas Correntes e de Capital.

124) (CONSULPLAN – Agente Administrativo - Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) “O empenho _____ é destinado a despesas usuais e para pagamento em uma única prestação”. Assinale a alternativa correspondente:

- a) global
- b) por estimativa
- c) ordinário
- d) extraordinário
- e) sistemático

125) (CONSULPLAN - Fiscal - Pref. de Guaxupé/MG - 2010) A verificação do direito adquirido pelo credor ou entidade beneficiária, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito ou da habilitação ao benefício, é denominada:

- a) Licitação.
- b) Adiantamento.
- c) Liquidação.
- d) Adjudicação.
- e) Nota de empenho.

126) (CONSULPLAN – Contador – Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) “_____ é o ato emanado de autoridade competente (chefe do executivo ou outros, por delegação de competência) que cria para o Estado a obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição.” Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior:

- a) Empenho de Despesa
- b) Abertura de Crédito Orçamentário
- c) Liquidação de Despesa
- d) Ordem de Pagamento
- e) Contingenciamento da dotação

127) (CONSULPLAN – Contador – Pref. de Sertaneja/PR - 2010) “O Empenho é o segundo estágio da Despesa Orçamentária.” Assinale a alternativa que contém as várias modalidades de empenho, previstas na Contabilidade Pública:

- a) Empenho Ordinário, por Estimativa e Global.
- b) Empenho Ordinário e por Estimativa.
- c) Empenho por Estimativa e Global.
- d) Nota de Empenho e Empenho Global.
- e) Despesas Correntes e de Capital.

128) (CONSULPLAN – Contador – Pref. de Itabaiana/SE – 2010) Relacione as colunas abaixo:

1. Previsão.
2. Lançamento.
3. Arrecadação.
4. Recolhimento.
5. Empenho.
6. Liquidação.
7. Pagamento.

- () Ato administrativo que o Poder Executivo utiliza, visando identificar e individualizar o contribuinte ou o devedor e os respectivos valores, espécies e vencimentos.
- () Corresponde aos valores que a Lei do Orçamento consignar, pois são estimativas de receitas que se originam de estudos de previsão, antes de comporem o projeto de Lei Orçamentária.
- () Entrega realizada pelos contribuintes aos agentes arrecadadores ou bancos autorizados pelo ente dos recursos devido ao Tesouro.
- () Efetivo desembolso financeiro.
- () Ato pelo qual os agentes arrecadadores entregam diariamente ao Tesouro Público o produto da arrecadação.
- () Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não, de implemento de condição.
- () Verificação do implemento de condição, ou seja, verificação objetiva do cumprimento contratual (da obrigação).

A sequência está correta em:

- 1, 3, 6, 4, 2, 5, 7
- 1, 7, 2, 6, 3, 5, 4
- 5, 7, 3, 1, 2, 4, 6
- 2, 1, 3, 7, 4, 5, 6
- 2, 4, 6, 1, 3, 5, 7

129) (CONSULPLAN – Contador – Pref. São José de Ubá/RJ - 2010) Em consonância com os aspectos legais, excetuando-se o regime de adiantamento, a despesa pública deverá ocorrer na seguinte ordem:

- Liquidão, empenho, dotação orçamentária, ordem de pagamento, pagamento.
- Dotação orçamentária, liquidão, empenho, ordem de pagamento, pagamento.
- Dotação orçamentária, empenho, liquidão, ordem de pagamento, pagamento.
- Empenho, ordem de pagamento, dotação orçamentária, pagamento, liquidão.
- Empenho, ordem de pagamento, liquidão, dotação orçamentária, pagamento.

130) (CONSULPLAN – Contador – SDS/SC – 2008) A tendência é emitir o empenho já com o valor definido e para pagamento de uma só vez. No entanto, pode ocorrer a necessidade de empenhar contratos ou mesmo, fazer algumas previsões de gastos para pagamentos parcelados. A modalidade de empenho em que o montante da despesa é conhecido e o pagamento é parcelado é:

- Estimativa.
- Contábil do empenho.
- Ordinário.
- Global.
- Misto.

ENFOQUE ORÇAMENTÁRIO E ENFOQUE PATRIMONIAL

131) (VUNESP - Analista em Gestão Municipal – Ciências Contábeis - Pref. de São José dos Campos/SP - 2018) De acordo com a Lei nº 4.320/64, em seu artigo 35, os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extraorçamentários. Dessa forma, pertencem ao exercício financeiro as receitas

- arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.

- b) e despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas.
- c) arrecadadas e a serem arrecadadas e as despesas de exercícios encerrados.
- d) arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas e não empenhadas.
- e) arrecadadas e os restos a pagar, somente.

132) (VUNESP - Diretor Contábil Legislativo - Câmara Municipal de Dois Córregos/SP - 2018) Considere as seguintes informações para responder à questão.

Em 1º de janeiro de 2016, a repartição competente de uma entidade pública municipal verificou a procedência do crédito referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e a pessoa devedora e inscreveu o débito desta. O devedor, em 22 de janeiro de 2016, efetuou o pagamento do valor devido em uma instituição financeira autorizada e, em 26 de janeiro de 2016, o valor pago pelo devedor foi transferido à conta do Tesouro Municipal.

De acordo com as determinações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/64, e o resultado patrimonial da entidade pública municipal foram impactados, respectivamente, em

- a) 1º de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- b) 1º de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- c) 22 de janeiro de 2016 e 1º de janeiro de 2016.
- d) 22 de janeiro de 2016 e 22 de janeiro de 2016.
- e) 22 de janeiro de 2016 e 26 de janeiro de 2016.

133) (VUNESP - APOFP - CONCURSO UNIFICADO DE PROMOÇÃO - 2017) Considere as informações a seguir para responder à questão a seguir.

A repartição competente de um determinado Estado verificou, em 17 de janeiro de 2017, a procedência de crédito fiscal previsto em lei referente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e a pessoa que lhe era devedora, e inscreveu o débito desta. Em 15 de fevereiro de 2017, o contribuinte pagou o IPVA em uma instituição financeira autorizada pelo ente e, em 22 de fevereiro de 2017, o valor total recebido pela instituição financeira foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, o resultado patrimonial do Estado foi alterado em

- a) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- b) 17 de janeiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- c) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial aumentativa.
- d) 15 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.
- e) 22 de fevereiro de 2017, em decorrência de variação patrimonial diminutiva.

134) (VUNESP – Analista Administrativo – Ciências Contábeis – EMPLASA - 2014) A Lei n.º 4.320/64 determina que o exercício financeiro coincida com o ano civil. Diante dessa determinação, pode-se afirmar que pertence(m) ao exercício financeiro

- a) as receitas previstas e as despesas orçadas.
- b) as receitas orçadas e as despesas previstas.
- c) as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
- d) a provisão dos Restos a Pagar e as despesas empenhadas.
- e) a dotação orçamentária superior aos quantitativos previamente fixados em resolução do Poder Legislativo para concessão de auxílios e subvenções.

- 135)** (VUNESP – Contador - Câmara de Itapeva/SP – 2014) De acordo com a Lei n.º 4.320, de 17.03.1964,
a) pertencem ao exercício financeiro as despesas nele liquidadas e as receitas nele arrecadadas.
b) pertencem ao exercício financeiro as receitas previstas no orçamento e as despesas nele legalmente pagas.
c) adota-se o regime de competência tanto para a despesa quanto para a receita.
d) pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.
e) adota-se o regime de caixa tanto para a receita quanto para as despesas.

- 136)** (VUNESP - Contador – UNESP – 2010) Uma empresa, no início do exercício comercial do ano de 2010, durante a execução de suas conciliações contábeis, verificou que determinadas despesas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 haviam sido contabilizadas no exercício de 2010. Após algumas análises pertinentes, concluiu-se que essas despesas foram contabilizadas por ocasião de seus pagamentos ao invés de serem contabilizadas na ocasião em que ocorreram. Com isso, pode-se afirmar que as despesas foram contabilizadas em desacordo com o(a)

- a) regime de caixa.
- b) regime de competência.
- c) critério das partidas dobradas.
- d) norma da oportunidade.
- e) princípio de finanças.

- 137)** (VUNESP - Consultor Contábil - CRF/SP - 2009) A receita orçamentária pertence ao exercício em que for

- a) lançada.
- b) estimada.
- c) cobrada.
- d) alocada em dívida ativa.
- e) arrecadada.

- 138)** (FCC - Assistente Técnico de TI - Suporte - Pref. de Manaus/AM - 2019) Em 03/12/2018, o ordenador de despesas de um determinado ente público municipal empenhou despesa no valor de R\$ 8.900,00 referente à aquisição de 500 cadeiras de plástico. Em 20/12/2018, 250 cadeiras foram entregues pelo fornecedor e, nessa mesma data, a despesa foi liquidada pelo valor de R\$ 4.450,00. O restante das cadeiras adquiridas foi entregue pelo fornecedor em 25/01/2019, atendendo às cláusulas contratuais, data em que o restante da despesa empenhada em 03/12/2018 foi liquidada. Em 29/01/2019, foi pago o valor de R\$ 8.900,00 referente ao empenho emitido em 03/12/2018. Assim, uma despesa orçamentária foi realizada, de acordo com a Lei nº 4.320/1964, em

- a) 25/01 /2019 pelo valor de R\$ 8.900,00.
- b) 03/12/2018 pelo valor de R\$ 8.900,00.
- c) 20/12/2018 pelo valor de R\$ 4.450,00.
- d) 25/01/2019 pelo valor de R\$ 4.450,00.
- e) 29/01/2019 pelo valor de R\$ 8.900,00.

- 139)** (FCC – Analista Legislativo – Contabilidade – ALE/SE – 2018) Essas informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma entidade pública e são referentes às transações ocorridas no mês de novembro de 2017:

- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, contratados para a manutenção dos elevadores do edifício-sede da entidade no valor de R\$ 3.000,00. A despesa empenhada, pelo seu valor total, foi liquidada em dezembro de 2017 e paga em janeiro de 2018.
- Empenho de despesa com serviços de terceiros – pessoa física, contratados para a limpeza do edifício-sede da entidade no valor de R\$ 10.000,00. A despesa empenhada, pelo seu valor total, foi liquidada e paga em janeiro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa referente a diárias no valor de R\$ 19.000,00. A despesa empenhada e liquidada, foi paga, pelo seu valor total, em janeiro de 2018.
- Empenho e liquidação de despesa com a aquisição de um veículo no valor de R\$ 60.000,00, sendo que o veículo foi entregue pelo fornecedor e colocado em uso no dia 30/11/2017, data em que houve a liquidação da despesa. A despesa empenhada foi paga, pelo seu valor total, em janeiro de 2018.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com pessoal e encargos sociais referente ao mês de novembro de 2017 no valor de R\$ 700.000,00.
- Empenho, liquidação e pagamento de despesa com auxílio-transporte aos servidores referente ao mês de novembro de 2017 no valor de R\$ 20.000,00.
- Reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de bem móvel no valor de R\$ 5.000,00 no dia 30/11/2017.
- Reconhecimento da depreciação dos imóveis no valor de R\$ 15.000,00 referente ao mês de novembro de 2017.

Com base nessas transações tomadas em conjunto e de acordo com a Lei nº 4.320/1964, o total da despesa orçamentária realizada no mês de novembro de 2017 classificada na categoria econômica Despesas de Capital foi, em reais,

- 20.000,00.
- 60.000,00.
- 75.000,00.
- 80.000,00.
- 93.000,00.

140) (FCC – Analista em Gestão – Contabilidade – DPE/AM – 2018) Considere as transações ocorridas no mês de setembro de 2017 em uma determinada entidade pública estadual:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. A despesa foi liquidada e paga em 04/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física, referente à manutenção dos elevadores da entidade, no valor de R\$ 5.000,00. A despesa foi liquidada em 06/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho e liquidação de despesa referente à amortização do principal da dívida pública interna no valor de R\$ 650.000,00. A despesa foi paga em 02/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente a juros da dívida pública mobiliária no valor de R\$ 7.000,00. A despesa foi liquidada em 04/10/2017 e paga em 10/10/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. A despesa foi liquidada em 03/11/2017 e paga em 10/11/2017 pelo valor do empenho.
- Empenho de despesa referente à ampliação do edifício-sede da entidade, com aumento dos benefícios econômicos do ativo, no valor de R\$ 50.000,00. A despesa foi liquidada em 02/10/2017 e paga em 13/11/2017.
- Devolução de depósito caução recebido no valor de R\$ 40.000,00.

- Reconhecimento do ajuste de perdas com material de consumo no valor de R\$ 9.000,00. O material de consumo foi adquirido em janeiro de 2017.

Com base nessas informações, o total da despesa corrente que impactou o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, referente ao exercício financeiro de 2017 foi, em reais,

- a) 782.000,00.
- b) 92.000,00.
- c) 82.000,00.
- d) 42.000,00.
- e) 35.000,00.

141) (FCC – Analista Judiciário – Área Contabilidade – TST – 2017) As seguintes informações foram extraídas do sistema de contabilidade de uma determinada entidade pública referentes a operações ocorridas no mês de novembro de 2016:

- Empenho de despesa referente à aquisição de material de consumo no valor de R\$ 30.000,00. O material adquirido foi entregue e a despesa liquidada em 21/12/2016. O valor total da despesa empenhada foi pago em 10/01/2017.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um prédio no valor de R\$ 3.000.000,00, cuja despesa pelo valor total empenhado foi liquidada e paga em 23/12/2016. O prédio pertencia a terceiros, mas já era utilizado como sede de tal entidade desde 2013.
- Pagamento de despesa referente à aquisição de um terreno onde será construído o estacionamento do edifício-sede de tal entidade pública no valor de R\$ 500.000,00.
- Empenho de despesa referente à aquisição de um veículo novo no valor de R\$ 70.000,00. O veículo foi entregue e a despesa liquidada em 13/01/2017. O valor total empenhado foi pago em 20/01/2017.
- Liquidação de despesa referente a serviços de terceiros – pessoa física no valor de R\$ 3.500,00, cujo pagamento ocorreu em 16/01/2017.
- Empenho de despesa referente a horas extras realizadas por servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 5.000,00, cuja liquidação ocorreu em 12/12/2016 e pagamento em 23/01/2017.
- Pagamento de despesa referente aos proventos da aposentaria dos servidores de tal entidade pública no valor de R\$ 50.000,00.

Com base nessas informações tomadas em conjunto, as despesas orçamentárias totais com pessoal e encargos sociais e investimentos que impactaram o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, de tal entidade pública no mês de novembro de 2016 foram, respectivamente, em reais,

- a) 5.000,00 e 70.000,00.
- b) 5.000,00 e 3.070.000,00.
- c) 58.500,00 e 3.570.000,00.
- d) 58.500,00 e 570.000,00.
- e) 55.000,00 e 3.070.000,00.

142) (FCC - Auditor Fiscal - ICMS/RJ – 2014) Uma entidade pública celebrou um contrato de aluguel com terceiros referente a um imóvel subutilizado de sua propriedade. O contrato foi celebrado em 29/11/2012 e o valor mensal acordado referente ao aluguel foi R\$ 3.500,00. No ato da celebração do contrato, foi emitida uma guia para pagamento antecipado de seis meses de aluguel no valor de R\$ 21.000,00, com vencimento em 10/12/2012, data em que o contratante efetuou o pagamento na rede bancária credenciada. O valor foi transferido à conta específica do Tesouro Estadual em 11/12/2012. Neste caso, em 2012, deve-se considerar a arrecadação da receita no valor de

- a) R\$ 21.000,00 em 10/12/2012.
- b) R\$ 21.000,00 em 29/11/2012.
- c) R\$ 21.000,00 em 11/12/2012.
- d) R\$ 3.500,00 em 29/11/2012.
- e) R\$ 3.500,00 em 10/12/2012.

143) (FCC – Analista de Planejamento e Orçamento – SEAD/PI - 2013) Uma autarquia estadual aluga um de seus imóveis para uma Organização Não Governamental – ONG por R\$ 5.000,00 por mês que deve ser pago até o último dia útil de cada mês. A ONG pagou, no mês de setembro de 2013, o aluguel referente a agosto de 2013, com multa de R\$ 250,00 e juros de mora de R\$ 50,00, e também aquele referente ao mês de setembro de 2013. Este pagamento gerou, na autarquia estadual, no mês de setembro de 2013, de acordo com a Lei nº 4.320/64, uma execução de receita patrimonial no valor de

- a) R\$ 5.300,00.
- b) R\$ 10.000,00 e de serviços de R\$ 300,00.
- c) R\$ 10.000,00 e de outras receitas correntes de R\$ 300,00.
- d) R\$ 5.000,00 e de outras receitas correntes de R\$ 300,00.
- e) R\$ 10.250,00 e financeira de R\$ 50,00.

(FCC – Analista Judiciário – Contabilidade – TRT/15 - 2013) Atenção: Considere o aspecto orçamentário e as informações abaixo para responder às duas questões seguintes.

O município de Águas Frias do Norte durante a execução de seu orçamento do exercício 2012 realizou as seguintes operações:

- a. No mês de agosto de 2012 foi aberto um crédito adicional no valor de R\$ 140, destinado a aquisição de um terreno para construção do hospital público, utilizando recursos por excesso de arrecadação, cuja despesa NÃO havia dotação orçamentária específica.
- b. Do total das despesas correntes empenhadas no exercício de 2012 foi pago no próprio exercício o valor de R\$ 250.
- c. Receitas arrecadadas e despesas empenhadas no exercício de 2012.

Receitas arrecadadas – 2012 (Valor R\$)

Rendimentos de Aplicações Financeiras	50
Operações de Crédito de Longo Prazo.....	150
Aluguel de imóvel	40
Alienação de Bens Imóveis	90
Multas e Juros de Mora	30
Impostos e Taxas	340
Total	700

Despesas Empenhadas – 2012	
Água, Luz e Telefone	60
Manutenção de Veículos	70
Aquisição de um terreno	110
Amortização de parcela de empréstimo de longo prazo ..	70
Juros e encargos da dívida de longo prazo	30
Locação de imóveis	50
Folha de Pagamento	160
Total	550

144) As despesas de capital empenhadas somam

- a) 260.
- b) 230.
- c) 160.
- d) 210.
- e) 180.

145) As receitas correntes arrecadadas somam

- a) 460.
- b) 240.
- c) 420.
- d) 370.
- e) 430.

146) (FGV – Oficial de Chancelaria – MRE – 2016) De acordo com o regime orçamentário vigente no Brasil, previsto na Lei nº 4.320/1964, receitas e despesas devem ser reconhecidas a partir de estágios de execução. Dessa forma, receitas e despesas são consideradas realizadas, para fins orçamentários, respectivamente, quando:

- a) arrecadadas e empenhadas;
- b) arrecadadas e liquidadas;
- c) lançadas e arrecadadas;
- d) lançadas e empenhadas;
- e) liquidadas e pagas.

147) (FGV – Analista – Orçamento e Finanças – IBGE – 2016) As informações do Quadro a seguir têm origem na execução orçamentária do último exercício de um ente da federação e os valores estão expressos em milhares de reais.

Descrição	Valores
Dotação inicial	26.689.903,00
Dotação atualizada	28.491.775,00
Despesas empenhadas	24.487.589,00
Despesas liquidadas	23.885.743,00
Despesas pagas	21.707.193,00
Saldo da dotação	4.004.186,00

A partir das informações do Quadro pode-se concluir que a despesa orçamentária executada no período, em milhares de reais, foi de:

- a) 21.707.193,00;
- b) 23.885.743,00;
- c) 24.487.589,00;
- d) 25.711.379,00;
- e) 27.889.929,00.

148) (FGV – Agente de Fiscalização – Ciências Contábeis - TCM/SP – 2015) O conceito orçamentário de receita está associado à disponibilidade de recursos financeiros durante o exercício orçamentário, enquanto o conceito contábil de receita relaciona-se a aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil

sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultem em aumento do patrimônio líquido. Em decorrência disso, o seu reconhecimento pode se dar em momentos distintos. Tendo em vista esses conceitos, uma receita de origem tributária exemplificada pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA deve ser reconhecida:

- a) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for recolhido aos cofres da entidade competente;
- b) sob o enfoque orçamentário, quando o tributo for lançado em favor da fazenda pública;
- c) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for arrecadado pelos agentes competentes;
- d) sob o enfoque patrimonial, quando o tributo for lançado, a partir da identificação do sujeito tributário e do valor devido;
- e) sob os enfoques orçamentário e patrimonial, no momento da arrecadação do tributo.

(FGV – Analista Administrativo – TJ/SC – 2015) Texto I: No orçamento de um ente da federação, a previsão total de receitas para um exercício foi de R\$ 240 milhões. As receitas lançadas totalizaram R\$ 220,5 milhões. Foram arrecadados R\$ 215 milhões e recolhidos R\$ 213,5 milhões no período.

Quanto às despesas, 95% do valor fixado foi empenhado, R\$ 205 milhões foram liquidados, R\$ 200 milhões foram pagos e R\$ 28 milhões foram inscritos em restos a pagar.

149) A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a receita realizada (em milhões de reais) foi de:

- a) 213,5;
- b) 215;
- c) 220,5;
- d) 240;
- e) 428,5.

150) A partir do informado no texto I e de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, em termos de execução orçamentária, a despesa executada (em milhões de reais) foi de:

- a) 28;
- b) 200;
- c) 205;
- d) 228;
- e) 240.

151) (FGV – Gestor do Controle Interno Legislativo - Câmara do Recife/PE – 2014) A realização da receita orçamentária se processa em estágios, formalidades que compreendem desde o planejamento até a realização da despesa. Pode-se afirmar que o estágio do lançamento:

- a) realiza a verificação da procedência do crédito fiscal;
- b) tem por objetivo apurar a origem e o objeto do que se deve pagar;
- c) apura o comportamento da arrecadação de determinada receita em exercícios anteriores;
- d) sob o enfoque orçamentário, é o estágio em que a receita é considerada realizada;
- e) é a base para a fixação do montante de despesas que constarão na lei do orçamento.

(FGV – Técnico Legislativo de Nível Superior – Assembleia Legislativa/MT – 2013) Observe as informações a seguir sobre a administração orçamentária e financeira de um ente público e responda às duas questões seguintes:

Receitas	Previsão	Lançamento	Arrecadação e recolhimento
Tributos	100	90	80
Cobrança da Dívida Ativa	70		40
Multas de infrações	30	30	20
Alienação de Bens	30		20
Empréstimos Contraídos	20		20

Despesas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal Ativo	80	80	80	80
Serviços de manutenção predial	70	60	50	30
Aquisição de Equipamentos	40	40	30	10
Obras de construção de Creche	60	60	40	30

152) Os valores da receita corrente e da despesa de capital executadas pelo enfoque orçamentário são, respectivamente, de

- a) 60 e 70.
- b) 100 e 70.
- c) 120 e 100.
- d) 140 e 100.
- e) 160 e 40.

153) O valor da Dívida Ativa a ser inscrita no final do exercício será de

- a) 10.
- b) 20.
- c) 30.
- d) 40.
- e) 50.

(FGV – Consultor Legislativo – Orçamento Público - Assembleia Legislativa/MA – 2013) Leia as informações a seguir e responda às duas questões seguintes.

Com relação à execução orçamentária da despesa do ano de 2012, analise as informações a seguir.

Despesas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Pessoal Ativo	60	50	50	40
Aquisição de Equipamentos	50	40	30	30
Material de Consumo	40	40	20	20
Empréstimos Concedidos	20	10	10	10

154) O valor da despesa de capital, segundo a Lei n. 4.320/64, foi de

- a) 10.
- b) 30.
- c) 40.
- d) 50.
- e) 80.

155) Os valores da despesa corrente com o efeito orçamentário e com o efeito patrimonial pelo fato gerador, na data de sua ocorrência, foram respectivamente,

- a) 100 e 90.
- b) 90 e 70.
- c) 90 e 60.
- d) 70 e 60.
- e) 50 e 40.

(FGV – Consultor Legislativo – Orçamento Público - Assembleia Legislativa/MA – 2013) Leia as informações a seguir e responda às duas questões seguintes.

Com relação à execução orçamentária da receita do ano de 2012, analise as informações a seguir.

Receitas	Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Impostos	100	90	80	80
Amortização de Empréstimos	80		70	70
Multas de Trânsito	60	50	30	30
Dividendos	40		40	40

156) O valor da execução da receita corrente patrimonial, conforme Lei n. 4.320/64, foi de

- a) 150.
- b) 140.
- c) 110.
- d) 70.
- e) 40.

157) Conforme a Lei n. 4.320/64, o valor a ser inscrito em Dívida Ativa Não Tributária será de

- a) 0.
- b) 10.
- c) 20.
- d) 30.
- e) 40.

158) (FGV – Auditor Substituto de Conselheiro – TCM/PA - 2008) Analise as informações apresentadas na tabela a seguir:

Rubricas	Previsão	Lançamento	Arrecadação	Recolhimento
Transferência de Capital	10.000		8.000	8.000
Dívida Ativa Não Tributária	20.000		15.000	5.000
IPTU	30.000	29.000	28.000	28.000
Empréstimos Contraídos	30.000		25.000	25.000
Alienação de bens	20.000		15.000	10.000

De acordo com as informações da tabela e em cumprimento à Lei 4.320/64, o valor da Receita de Capital é:

- a) 8.000.
- b) 33.000.
- c) 43.000.
- d) 48.000.
- e) 63.000.

159) (FGV – Auditor Substituto de Conselheiro – TCM/PA - 2008) Analise as informações a seguir:

Rubricas	Fixação	Empenho	Liquidação	Pagamento
Aquisição de uma escola	50.000	50.000	48.000	48.000
Amortização de Empréstimos Contraídos	20.000	18.000	15.000	13.000
Pessoal Ativo e encargos	25.000	22.000	22.000	22.000
Transferência Corrente	10.000	10.000	10.000	10.000
Aquisição de merenda para estoque	15.000	14.000	12.000	10.000

Assinale a alternativa que apresenta o total da despesa corrente, de acordo com a Lei 4.320/64:

- a) 63.000.
- b) 46.000.
- c) 44.000.
- d) 32.000.
- e) 22.000.

6 - Gabarito

Questão	Gabarito			
1.	E	22.	E	44.
2.	E	23.	C	45.
3.	D	24.	A	46.
4.	C	25.	C	47.
5.	D	26.	B	48.
6.	B	27.	C	49.
7.	C	28.	C	50.
8.	A	29.	A	51.
9.	D	30.	D	52.
10.	D	31.	C	53.
11.	D	32.	A	54.
12.	B	33.	D	55.
13.	B	34.	B	56.
14.	C	35.	E	57.
15.	E	36.	D	58.
16.	C	37.	A	59.
17.	B	38.	D	60.
18.	A	39.	A	61.
19.	B	40.	D	62.
20.	D	41.	C	63.
21.	D	42.	C	64.
		43.	D	65.

66.	D	89.	E	112.	E
67.	A	90.	E	113.	B
68.	B	91.	C	114.	C
69.	B	92.	E	115.	C
70.	D	93.	C	116.	A
71.	B	94.	A	117.	C
72.	C	95.	C	118.	E
73.	C	96.	D	119.	A
74.	D	97.	C	120.	B
75.	B	98.	D	121.	D
76.	B	99.	A	122.	E
77.	D	100.	C	123.	A
78.	C	101.	B	124.	C
79.	E	102.	A	125.	C
80.	D	103.	B	126.	A
81.	B	104.	A	127.	A
82.	D	105.	C	128.	D
83.	D	106.	A	129.	C
84.	B	107.	C	130.	D
85.	D	108.	D	131.	A
86.	D	109.	E	132.	C
87.	D	110.	D	133.	A
88.	B	111.	E	134.	C

135.	D
136.	B
137.	E
138.	B
139.	B
140.	D
141.	A
142.	A
143.	C
144.	E
145.	A
146.	A
147.	C
148.	D
149.	B
150.	D
151.	A
152.	D
153.	B
154.	D
155.	B
156.	E
157.	C

158.	D
159.	B

E aqui concluímos mais uma aula!



Se ainda ficou com alguma dúvida ou quer uma alternativa para um melhor aprendizado, assista aos vídeos disponíveis na área do aluno referentes aos temas desta nossa aula e/ou acesse o fórum de dúvidas.



Nada na vida é fácil, por isso tenha fé e siga em frente; jamais desista daquilo que se quer!

(Ellen Mützemberg)

Dicas literárias:



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas, de Dale Carnegie

“A crítica é fútil, porque coloca um homem na defensiva e, comumente, faz com que ele se esforce para se justificar. A crítica é perigosa, porque fere o precioso orgulho do indivíduo, alcança o seu senso de importância e gera o ressentimento.”

“Existe mais informação num sorriso do que numa expressão carrancuda.”

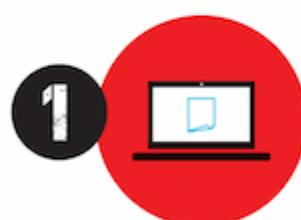
Forte abraço!



INTERVALO: Sugiro descansar alguns minutos antes de partir para as questões comentadas de concursos anteriores!

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concursado(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.